

FANUEL MELO PAES BARRETO

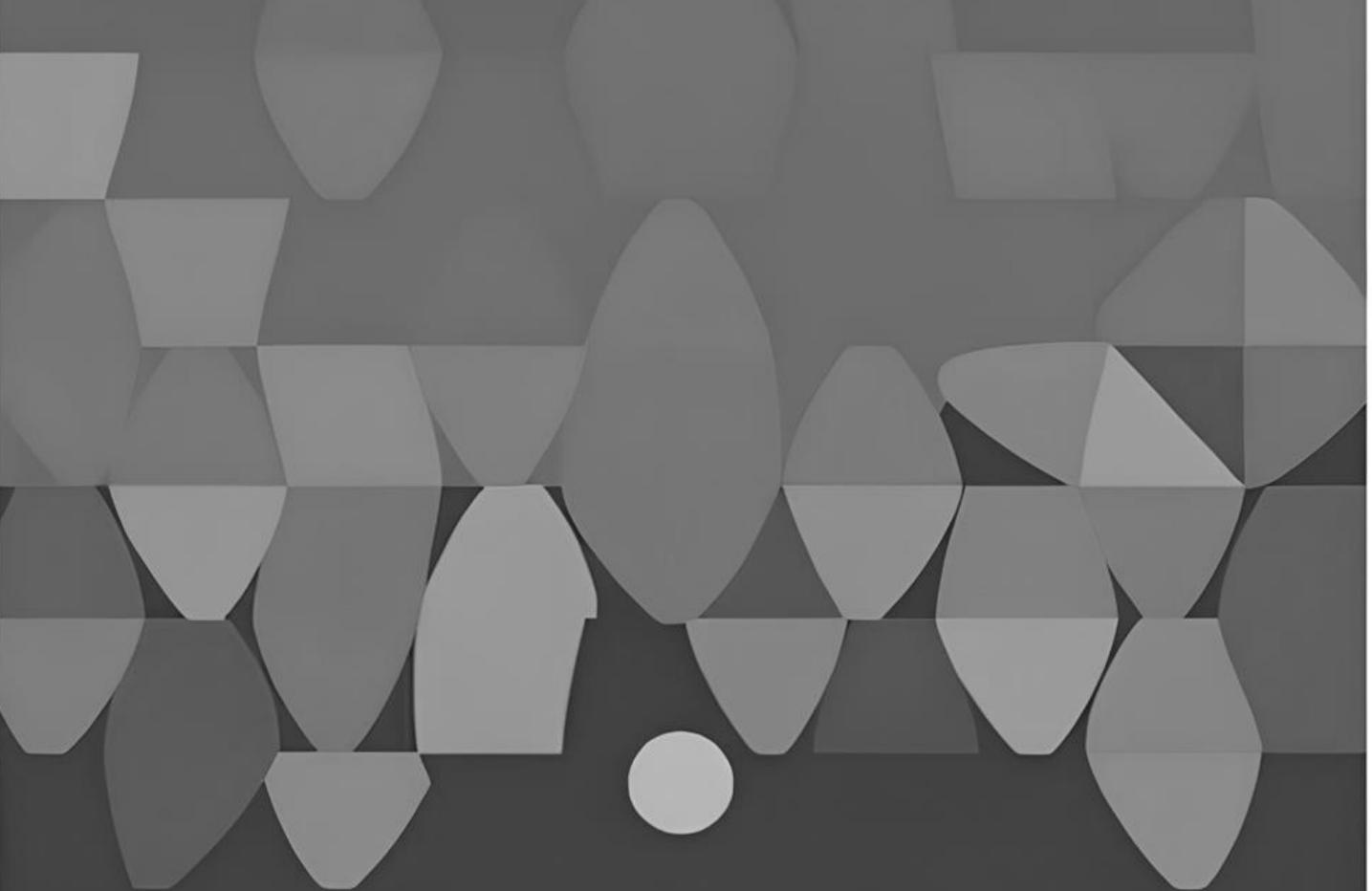
INFERÊNCIAS NA CONVERSAÇÃO



uma visão
argumentativa

FANUEL MELO PAES BARRETO

INFERÊNCIAS NA CONVERSAÇÃO



**uma visão
argumentativa**

2024 – Editora Uniesmero

www.uniesmero.com.br

uniesmero@gmail.com

Autor

Fanuel Melo Paes Barreto

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Imagens, Arte e Capa: Freepik/Uniesmero

Revisão: O Autor

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Me. Elaine Freitas Fernandes, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Me. Laurinaldo Félix Nascimento, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

	Barreto, Fanuel Melo Paes
S587i	Inferências na Conversação: uma visão argumentativa / Fanuel Melo Paes Barreto. – Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2024. 162 p. : il.
	Formato: PDF
	Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
	Modo de acesso: World Wide Web
	Inclui bibliografia
	ISBN 978-65-5492-092-6
	DOI: 10.29327/5448986
	1. Inferências na conversação. 2. Visão argumentativa. 3. Retórica da conversação. I. Barreto, Fanuel Melo Paes. II. Título.
	CDD: 808.56
	CDU: 82-5

Os conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seu autor.

Downloads podem ser feitos com créditos ao autor. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.uniesmero.com.br
uniesmero@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.uniesmero.com.br/2024/11/inferencias-na-conversacao-uma-visao.html>



FANUEL MELO PAES BARRETO

INFERÊNCIAS NA CONVERSAÇÃO:
uma visão argumentativa

Para Sílvia, minha esposa.

APRESENTAÇÃO

Antes de tudo, quero expressar a minha alegria e satisfação pelo convite, feito pelo professor Fanuel Melo Paes Barreto, para fazer a apresentação do seu livro, intitulado Inferências na Conversação: uma visão argumentativa. Não há nada mais gratificante que poder fazer parte de um processo de construção de novos conhecimentos, principalmente, quando se trata de um conhecimento de relevância teórica e prática.

O livro é resultado de um árduo e instigante trabalho de estudo e de pesquisa e nos introduz, por meio de uma linguagem dialógica, comunicativa e comprometida com os leitores, ao pensamento do filósofo e linguista inglês Paul Grice. O autor nos propicia um verdadeiro encontro com um dos pensadores mais importantes do século XX, quando se trata dos estudos sobre questões ligadas ao fenômeno da linguagem e da comunicação humana.

O destaque dado à comunicação verbal como uma variedade do comportamento racional humano, à produção de significados em eventos comunicativos e à compreensão da intenção comunicativa do falante, ressaltando, por outro lado, o papel decisivo do ouvinte nos discursos conversacionais, revela a natureza pragmática dos estudos griceanos dos acontecimentos comunicativos e o enfoque dado ao uso da linguagem na dinâmica da vida cotidiana.

Num mundo marcado por um crescimento exponencial dos intercâmbios comunicativos, troca de informações, desconstrução radical dos significados e absorção da vida social pelo espaço virtual, as reflexões do professor Fanuel sobre a natureza da comunicação humana, sobre a complexidade dos processos intersubjetivos de construção do real e o cuidado para com a produção de significados e sua justificação racional argumentativa, nos desafiam e ajudam na compreensão dos processos discursivos de construção das realidades humanas.

Esperamos que esta obra possa contribuir para uma maior difusão do pensamento filosófico e linguístico de Paul Grice, ao mesmo tempo que seja motivação para estudantes, professores e pesquisadores que tenham interesse em

aprofundar seus estudos em torno de questões ligadas à linguagem, à comunicação e, especificamente, aos processos inferenciais e de argumentação na conversação.

Finalizando, esperamos sinceramente que este livro cause ao leitor a mesma satisfação, ao lê-lo, que tivemos ao acompanhar a sua construção.

Karl Heinz Efken

Prof. Dr. em Filosofia do Programa de Pós-graduação em Filosofia – PPGFIL –
Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

PREFÁCIO

Os capítulos a seguir constituem o produto de uma investigação que resultou em tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), em 2023. Têm como foco o fenômeno da inferência no âmbito da conversação, com o objetivo principal de fornecer um tratamento unificado dos vários processos inferenciais abordados pela literatura especializada na área da pragmática, partindo da construção de um modelo mais amplo para os mecanismos interpretativos do discurso conversacional. Tal modelo é inspirado nas ideias do filósofo inglês Paul Grice, especialmente, em sua concepção da linguagem verbal como uma variedade do comportamento racional humano e em sua visão de racionalidade enquanto a capacidade que têm as pessoas de justificar ideias e ações por meio de raciocínios argumentativos, ou arrazoados. A motivação para esse esforço investigativo reside, sobretudo, na percepção da importância de se examinar o intercâmbio verbal com base em uma concepção de racionalidade que permita considerá-lo não apenas quanto à adequação instrumental das estratégias discursivas envolvidas, mas, também, quanto à possibilidade de se justificarem, com recurso a argumentos, as interpretações feitas pelos interlocutores nas situações de interação. Tendo em vista que a discussão aqui desenvolvida busca oferecer uma proposta de solução para questões que se inscrevem em uma área de interesse bastante específica, não pareceu urgente apresentar o tratamento do tema em linguagem menos técnica, direcionada a um público eventualmente mais amplo, embora uma exposição até certo ponto detalhada dos diversos posicionamentos teóricos envolvidos tenha se mostrado conveniente para uma maior clareza na formulação da proposta.

O que segue, portanto, representa o texto integral da referida tese, com apenas algumas pequenas alterações e correções. Sendo assim, permaneço beneficiário do mesmo conjunto de pessoas que contribuíram para o trabalho original. Em primeiro lugar, o Prof. Dr. Karl Heinz Efken, que aceitou conduzir a orientação da investigação; para além da dedicação e paciência que demonstrou no desempenho dessa tarefa,

Karl propiciou, durante as sessões de discussão, um agradável clima de conversa que foi de grande estímulo para os resultados alcançados. Já os Profs. Drs. Benedito Gomes Bezerra, Eleonoura Enoque da Silva e Jorge Francisco da Silva enriqueceram o trabalho com seus comentários críticos, por ocasião da Banca de Qualificação. A todos, portanto, deixo aqui o meu profundo agradecimento, acrescentando um reconhecimento especial ao Prof. Dr. Ermano Rodrigues do Nascimento, pelo interesse e esforço em viabilizar a publicação do livro.

A dedicatória que faço a minha esposa, Sílvia, é mais um sinal de contínua gratidão, apenas aqui expressa em público.

Fanuel Melo Paes Barreto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1. O objeto: conceituação e delimitação	14
1.2. O problema e os pressupostos	16
1.3. Objetivos	17
1.4. Justificativa	17
1.5. Sobre a organização deste trabalho	18
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	20
2.1. A pragmática linguística: conceituação	20
2.2. Origens filosóficas da pragmática: o pensamento de Paul Grice	21
2.2.1. A questão do significado	23
2.2.2. As implicaturas conversacionais	24
2.2.3. A questão da racionalidade em Grice	28
2.3. A conversação: natureza e estrutura	31
2.3.1. A conversação: seu caráter protótipo e central entre os usos da linguagem	31
2.3.2. A conversação como um processo linear, intencional e colaborativo ..	32
2.3.3. A organização sequencial da conversação.....	34
2.4. Convergências e divergências	38
3. A CONDUTA METODOLÓGICA	42
3.1. A questão metodológica na pesquisa pragmática.....	42
3.2. A questão metodológica na pragmática griceana	43
3.2.1. A metodologia filosófica de Grice.....	44
3.2.2. O experimentalismo pós-griceano	47
3.2.3. Um conflito de metodologias?.....	50
3.3. A ênfase empírica da análise da conversação.....	51
3.4. Por uma metodologia pluralista.....	53
3.5. A conduta metodológica adotada nesta investigação	54
3.5.1. A base empírica	54
3.5.2. Procedimentos	56
3.5.3. Critérios de avaliação da elaboração teórica	56

4. A INFERÊNCIA NO DISCURSO CONVERSACIONAL.....	58
4.1. Inferência e implicação	59
4.2. Semântica x pragmática: o papel do contexto	61
4.3. A inferência e as abordagens pragmáticas	70
4.3.1. A perspectiva pós-griceana.....	70
4.3.2. A perspectiva neogriceana	80
4.3.3. Perspectivas independentes.....	89
4.4. Inferências conversacionais: a perspectiva etnometodológica	97
5. O CARÁTER RACIONAL DAS INFERÊNCIAS CONVERSACIONAIS	103
5.1. O conceito de razão na filosofia e na ciência	105
5.1.1. A abordagem etnometodológica	105
5.1.2. A abordagem cognitivista.....	108
5.1.3. Razão, interação, argumentação	112
5.2. A racionalidade argumentativa na conversação	112
5.2.1. O conceito filosófico de razão argumentativa	112
5.2.2. Um modelo argumentativo da interpretação conversacional	117
5.2.3. As inferências conversacionais revisitadas.....	127
6. A INTERPRETAÇÃO DA FALA E DA ESCRITA	141
6.1. O problema das relações entre fala e escrita.....	141
6.2. Os processos interpretativos na fala e na escrita	148
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS.....	156
DADOS DO AUTOR	162

1 INTRODUÇÃO

Em seu desenvolvimento ao longo das últimas cinco ou seis décadas, os estudos da significação nas várias formas e situações discursivas, em particular, na conversação (ou conversa), demonstraram com suficiente clareza que os recursos de codificação da linguagem verbal não respondem por todos os significados aí gerados, uma vez que parte desses significados é veiculada indiretamente por processos diversos, sendo necessários mecanismos inferenciais para a sua depreensão. Em especial, as teorias pragmáticas da significação

assumem que todo ato de comunicação é realmente inferencial, porque o destinatário é obrigado a inferir a intenção do falante a partir de qualquer evidência disponível para ele (o código linguístico constituindo apenas uma importante fonte de informação) (Ariel, 2008, p. 4-5).

Um simples exemplo pode ser suficiente para esclarecer o que está em jogo nessa percepção fundamental. Tome-se a seguinte passagem de um diálogo entre Maria e Ana:

Maria: Você vai à festa hoje?

Ana: Pedro vai.

Temos aqui uma situação bastante comum na conversação, em que, se analisada apenas em sua formulação linguística, a resposta dada por um dos participantes à pergunta do seu interlocutor se mostra problemática (no exemplo, a pergunta se refere a Ana e a resposta diz respeito a Pedro), mas a interpretação dessa resposta parece natural aos participantes, quando eles levam em conta certas condições contextuais assumidas como partilhadas entre si (no caso, digamos, o fato de que Ana cultiva uma forte animosidade para com Pedro, o que a faz evitar qualquer contato com ele, circunstância que leva Maria a inferir da resposta de Ana que ela está querendo dizer que não irá à festa). Como assinala Ariel (2008, p. 4) em relação a casos semelhantes: “A comunicação começa com a mensagem codificada, mas nunca termina aí. As inferências são uma parte inerente dela”.

A investigação que procuro desenvolver neste trabalho tem por objeto precisamente o fenômeno da inferência no discurso conversacional. Essa opção

temática levanta, já de início, duas questões. A primeira se prende ao fato de que o termo “inferência” integra a terminologia técnica utilizada em diferentes áreas do conhecimento, como a lógica e a psicologia, não possuindo exata univocidade em seus usos; a segunda toca à diversidade de manifestações em que se apresenta a comunicação verbal, sendo a conversação, à primeira vista, apenas uma entre outras. Por isso, a próxima seção oferece uma elucidação preliminar do conceito que associaremos ao termo “inferência”, juntamente com uma tipologia básica do fenômeno, enquanto a Seção 1.4, adiante, no bojo de uma justificativa mais ampla para a investigação, traz alguma indicação sobre as razões por que o foco da análise se concentra especificamente na conversação, o que, contudo, será objeto de uma discussão mais detida na Seção 2.3 do Capítulo 2. As demais seções do presente capítulo procuram esclarecer a problemática e os objetivos da pesquisa, bem como a estrutura geral do trabalho.

1.1. O objeto: conceituação e delimitação

Inicialmente, entenderemos como “inferência” o processo pelo qual geramos ou depreendemos nova informação a partir da informação já disponível. Na esfera da linguagem verbal, compreenderemos os processos inferenciais como mecanismos de geração/depreensão de novos significados a partir daqueles já acessíveis, mecanismos esses que operam, quer com base apenas nas propriedades linguísticas dos enunciados (inferências semânticas), quer pelo recurso decisivo a aspectos constitutivos da situação discursiva (inferências pragmáticas). No caso dos processos inferenciais pragmáticos, os mecanismos envolvidos são reconhecidamente complexos e variados, tendo sido abordados sob enfoques específicos que salientam ora o aspecto sociocultural da comunicação, ora os elementos estruturais da cognição, ora os fundamentos racionais da atividade verbal. Nessas abordagens, como já dito, é entendimento comum que os fatores meramente linguísticos (lexicais, sintáticos e semânticos) não se mostram suficientes para dar conta do processamento do discurso ordinário, de fundamental importância é a contribuição trazida pelo contexto e pelos princípios que regem a interação verbal.

Considerando que, como veremos no próximo capítulo, a conversação apresenta propriedades estruturais relativamente bem definidas, cabe estabelecer uma distinção, no conjunto das inferências pragmáticas que se manifestam nos

eventos conversacionais, entre aquelas que merecem ser especialmente designadas de "conversacionais" e as demais. Sendo assim, por "conversacionais" se designarão aqui, estritamente, os processos inferenciais pragmáticos que são determinados, de modo decisivo, pelo contexto de produção da conversa e pelos princípios interacionais que a governam. Tal conceito, por definição, abrange os diferentes papéis que, no fenômeno, cabem aos participantes da interação discursiva, isto é, ao falante¹ – quem gera a inferência – e ao ouvinte¹ – quem a depreende ou interpreta; na presente investigação, contudo, será privilegiada a perspectiva do ouvinte, tendo-se em conta que é com ele que a condição "conversacional" do uso da linguagem pelo falante se define e, sobretudo, é com sua atuação que o sucesso da interação conversacional se estabelece e evidencia.

Embora restringida, pelo enfoque adotado, ao âmbito do processamento do discurso conversacional, a análise da inferência, como acima conceituada, se encontra diante da mesma alternativa que, nos primórdios da moderna filosofia da linguagem, Frege (1967, p. 5) assinalava para a análise das proposições científicas: "nós podemos inquirir, por um lado, como chegamos, gradualmente, a uma dada proposição e, por outro, como podemos finalmente provê-la com a fundamentação mais segura". Ou seja, também no caso das inferências produzidas nos intercâmbios conversacionais, existe a possibilidade de tratá-las como um problema de explanação psicológica ou como uma questão de justificação racional. De fato, no quadro da investigação aqui proposta, o fenômeno das inferências na conversação não deixará de ser considerado do ponto de vista dos mecanismos que o explicam enquanto processo psicológico, mas, como esclareço na Seção 1.2, a seguir, tal fenômeno receberá uma atenção mais detida a partir da indagação em torno da possibilidade de se encontrar uma fundamentação na racionalidade humana para as inferências envolvidas.

¹ Os trabalhos na área da pragmática produzidos em língua inglesa têm adotado a prática de referir os participantes da conversação usando o gênero feminino para o caso de quem fala e o gênero masculino para o caso de quem ouve, de modo a evitar qualquer sugestão de protagonismo masculino ou feminino na interação (Chapman, 2011, p. vii). Contudo, no presente trabalho, dado que uma convenção semelhante não se consagrou em nosso meio, manteremos o uso tradicional das formas masculinas com um valor genérico neutro, empregando-se as formas femininas apenas quando se fizer relevante a distinção sexual dos participantes.

1.2. O problema e os pressupostos

Levando-se em conta que, no âmbito dos estudos da significação, mais especificamente na semântica e na pragmática, a literatura técnica descreve, sob enfoques teóricos diversos, uma gama de processos inferenciais, tais como o acarretamento, a pressuposição e a implicatura, entre outros, a questão central que motiva a nossa investigação consiste em examinar a possibilidade de se fornecer uma caracterização unificada dos fenômenos inferenciais que se manifestam no discurso conversacional, sendo tal caracterização expressa em termos de um modelo teórico que assuma como pressupostos as seguintes proposições de caráter hipotético:

- (a) a comunicação verbal é uma variedade do comportamento racional humano;
- (b) o significado dos enunciados produzidos nas situações de comunicação comporta, como elemento central, a intenção do falante;
- (c) a depreensão da intenção comunicativa do falante envolve, dependendo da situação discursiva, diversos processos inferenciais passíveis de descrição sob alguma forma de cálculo racional de natureza argumentativa.

Fica evidente que, nessa formulação dos pressupostos e, portanto, do problema, está crucialmente envolvida a noção de razão, ou racionalidade. Como reconhece Paul Grice (2001, p. 4) – um nome que ocupará lugar central nos fundamentos teóricos expostos no próximo capítulo – "mais de um filósofo tem sustentado a visão de que consequências filosóficas vitalmente importantes podem ser alcançadas por derivação da ideia de um ser racional". Se consequências desse porte podem ser assim deduzidas, Grice (*Ibid.*, p. 4) admite não saber, mas confessa nutrir "uma persistente esperança de que possam e um insistente desejo de descobrir se esse é o caso". De passagem, cabe-me igualmente confessar que, ao acolher o pressuposto de racionalidade inerente ao comportamento comunicativo humano, procuro fazê-lo com o mesmo ânimo expresso nessas palavras de Grice.

Outro aspecto decisivo, envolvido mais especificamente na formulação do pressuposto (c), acima, consiste na possibilidade de se descreverem as inferências do discurso conversacional como "cálculos argumentativos". Tal concepção, como veremos, é decorrente das propostas de Paul Grice; sua menção, já a esta altura, serve para sublinhá-la como uma restrição teórica fundamental a ser observada na tentativa de se caracterizarem os processos inferenciais que se manifestam na conversação enquanto expressão da racionalidade humana, conceito, este último,

como se sabe, bastante vago e diversamente compreendido ao longo da história do pensamento.

1.3. Objetivos

Definido, assim, o seu problema central, a presente investigação terá como objetivo primeiro e mais geral fornecer um tratamento descritivo-explanatório do fenômeno das inferências na conversação, a partir de um modelo de interpretação do discurso conversacional construído com base nos pressupostos (a)-(c), estabelecidos na seção anterior. Mais especificamente, a investigação buscará:

- (i) analisar os principais processos inferenciais ocorrentes no discurso conversacional e descritos na literatura especializada, considerando os pressupostos teóricos e os mecanismos envolvidos nessas descrições;
- (ii) propor um modelo teórico do processamento interpretativo da conversação que atenda aos pressupostos (a)-(c) acima;
- (iii) reconsiderar os processos inferenciais abordados na literatura especializada, fornecendo um tratamento descritivo-explanatório desses processos à luz dos princípios e mecanismos do modelo proposto.

1.4. Justificativa

Como veremos no próximo capítulo, a pesquisa no campo da pragmática linguística de inspiração griceana tem dedicado grande parte de sua atenção ao problema dos processos inferenciais presentes na comunicação verbal, em especial, na conversação. Contudo, nesse âmbito, o tratamento teórico do fenômeno vem se desenvolvendo ao longo de linhas que se distanciaram do interesse original de Grice; mais precisamente, que se afastaram da possibilidade de caracterizar alguns desses processos, enquanto expressão da essência racional do homem, sob a forma de raciocínios argumentativos que abrangem entre suas premissas os princípios gerais do discurso. A tendência da pragmática griceana tem sido a de encarar tais processos basicamente como estratégias de otimização da comunicação, o que não nega, é certo, a racionalidade dessas estratégias, mas concebe tal racionalidade nos termos mais simples de uma mera adequação entre meios e fins. Além disso, a literatura especializada tem sido pródiga na “descoberta” de diversos processos inferenciais

com base em propostas teóricas específicas, o que confere às descrições e explanações desses processos um caráter quase *ad hoc*.

Diante desse cenário, investigar os fenômenos inferenciais da conversação de forma articulada, sob uma perspectiva teórica mais próxima à abordagem griceana original, representa, acima de tudo, uma tentativa no sentido de retomar uma visão mais ambiciosa da natureza racional dos mecanismos da comunicação, assumindo um conceito de racionalidade filosoficamente mais rico, que permita considerá-los, para além da questão sobre a adequação instrumental entre estratégias e intenções comunicativas, no nível do arrazoado, da argumentação, que justifica as interpretações alcançadas pelos participantes. Além disso, um tratamento teoricamente unificado desses fenômenos pode resultar em uma simplificação do aparato explanatório das questões envolvendo a significação no plano do discurso. Por fim, veremos adiante (*Cf. Seção 2.3.1, Capítulo 2*), a conversação representa uma forma protótipica de uso da linguagem, além do que ocupa um lugar central nas instituições e nos negócios humanos; tais circunstâncias fazem da interação por meio da conversa o lugar e o momento preferenciais para se estudarem os aspectos essenciais da linguagem em uso. Reconhecer essa centralidade da conversação no fenômeno discursivo permite assumir que, sejam quais forem as conclusões a respeito do caráter racional dos processos interpretativos do discurso conversacional, não parecerá gratuito ou infundado se nos sentirmos motivados a extrapolar tais conclusões para outras formas de realização da comunicação verbal, em especial, para a escrita (*Cf. Capítulo 6*).

1.5. Sobre a organização deste trabalho

A estrutura em capítulos do trabalho contempla, com naturalidade, o desdobramento das etapas que implementam os objetivos (i)-(iii) da investigação, expostos acima, na Seção 1.3. Assim é que, em conjunto, os Capítulos 2 e 3 fornecem o enquadramento, respectivamente teórico e metodológico, da investigação, no qual são introduzidos e elucidados conceitos, proposições e procedimentos fundamentais à execução das etapas desenvolvidas nos capítulos seguintes.

O Capítulo 4 se ocupa do levantamento dos processos inferenciais como abordados na literatura pragmática, buscando analisar os mecanismos neles envolvidos, ao mesmo tempo em que apresenta uma discussão sobre os

pressupostos – em especial, as concepções de racionalidade – assumidos no tratamento descritivo desses processos segundo os diversos enfoques teóricos adotados.

Por sua vez, o Capítulo 5 é dedicado, em primeiro lugar, à elaboração de um modelo descritivo dos princípios que regem a interação conversacional, particularmente, o seu processamento interpretativo, tomando por base a formulação de uma concepção argumentativa de racionalidade; em seguida, procede-se à aplicação desse modelo ao tratamento explanatório dos diversos processos inferenciais analisados no Capítulo 4.

Já o Capítulo 6 examina a viabilidade de ampliação do âmbito fenomênico das inferências que cabem no tratamento descritivo e explanatório proposto nesta investigação, levantando a possibilidade de se aplicarem os resultados pertinentes à conversação também a outras manifestações discursivas, especialmente às práticas da escrita.

Por fim, o Capítulo 7 é destinado a avaliar, como conclusão, o produto do esforço investigativo materializado neste trabalho, cuidando-se em apontar não só o que parece ser a sua contribuição, como também quais os limites dos resultados obtidos face aos objetivos inicialmente estabelecidos.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS²

Uma vez que tem a atenção voltada para os processos inferenciais requisitados pela interpretação do discurso conversacional, de modo especial, para o postulado caráter racional desses processos, a presente investigação vai encontrar seus fundamentos teóricos e recursos analíticos na esfera de estudos linguísticos conhecida como “pragmática”, designação aqui empregada segundo o seu uso corrente na tradição anglo-americana. Mais precisamente, esses fundamentos se apresentam enfeixados, sobretudo, no pensamento seminal de Paul Grice e em elaborações por ele inspiradas. Por outro lado, no que tange à organização da fala em interação face a face, ou conversação, a nossa pesquisa buscará o suporte das descobertas alcançadas no campo da análise da conversação de cariz etnometodológico. Com o que segue, pretendo deixar clara a natureza das perspectivas teóricas assim arregimentadas, bem como a sua fundamental convergência em aspectos cruciais, não obstante as divergências, mormente as de cunho metodológico.

2.1. A pragmática linguística: conceituação

Ao tentar caracterizar a pragmática enquanto um ramo da ciência linguística, Stephen Levinson, em sua clássica introdução (Levinson, 1983), reconheceu a dificuldade da tarefa, pelo que preferiu, como estratégia de exposição, apresentar um panorama dos temas centrais de que se ocupam os pragmaticistas, a saber, fenômenos como a dêixis, a implicatura, a pressuposição, os atos de fala, a estrutura conversacional. Considerando essa lista, podemos dizer que os vários itens correspondem a temas que tiveram sua origem no âmbito da reflexão filosófica, ou aí receberam, de início, uma atenção mais detida; apenas a análise da estrutura

² Parte do conteúdo deste capítulo já foi objeto de publicação prévia, Cf. Efken, K. H.; Barreto, F. M. P. Truques de Linguagem: implicatura e racionalidade em Paul Grice, *In: Veritas*, Porto Alegre, v. 67, n. 1, p. 1-10, jan./dez. 2022. e-38295.

conversacional resulta de um enfoque ambientado na pesquisa sociológica, mais especificamente, na etnometodologia.

Em uma definição cabível, apesar de insuficiente, à semelhança de tantas outras (Cf. Levinson, 1983, p. 5-35), a pragmática pode ser caracterizada, provisoriamente (Cf. Seção 4.2, Capítulo 4), como o estudo das estratégias de que se servem os usuários de uma língua para efetivar seus propósitos na interação comunicativa. Nas últimas décadas, segundo Kasia Jaszczołt, o desenvolvimento desse estudo

não foi superado pelo de qualquer outra área da linguística, no sentido de que, a partir de 1970, a pragmática vem se transformando em uma disciplina com claras bases teóricas e interessantes pontos de interface com a semântica, a sintaxe e, também, com várias áreas das ciências cognitivas e sociais (Jaszczołt, 2009, p. 213).

Emergindo em um período da história da linguística dominado pelo formalismo gerativista, que tratava a língua como um sistema de regras abstrato e independente de seus contextos de uso, a pragmática se firmou justamente por ser um campo de investigação em torno das questões suscitadas pelo emprego da linguagem nas situações concretas de comunicação.

2.2. Origens filosóficas da pragmática: o pensamento de Paul Grice

Apesar dos diversos personagens que contribuíram para o estabelecimento da disciplina, um balanço do que se entende hoje por pesquisa em pragmática parece autorizar a conclusão de que tal campo de estudo "foi efetivamente lançado, de dentro da filosofia, por Paul Grice" (Burton-Roberts, 2007, p. 1). O filósofo inglês buscou situar o problema da significação dos atos linguísticos no quadro mais geral de uma teoria filosófica da linguagem que, mesmo em esboço, definiu conceitos centrais e levantou questões hoje decisivas para qualquer reflexão aprofundada sobre o funcionamento da comunicação verbal. De modo algum esquecidos pelos filósofos, foi, contudo, no terreno da ciência linguística que tais conceitos e questões se mostraram especialmente frutíferos.

Herbert Paul Grice (1913-1988) tem o nome associado à filosofia da linguagem ordinária, uma corrente que, radicada na Universidade de Oxford, se caracterizou, na visão de muitos, pela aversão às grandes sistematizações teóricas. De acordo com a

biógrafa e intérprete Siobhan Chapman (2008, p. 3), ele "raramente se mostrava convencido de que seu trabalho estivesse concluído ou aceitável, e, por isso, relutava sempre em publicar", daí sua bibliografia conter apenas artigos e palestras, só postumamente enfeixados em livros (Grice 1989, 1991, 2001). Como consequência, o legado griceano encontra-se disperso em textos relativamente curtos. Contudo, se já não parece de todo exato descrever os filósofos da linguagem ordinária como avessos à construção de sistemas teóricos (*vide* a teoria dos atos de fala de J. L. Austin ([1962]1976)), tal descrição, no caso de Grice, soa inteiramente descabida, quando se consideram os objetivos que ele perseguiu ao tratar certos temas.

Por exemplo, na palestra de abertura das Conferências William James, proferidas em 1967, na Universidade Harvard, sob o título geral de "*Logic and Conversation*" (Grice, 1989, p. 1-143), o filósofo propôs a conjectura de que talvez a explicação para a impropriedade do emprego de certas expressões tenha a ver com "alguns princípios mais gerais que governam a comunicação ou mesmo o comportamento racional como tal" e apresentam a "capacidade de gerar implicações e sugestões". Sobretudo por esta última razão, acrescentou ele, o "principal interesse" de sua exposição seria o de esboçar uma "teoria filosófica da linguagem" (Grice, 1989, p. 20-1).

De especial importância nessa passagem é o fato de que o filósofo visualiza a possibilidade de relacionar os princípios que explicam fenômenos linguísticos, ou comunicativos, ao âmbito mais geral do comportamento racional humano. Com efeito, segundo um de seus intérpretes, o foco principal do pensamento griceano pode ser descrito como "direcionado aos processos mentais subjacentes ao comportamento humano, fazendo-o explicável como um comportamento racional de fato" (Petrus, 2010, p. 2). Embora, no entender de Chapman (2008, p. vii), a contribuição de Grice para os estudos da linguagem o credenciasse ao epíteto de "linguista", a par do de "filósofo", ele certamente não se sentiria confortável com essa descrição, nem mesmo com a de "filósofo da linguagem". Para Grice, "a filosofia é um assunto, uma única disciplina"; na verdade, segundo ele, "seria possível sustentar que o assunto *último* de toda filosofia somos nós mesmos, ou, pelo menos, nossa natureza racional" (*apud* Petrus, 2010, p. 1, grifo original). A seguir, consideraremos aqueles elementos do pensamento de Grice (e alguns de seus desdobramentos) responsáveis pela motivação original da nossa pesquisa, bem como por grande parte de sua fundamentação teórica geral.

2.2.1. A questão do significado

Em seus textos, Grice (1989, p. 220) aborda a questão do significado diversas vezes. Em um artigo fundamental, "Meaning", de 1957, ele formulou a noção do que chamaria, posteriormente, de "significado do falante" [*utterer's meaning*]: dizer que "A significou algo por meio do enunciado x" equivale (aproximadamente) a dizer que "A teve a intenção de que o enunciado x produzisse certo efeito em uma audiência pelo reconhecimento dessa intenção". P. F. Strawson (2004, p. 120), ex-aluno e por muitos anos colega de Grice em Oxford, sugeriu o termo "resposta", que, embora não ideal, seria mais conveniente do que "efeito", para "abrir questões cognitivas e afetivas, ou atitudes, assim como ações". Um aspecto decisivo da noção assim definida se encontra na importância conferida à intenção do falante enquanto fator determinante do significado, o que representa uma clara psicologização do conceito. Mas há outros aspectos cruciais a serem salientados. Chapman observa:

Primeiro, ele [Grice] introduz os ouvintes, tanto quanto os falantes, no tratamento do significado. A intenção a comunicar não é suficiente; essa intenção deve ser reconhecida por alguma audiência para que a comunicação tenha sucesso. Assim, o falante deve ter uma intenção adicional de que a intenção a comunicar seja reconhecida (Chapman, 2008, p. 63).

É importante observar ainda que esse reconhecimento por parte do ouvinte envolve um processo que, como veremos adiante, no caso das implicaturas conversacionais, Grice descreverá sob a forma de um raciocínio argumentativo. Na visão de outro intérprete (Warner, 2001, p. ix): "o poder explanatório da teoria está em ver falantes fazendo um raciocínio no sentido de qual enunciado produzir, e ver ouvintes fazendo um raciocínio no sentido de uma resposta".

Nesse mesmo artigo, ganha corpo uma questão com que o filósofo foi se defrontando progressivamente: a distinção entre o significado convencional das palavras e expressões, determinado pelo sistema de uma língua, e o significado não convencional, que emerge no uso da linguagem em situações particulares de comunicação. Tal distinção marca uma sensível diferença entre o posicionamento adotado por Grice e a postura assumida, à época, pela maioria dos filósofos da linguagem, a qual poderia ser resumida no *slogan* wittgensteiniano: "Não procure o significado, procure o uso" (Chapman, 2008, p. 63; Bach, 2007, p. 24). O contraste entre o significado convencional (ou linguístico) e o não convencional tem uma

consequência importante no âmbito da moderna ciência da linguagem: fornece argumento para o estabelecimento de uma fronteira entre duas disciplinas, a semântica, que se ocupa do significado de palavras e expressões fixado pelo sistema linguístico, e a pragmática, que se dedica ao estudo da significação vinculada aos eventos discursivos. Convém, entretanto, assinalar que essa fronteira e o argumento em que se baseia não constituem ponto pacífico entre os estudiosos e continua um tema de debate (Cf. Seção 4.1.1, Capítulo 4).

2.2.2. As implicaturas conversacionais

Sem dúvida, a contribuição mais célebre de Grice (1989, p. 22-40, em especial) consiste na abordagem que propôs para o fenômeno por ele denominado de "implicatura", mais especificamente, no tratamento dado às "implicaturas conversacionais", por ocasião das já referidas conferências William James. Nessa oportunidade, o filósofo apresentou uma teoria explanatória para as situações de conversação em que o falante pretende sugerir algo a mais, ou algo diferente, do que dizem suas palavras, se considerada apenas a configuração sintático-semântica de seu enunciado. O exemplo com o qual ele primeiro ilustrou o fenômeno traz o caso em que A e B conversam sobre um amigo comum X, que está agora trabalhando em um banco. A pergunta a B como X está se saindo em seu novo trabalho, ao que B responde: "Ah, creio que está indo muito bem; ele gosta dos colegas e ainda não foi preso." Segundo Grice, não será propriamente necessário, nesse contexto, que A indague a B o que este quis dizer (o "*implicatum*"), pois está suficientemente claro que a resposta será algo como que "X é o tipo de pessoa suscetível de ceder às tentações típicas de seu emprego", ou que "seus colegas são pessoas insuportáveis e dadas à intriga" (entre outras possibilidades). Grice frisou ser evidente que o que B quis sugerir ("implicatar"³), nesse caso, é diferente daquilo que suas palavras disseram. Para lidar com o fenômeno, ele recorreu a uma estratégia que Robert Stalnaker (*apud* Bach, 2007, p. 27) assim descreveu: "tentar usar simples truismos a respeito da conversação ou discurso, para explicar regularidades que parecem complexas e não motivadas quando assumidas como fatos sobre a semântica das expressões relevantes".

³ O neologismo "implicatar" será aqui usado como equivalente do inglês "*to implicate*" para significar, como este, a ação de sugerir algo por meio de uma implicatura, distinguindo-se, portanto, de "implicar", assim como o equivalente inglês se distingue de "*to imply*".

Grice tratou a implicatura como um processo inferencial. Segundo ele, o fenômeno se manifesta sob duas formas: as implicaturas "convencionais" e as "não convencionais". Uma subclasse destas últimas, cujos membros Grice (1989, p. 25-26, grifo original) chamou de "implicaturas *conversacionais*", recebeu dele uma atenção especial e foi descrita "como estando essencialmente conectada a certos traços gerais do discurso". De acordo com o filósofo, esses traços consistiriam em princípios que obedecem a uma hierarquia. Ao mais geral, o "princípio da cooperação", ele deu a seguinte formulação: "Faça a sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo reconhecido propósito ou direcionamento do intercâmbio de fala em que você está engajado" (*Ibid.*, p. 26). Os demais, chamados de "máximas" e identificados pelas categorias kantianas de quantidade, qualidade, relação e maneira, teriam o caráter de instruções mais específicas, consistentes com o princípio maior (*Cf.* Kasher, 1976, p. 202-5). Grice elencou as seguintes máximas:

a. Categoria da quantidade:

1. Faça sua contribuição tão informativa quanto o requerido (pelos atuais propósitos do intercâmbio).
2. Não faça sua contribuição mais informativa do que o requerido.

b. Categoria da qualidade:

1. Não diga o que você acredita ser falso.
2. Não diga algo para o qual lhe falta evidência adequada.

c. Categoria da relação:

1. Seja relevante.

d. Categoria da maneira:

1. Evite obscuridade de expressão.
2. Evite ambiguidade.
3. Seja breve (evite prolixidade desnecessária).
4. Seja ordenado.

Apesar de formulados no modo imperativo dos verbos, tais princípios não se definiriam como "regras" conversacionais, mas como expectativas ou presunções com as quais os interlocutores operam. Grice reconheceu a possibilidade da existência de diversas outras máximas (por exemplo, "Seja polido"); contudo, as que foram aqui elencadas (e as implicaturas a elas associadas) têm a natureza comum de serem adaptadas ao propósito que o filósofo considerava primário no intercâmbio

conversacional, a saber, a troca de informação com a máxima eficiência, embora ele reconhecesse ser essa uma especificação "por demais estreita" (Grice, 1989, p. 28).

Tanto o princípio da cooperação quanto as máximas integram, de modo crucial, o mecanismo inferencial das implicaturas conversacionais, juntamente com outros "dados", quais sejam: o significado convencional e a referência das palavras usadas; o contexto, linguístico e outros; o conhecimento de fundo [*background knowledge*]; o fato ou a suposição de que os participantes da conversação sabem ou assumem que todas essas condições são mutuamente acessíveis. Grice propôs um "padrão" para o processo de depreensão de implicaturas conversacionais por parte do ouvinte:

Ele [o falante] disse que *p*; não há razão para supor que ele não esteja observando as máximas, ou pelo menos o Princípio da Cooperação; ele não poderia estar fazendo isso a não ser que pense que *q*; ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que eu posso perceber que a suposição de que ele pensa que *q* é requerida; ele nada fez para me impedir de pensar que *q*; ele pretende, ou, pelo menos, deseja permitir que eu pense que *q*; então ele fez a implicatura de que *q* (Grice, 1989, p. 31).

O filósofo descreveu esse processo como um "cálculo": "interpretar uma implicatura conversacional é calcular o que se deve presumir de modo a se preservar a suposição de que o Princípio da Cooperação está sendo observado" (Grice, 1989, p. 39-40).

Tomando o exemplo inicial oferecido por Grice, apresentado acima, é possível ilustrar as condições que geram a necessidade de aplicação desse cálculo. Considerando-se a pergunta de A ("Como X está se saindo em seu novo trabalho, no banco?") fica claro que a resposta de B ("Ah, creio que está indo muito bem; ele gosta dos colegas e ainda não foi preso"), como está formulada, fere a máxima da quantidade (porque diz mais do que o requerido) e, talvez, também a máxima da relação (já que traz uma informação no mínimo inesperada ao contexto da conversa). Tal situação demanda que A calcule o que B quis implicar ao dizer o que disse, de modo a reconciliar a resposta de B com a suposição de que o Princípio da Cooperação está sendo observado.

Casos assim, em que a depreensão da implicatura depende estreitamente de certos aspectos específicos do contexto, foram chamados por Grice de "implicaturas conversacionais particularizadas". Porém, o filósofo observou que a há certas palavras ou formas de expressão cuja presença em um enunciado normalmente gera

implicaturas, independentemente da especificidade dos contextos, desde que não haja indicação explícita de cancelamento da implicatura em questão. Por exemplo, quando alguém diz "X está se encontrando com uma mulher esta tarde", normalmente implicata que a mulher em questão não é próxima (mãe, irmã etc) de X. Tal implicatura está vinculada ao uso da expressão "uma mulher", em associação a uma das máximas da quantidade ("Faça sua contribuição tão informativa quanto o requerido"), que, em sendo a mulher uma pessoa próxima a X, determinaria uma maior especificação da referência. Observe-se que, se acrescentássemos à expressão a cláusula "que é sua mãe (ou irmã etc.)", a implicatura seria cancelada. A casos desse tipo, Grice chamou de "implicaturas conversacionais generalizadas".

A esta altura, cabe ressaltar que a distinção feita por Grice entre significado convencional e significado não convencional se torna decisivo na caracterização das implicaturas conversacionais:

Em termos aproximados, visto que o cálculo sobre a presença de uma implicatura conversacional pressupõe um conhecimento inicial da força convencional da expressão cuja enunciação produz a implicatura, um *implicatum* conversacional será uma condição que não é incluída na especificação original da força convencional da expressão (Grice, 1989, p. 39, grifo original).

Em outras palavras, de acordo com Grice, a parte do significado que o falante associa a uma expressão por meio de uma implicatura conversacional (ou seja, o que ele quer sugerir) não pertence ao significado convencional dessa expressão (isto é, o que dizem suas palavras).

Importa frisar, contudo, que as palavras do filósofo deixam claro que o significado convencional das expressões usadas é levado em conta como um "dado" no cálculo de uma implicatura conversacional. Além disso, como foi dito, Grice contemplou, em sua tipologia das implicaturas, um lugar para aquelas que ele denominou de "convencionais". Nestas, o significado convencional de uma expressão usada é suficiente para gerar o *implicatum*. Por exemplo, alguém que profere o enunciado "Ele é um inglês; portanto, é um bravo" diz (1) que ele é um inglês e (2) que ele é um bravo, mas apenas *sugere* (implicata) que o fato de ele ser bravo decorre do fato de ele ser inglês (Grice, 1989, p. 25-26). Em termos estritos, não é o caso de afirmar que a asserção (2) será necessariamente verdadeira, caso a asserção (1) seja verdadeira, o que equivale a dizer que o enunciado não expressa uma inferência lógica. Porém, a sugestão (o *implicatum*) é certamente veiculada, e, isso, devido ao

significado das palavras do enunciado, de modo especial, pelas convenções de uso do conectivo “portanto”. A diferença entre as implicaturas convencionais e as implicaturas conversacionais estaria no fato de que essas últimas são canceláveis explícita ou contextualmente, o que não é o caso das primeiras.

Assim, Grice reconheceu, no âmbito do significado do falante, um lugar tanto para o significado convencional quanto para o não convencional. De fato, em outra ocasião, ele se referiu à distinção que gostaria de fazer, “no interior da significação total de um comentário”, entre o que o foi dito pelo falante e o que por ele foi implicado, considerando que o que é implicado pode ser-lo de modo convencional, “em virtude do significado de alguma palavra ou expressão que ele usou”, ou não convencional, “caso em que a especificação da implicatura fica fora da especificação do significado convencional das palavras usadas” (Grice, 1989, p. 118). Poderíamos dizer que temos aqui um resumo do principal desenvolvimento dado pelo filósofo ao tema de suas conferências William James, que foi, segundo ele, “a natureza e a importância filosófica de duas ideias intimamente ligadas [...], as quais podem ser vagamente caracterizadas como a de asserção e implicação e a de significado” (p. v).

Essas propostas de Grice forneceram o impulso e a perspectiva geral para um corpo de trabalhos tão volumoso quanto dispar, referido, de forma imprecisa, pela expressão “pragmática griceana” (Chapman, 2008, p. 185-216; Cf. Seção 4.3, Capítulo 4). Nesse contexto, duas tendências merecem destaque. Uma delas, a “neogriceana”, mantém o arcabouço explanatório formado por um princípio geral, o da cooperação, e outros mais específicos, as máximas, embora o número destas tenha sido reduzido (Levinson, 2000). Já na tendência conhecida como “pós-griceana”, porque em mais acentuada divergência com as soluções oferecidas por Grice, o esforço reducionista é levado ao ponto de se substituírem o princípio da cooperação e as máximas por um único, e ainda mais geral, princípio da relevância (Sperber; Wilson, 1995; Wilson; Sperber, 2012); daí ser essa tendência também identificada como a “teoria da relevância”.

2.2.3. A questão da racionalidade em Grice

Outro tópico da maior importância para os objetivos de nossa investigação é proporcionado pelo fato de que, tanto na definição do conceito de significado do falante, quanto na descrição do mecanismo da implicatura conversacional,

transparece uma preocupação fundamental de Grice, explicitada na seguinte passagem:

Sou, [...], racionalista o bastante para querer encontrar uma base que fundamente esses fatos, por mais inegáveis que sejam; gostaria de poder pensar o tipo padrão de prática conversacional não meramente como algo que, *de fato*, todos ou a maioria de nós seguimos, mas como algo *razoável* a ser seguido, algo de que nós não devêssemos nos afastar (Grice, 1989, p. 29, grifo original).

Grice (1989, p. 28) tinha o objetivo declarado de "ver a conversação como um caso ou variedade especial de comportamento intencional, racional de fato". No entanto, o tema da racionalidade humana só receberia um tratamento específico de Grice (2001) nas Conferências John Locke, intituladas "*Aspects of reason*", proferidas em Oxford, no ano de 1979. De acordo com seu editor, Richard Warner (2001, p. viii), apesar de publicadas sob uma forma ainda inacabada, elas se permitem interpretar em seu objetivo central:

Ele [Grice] estava comprometido em ver as pessoas como agentes racionais e em ver as ações racionais, pelo menos em parte, como reveladas por derivações explícitas de justificações racionais para as atitudes e ações. *Aspects of reason* é sua explicação do laime existente entre os argumentos explícitos que podemos construir – mas frequentemente não o fazemos, e as atitudes e ações que compõem nossa vida diária (*Ibid.*, p. x).

Em sua exposição, Grice opera com as ideias básicas de que razão é a capacidade que se manifesta no ato de raciocinar e raciocínio [*reasoning*], ou arrazoado, por sua vez, é a produção de uma cadeia de inferências que levam a conclusões deriváveis de algumas premissas iniciais com o propósito de justificar crenças ou ações. Tal concepção é caracterizada por Marina Sbisà (2006b, p. 242) em termos de "racionalidade argumentativa", aquela que "acentua a conexão da racionalidade com o raciocínio argumentativo, isto é, um raciocínio voltado a prover suporte à aceitação de uma crença ou à tomada de uma decisão". Segundo a autora, além desse conceito de razão, percebe-se, na obra do filósofo, uma segunda concepção, que ela designa de "racionalidade instrumental" e que "tipicamente diz respeito a relações entre meios e fins" (*Ibid.*, p. 241).

Conforme discutiremos com mais detalhe na Seção 4.3, Capítulo 4, as duas principais tendências da pragmática inspirada no pensamento de Grice, a pós-griceana e a neogriceana, tratam a racionalidade das implicaturas conversacionais em

termos instrumentais, concebendo-as como um meio de otimizar a eficácia das trocas comunicativas (Sbisà, 2006b, p. 242). É o que faz, também, um filósofo como Asa Kasher, ao propor a substituição do princípio discursivo da cooperação por um princípio geral de racionalidade, que disporia sobre a maximização da eficiência das ações (Kasher, 1976; 1982). O próprio Grice, na passagem a seguir, parece entender a racionalidade dos princípios conversacionais sob a ótica instrumental:

Assim, eu gostaria de ser capaz de mostrar que a observância do Princípio da Cooperação e das máximas é razoável (racional) ao longo das seguintes linhas: é de se esperar que qualquer um que se preocupe com os objetivos que são centrais à conversação/comunicação [...] deve ter o interesse, nas situações apropriadas, de participar de intercâmbios conversacionais que sejam proveitosos apenas sob a presunção de que se conduzem em geral acordo com o Princípio da Cooperação e das máximas (Grice, 1989, p. 29-30).

Por outro lado, como vimos na seção anterior, ao caracterizar a noção de implicatura conversacional, Grice descreveu como um "cálculo" o processo inferencial envolvido no fenômeno e, por tudo o que se disse ali, percebe-se que esse cálculo tem o claro feitio de um raciocínio argumentativo tal como entendido pelo filósofo.

Entretanto, Grice não estabeleceu o requisito de que uma implicatura conversacional deva ser efetivamente calculada pelo ouvinte; ela até pode ser apreendida pela intuição. Tudo o que Grice (1989, p. 31) requeria, como característica decisiva do fenômeno, é que tal intuição "seja substituível por um argumento". Como anota Sbisà (2006b, p. 239), a calculabilidade não é a mesma coisa que o cálculo efetivo. Desse modo, para Grice, a racionalidade envolvida na implicatura conversacional decorre de sua calculabilidade, da possibilidade de se justificar a presença da implicatura pela construção de um argumento baseado em certos princípios que governam a interação verbal.

Em resumo: os desenvolvimentos pós- e neogriceanos tendem a enfatizar a natureza instrumental da racionalidade envolvida nos processos inferenciais operantes nas implicaturas, o que favorece a caracterização desses processos em termos de eficácia comunicativa e a postulação de sua realidade psicológica; já a abordagem griceana original oferece à investigação de tais processos outra via possível, a de explicá-los sob a forma de derivações argumentativas que têm entre suas premissas os princípios que organizam a interação comunicativa, sem que a realidade psicológica dos processos seja necessariamente postulada.

2.3. A conversação: natureza e estrutura

Embora nutrisse o desejo de conceber a prática conversacional como algo essencialmente racional e ter esboçado uma teoria filosófica da linguagem com o objetivo de possibilitar a explanação de fenômenos distintamente conversacionais como as implicaturas, Grice (1989, p. 33, 36) não se preocupou em apresentar uma caracterização mais precisa do que entendia por "conversação". Em algumas passagens de sua exposição, ele não hesita em lançar mão de exemplos envolvendo o discurso escrito e, até mesmo, o texto literário (*Ibid.*, p. 35), o que deixa a impressão de que usava o termo "conversação" em um sentido amplo, quase como um sinônimo de "comunicação verbal", impressão que é reforçada pela equivalência "conversação/comunicação" que ele estabelece (*Ibid.*, p. 30) na passagem citada acima (*Cf. Seção 2.2.3*).

Tal constatação poderia levantar a suspeita de que a opção pela conversação (ou conversa) como cenário para a nossa pesquisa tenha sido feita, dada a sua inspiração griceana, sem uma ponderação mais detida quanto à natureza desse gênero discursivo. Sendo assim, nesta seção, buscarei esclarecer por que o discurso conversacional mereceu a escolha. Além disso, procurarei traçar um esboço das propriedades constitutivas do intercâmbio conversacional, com o objetivo de caracterizar com mais precisão a sua natureza e, ao mesmo tempo, explicitar a abordagem que está na base dessa caracterização, a análise da conversação, salientando o quanto de convergência (e divergência) tal abordagem apresenta com a perspectiva griceana.

2.3.1. A conversação: seu caráter protótipico e central entre os usos da linguagem

Na já referida introdução à pragmática, Levinson (1983, p. 285) observa que fenômenos como dêixis, pressuposição, implicaturas, atos de fala – ou seja, fenômenos pragmáticos por definição – admitem ser tomados como intimamente ligados à conversação “enquanto o uso central ou mais básico da linguagem”. Assumindo tal observação como essencialmente correta, poderíamos ir além e dizer, com Herbert Clark (1996, p. 318), que “o sítio fundamental para o uso da linguagem é a conversação, o diálogo espontâneo entre duas ou mais pessoas”. Outras formas

discursivas, orais ou escritas, presentes na prosa literária, jurídica ou publicitária, na interação verbal pelos meios digitais e assim por diante, revelam, em maior ou menor grau, o fato inescapável da essência dialogal da comunicação humana, que tem na conversa face a face a sua manifestação mais óbvia – seu protótipo.

Na verdade, é possível alargar ainda mais o nosso foco e reconhecer que a conversação, ou mais geralmente, a fala em interação, tem um papel central na vida dos grupos humanos, provendo, na formulação de Emanuel Schegloff, “a infraestrutura para as instituições sociais” e “a arena na qual a cultura é encenada”:

Se alguém reflete sobre as atividades concretas que formam essas instituições abstratamente nomeadas – a economia, a política, bem como as instituições para a reprodução da sociedade (o cortejo, o casamento, a família, a socialização e a educação), a lei, a religião e assim por diante, chega à conclusão de que a interação – e a *fala em interação* – aparece no centro delas (Schegloff, 2020, p. 70, grifo original).

Por seu caráter protópico e pela centralidade que ocupa nos negócios humanos, a conversação (ou conversa) se apresenta, na perspectiva de nossa investigação, como o lugar e o momento preferenciais para se estudarem os aspectos essenciais da linguagem em uso – em especial, os seus processos interpretativos.

2.3.2. A conversação como um processo linear, intencional e colaborativo

O discurso falado se processa *linearmente*, isto é, sua manifestação se faz passo a passo, em tempo real (Brazil, 1995: 4, 15-7). Numa situação de interação conversacional, que normalmente revela alto grau de espontaneidade, a natureza linear da fala implica a necessidade de o falante elaborar, também passo a passo, o que vai sendo dito. Como consequência, o discurso oral, nessas condições, tende a “explicitar um processo contínuo de monitoração, deixando à vista, em cada passo, os procedimentos envolvidos em sua formulação” (Koch *et al.*, 1990: 151); por outro lado, apresenta-se quase sempre fragmentado, exibindo marcas de descontinuidade na cadeia verbal e no fluxo de informação, resultantes da “quase simultaneidade entre a manifestação verbal e a construção do discurso, bem como da consequente rapidez de sua produção” (*Ibid.*, p. 148).

Essa necessidade de elaboração do que vai sendo dito decorre do caráter *intencional* da fala, ou seja, do fato de que o falante, em suas iniciativas verbais,

persegue determinados propósitos. Dependendo do enfoque, o propósito do falante pode ser descrito de diversas formas. Por exemplo: em uma mesma iniciativa, é possível caracterizá-lo apenas como o que o falante pretende dizer com uma particular formulação que dá a sua fala, ou seja, por sua dimensão locutória; ampliando mais o foco, o propósito da iniciativa pode ser descrito em termos da força ilocutória do ato de fala realizado, isto é, como informando, perguntando, prometendo, advertindo etc.; ou ainda, sob a perspectiva da condução discursiva, como o desejo de contar um fato, provocar o riso, distensionar um momento de constrangimento em uma dada situação interacional etc. No quadro da presente investigação, conceberemos o propósito do falante – ou, mais precisamente, sua intenção comunicativa – no contexto do que Grice chamou de “significado do falante”. Vimos acima (Cf. seção 2.2.1) que, de acordo com o filósofo, afirmar que o falante significou algo por meio de um determinado enunciado equivale a afirmar que ele teve a intenção de produzir, através do enunciado, certo efeito sobre o ouvinte, na medida em que este reconheça tal intenção. A tarefa do falante, então, é a de manejar competentemente os recursos linguísticos e as estratégias discursivas de que dispõe, de modo a possibilitar ao ouvinte o reconhecimento de sua intenção comunicativa. Ao executar essa tarefa, o falante se empenha no processo de formulação do texto falado, processo este que envolve uma atividade de planejamento do que será dito e de como o será.

O ouvinte, no entanto, não pode ser encarado como um mero receptor, passivo e totalmente à mercê da competência comunicativa do falante. Outro importante aspecto do discurso conversacional é a sua natureza *colaborativa*. Vimos (Cf. seção 2.2.2) que Grice identificou no princípio da cooperação a diretriz geral a ser observada pelos participantes: cada qual deve fazer sua contribuição em atenção ao que é exigido pelo propósito da conversa no momento em que a contribuição é feita. Em consonância com esse princípio, entenderemos a *colaboração conversacional* como envolvendo também um princípio que distribui tarefas entre o falante e o ouvinte: se o primeiro se esforça para evidenciar da melhor maneira possível a sua intenção comunicativa, o segundo, por sua vez, faz o que lhe cabe para apreender essa intenção. Tal princípio implica que, assim como falante, o ouvinte dispõe de recursos e estratégias para cumprir a sua tarefa e procura usá-los de maneira apropriada. Ao atuar colaborativamente, o ouvinte não está preocupado em decifrar o significado abstrato de palavras ou expressões. O seu problema, enquanto ouvinte, é o de descobrir qual a intenção do falante em um momento e uma situação específicos. A

colaboração conversacional envolve uma negociação em que interpretações são confirmadas ou modificadas com base nas reações dos participantes; tais reações (quer sejam verbais ou não) formam um repertório de procedimentos e práticas necessários à boa condução do discurso conversacional (Wilkes-Gibbs, 1995: 243-245).

2.3.3. A organização sequencial da conversação

O caráter colaborativo da conversação requer que os participantes coordenem suas contribuições de modo a alcançar sucesso na comunicação (Wilkes-Gibbs, 1995: 240). Os meios pelos quais se organizam sequencialmente essas contribuições foram devidamente reconhecidas como objeto de estudo na esfera da pesquisa etnometodológica, mais precisamente, no campo de investigação conhecido como análise da conversação (ou da conversa).

A etnometodologia investiga as propriedades racionais dos procedimentos, ou “métodos”, envolvidos na realização das atividades corriqueiras e socialmente organizadas da vida diária. À possibilidade que têm participantes e investigadores dessas atividades de dar conta da rationalidade prática desses métodos, Harold Garfinkel (1984, p. vii-viii, 1-34), criador dos estudos etnometodológicos, chamou de “explicabilidade” [accountability]. Dentro dessa perspectiva, a análise da conversação tem como objetivo “descrever os procedimentos e expectativas em termos dos quais os falantes produzem seu próprio comportamento e interpretam o comportamento dos outros”, bem como assume que “ambas, a produção da conduta e sua *interpretação*, são os produtos explicáveis [accountable] de um conjunto comum de métodos ou procedimentos” (Heritage, 1984, p. 241, grifo original).

Harvey Sacks, Emanuel Schegloff e Gail Jefferson, pioneiros da análise da conversa, propuseram um modelo destinado a representar o mecanismo geral que aloca as contribuições dos participantes no curso da interação conversacional (Sacks; Schegloff; Jefferson, 1974). Tal mecanismo opera com base em uma sistemática de troca de “turnos”, isto é, das vezes de fala dos participantes, seguindo o princípio geral: “Fala um participante de cada vez”. O turno é constituído por “unidades construcionais” que podem ser de vários tipos: lexicais, sintagmáticas, oracionais ou frasais. Os limites dessas unidades marcam o “lugar relevante para a transição” de um turno ao outro. Chegando ao final de uma unidade, o falante corrente pode, então, ceder o turno, quer

consentindo que outro participante tome a iniciativa de intervir, quer selecionando o próximo falante; caso isso não ocorra, o falante corrente pode prosseguir e produzir mais uma unidade, dando continuidade ao turno em andamento. Dessa forma, o final de um turno é determinado por duas condições básicas: o final da unidade construcional e a efetiva cessão da fala a outro participante. O exemplo a seguir ilustra a situação em que o falante, concluindo a unidade construcional do turno corrente, permite a intervenção de um participante:

- (1) NURC/SP 343: 555-558 [adaptado]

- A: Então, o desenvolvimento é bom porque ele dá chance de emprego para mais gente.
B: Mas você está pegando uma coisinha assim, sabe? Um cara que esteja desempregado. Também eu posso usar o mesmo exemplo num sentido contrário.

Já o exemplo abaixo apresenta um caso de seleção do próximo falante:

- (2) NURC/RJ 147: 3-4 [adaptado]

- A: Nasceu aqui?
B: Nasci aqui.

Algumas propriedades sintáticas e fonológicas (sobretudo entoacionais) da unidade construcional que está sendo produzida permitem ao ouvinte fazer uma previsão, ou uma “projeção”, do seu final e, portanto, do lugar relevante para a transição de turno.

O mecanismo da troca de turnos envolve um outro procedimento decisivo na organização sequencial da conversação, ilustrado pelo exemplo (2) acima: em geral, ao selecionar o próximo falante, aquele que está produzindo o turno também escolhe a próxima ação conversacional, requisitando a intervenção de um participante por meio de uma pergunta, um pedido, um convite etc. A nova ação tem, portanto, sua ocorrência condicionada pela primeira (“Nasceu aqui?” → “Nasci aqui”), estabelecendo-se entre as duas um emparelhamento imediato, induzido pela primeira; daí se denominar tal estrutura de “par adjacente”: pergunta → resposta, pedido/convite → aceitação/recusa etc. Um fato importante a ser observado consiste em que a não ocorrência da segunda ação é normalmente percebida pelos interlocutores como significativa, podendo gerar inferências específicas à situação de conversa. Por exemplo, se uma saudação não é correspondida por outra saudação, pode-se atribuir ao destinatário da saudação inicial uma atitude arrogante ou

grosseira, entre outras possibilidades (Cf. Schegloff, 1986, p. 368-9). A razão para isso é assim esclarecida por Schegloff:

É a ocorrência da primeira parte do par que torna certos tipos de segunda parte do par relevante a seguir; essa relevância é condicionada pela PPP [primeira parte do par]. Se essa segunda parte do turno é produzida em seguida, ela é ouvida como *responsiva* à primeira parte do turno que a precede. Se tal segunda parte do par não é produzida em seguida, sua não ocorrência é um evento, tanto quanto a sua ocorrência o teria sido. Ela está, por assim dizer, notavelmente, oficialmente, consequentemente ausente (Schegloff, 2007, p. 20, grifo original).

A organização do par adjacente põe em foco, portanto, o que os analistas da conversação chamam de “relevância condicional”, definida por Schegloff da seguinte forma:

Por relevância condicional de um item para outro, queremos dizer: dado o primeiro, o segundo é esperável; quando este ocorre, pode ser visto como sendo um segundo item em relação ao primeiro; quando não ocorre, pode ser visto como oficialmente ausente – tudo isso possibilitado pela ocorrência do primeiro (Schegloff, 1986, p. 364)

A relação de adjacência, contudo, se estabelece entre dois turnos de uma sequência conversacional mesmo que eles não constituam um par adjacente. No caso do exemplo (1) acima, percebe-se que A não induz uma ação específica da parte de B; contudo, a intervenção deste deve ser interpretada à luz do que A disse em seu turno. Como explica ainda Schegloff: “Cada próximo turno, então, é examinado pelo entendimento do turno anterior que ele exibe” (Schegloff, 2007, p. 15).

O fato mostra com clareza como os participantes da conversa se pautam em procedimentos – ou *práticas* – que organizam a estrutura sequencial das ações conversacionais para daí extraírem significados. E aqui temos em jogo um postulado fundamental que guia os analistas da conversação; para eles, o significado “não está incorporado em uma abstração à parte dos momentos de produção e interpretação, mas é, antes, uma propriedade emergente, sequencial” (Clift, 2016, p. 31).

Em uma tipologia possível (Galembek; Silva; Rosa, 1990), os turnos de fala se apresentam agrupados em duas classes gerais: os “turnos nucleares”, que promovem um desenvolvimento substancial do tópico (ou assunto) da sequência conversacional, e os “turnos inseridos”, que servem como recurso de monitoração do discurso ou contribuem apenas marginalmente para o desenvolvimento do tópico. Quando um turno nuclear sucede imediatamente a outro, também nuclear, os dois se dizem

“justapostos”, como nos exemplos (1) e (2) acima. Já a ocorrência do turno inserido enseja a ocorrência do turno nuclear “em andamento”, isto é, que se desenvola por mais de uma intervenção do mesmo falante. Tome-se o seguinte caso:

(3) NURC/SP 62: 382-385 [adaptado]

- A: Não, inclusive eu estava respondendo para você, colega, o fato de eu ter escolhido a profissão do [...]
- B: Economista [...]
- A: Economista, né?

Aqui a intervenção de B, que constitui um turno inserido, faz com que A suspenda temporariamente a sua fala, em um momento de hesitação, retomando-a na intervenção subsequente, produzindo assim um turno nuclear em andamento. Os turnos inseridos envolvem, portanto, um “assalto ao turno”, que consiste na troca de falantes sem que se respeite o lugar de relevância para a transição da fala.

No curso da interação conversacional, é frequente a ocorrência de problemas de produção, audição ou interpretação da fala. Schegloff, Jefferson e Sacks empregam o termo “reparo” [repair] para indicar genericamente os diversos mecanismos que se destinam a resolver qualquer “fonte de problema” (Schegloff; Jefferson; Sacks, 1977). Na implementação dos procedimentos de reparo, esses autores fazem uma distinção entre autorreparo e heterorreparo, isto é, entre o reparo executado pelo falante corrente e o realizado pelo interlocutor, respectivamente; quanto a quem toma a iniciativa do reparo, eles distinguem entre reparo autoiniciado, que se dá por iniciativa do próprio falante corrente, e reparo heteroiniciado, quando motivado pelo interlocutor. Além disso, os autores identificam um “espaço de oportunidade para o início do reparo”, que pode se distribuir ao longo de uma sequência de, no máximo, três turnos:

- turno 1 (que inclui a fonte de problema) – primeira oportunidade para o autorreparo autoiniciado;
- lugar de transição – segunda oportunidade para autorreparo autoiniciado;
- turno 2 – oportunidade para o heterorreparo ou para a heteroiniciação do autorreparo;
- turno 3 – dada a heteroiniciação no turno 2, oportunidade para o autorreparo heteroiniciado.

Ilustra esse esquema (adaptado de Levinson, 1983: 340) o exemplo (3) acima, que traz o caso de um autorreparo heteroiniciado, cuja ocorrência se dá, em um momento de hesitação do falante, para solucionar um problema de “procura de

palavra”, embora a análise aí oferecida visualize apenas dois turnos, sendo um em andamento e outro inserido (conforme a tipologia aí considerada). Schegloff, Jefferson e Sacks apontam ainda uma predominância, ou uma “preferência”, dos auto- sobre os heterorreparos. Tais procedimentos foram descritos por Schegloff (2020, p. 79) como sendo, provavelmente, os “principais garantidores” da intersubjetividade na interação: “As práticas de reparo fazem da intersubjetividade sempre uma questão de determinação local e imediata, não de gerais e abstratos fatos, visões ou posturas comuns”.

A análise da conversa de cunho etnometodológico, cujos conceitos básicos foram apenas parcialmente explicitados aqui, proporciona, devido a sua orientação empirista, uma compreensão detalhada de muitos outros aspectos da posição e composição dos turnos, bem como da organização geral das sequências que constituem a interação conversacional, mas que não são de maior importância para o presente trabalho. O que pretendi aqui foi, com o auxílio desse enfoque, caracterizar a organização da conversa em seus elementos estruturais mais típicos e, com isso, revelar os traços gerais do cenário em que se desenvolverá a nossa investigação.

2.4. Convergências e divergências

Valeria, por fim, fazermos uma aproximação comparativa entre as duas vertentes teóricas que fornecem os recursos conceituais e analíticos fundamentais para a nossa pesquisa – a pragmática griceana e a análise da conversação, buscando ressaltar os pontos de convergência e divergência entre essas duas perspectivas, em seu objetivo comum de elucidar os aspectos fundamentais da arquitetura e interpretação do discurso conversacional.

De especial importância seria, primeiramente, salientar um interesse central que anima as duas abordagens – a questão da racionalidade do comportamento social humano, em geral, e da interação conversacional, em particular. Na visão de Grice, essa racionalidade se explicaria pela existência de princípios gerais (o princípio da cooperação) e específicos (as máximas) que exprimem as expectativas com que os participantes se conduzem no intercâmbio conversacional ao produzirem e interpretarem suas contribuições nos momentos em que elas são requeridas. Na perspectiva etnometodológica da análise da conversação, tal racionalidade se prende aos métodos e práticas que os participantes das atividades cotidianas empregam na

produção e interpretação das ações específicas que constituem essas atividades, entre elas, a fala em interação. Em ambos os casos, um destaque é posto na natureza justificável, ou explicável, do comportamento dos participantes nas interações e atividades consideradas: a cada passo, esses participantes teriam, em princípio, condições de apresentar as razões necessárias para os seus atos e para as suas interpretações. Portanto, não se mostra improcedente concluir que as duas perspectivas convergem em assumir uma concepção de racionalidade que poderia ser caracterizada como eminentemente argumentativa.

Um outro aspecto importante a ser considerado reside no fenômeno dos pares adjacentes, que organizam localmente os turnos de fala. Pelo que foi exposto na seção anterior, parece lícito conceber o princípio da relevância condicional dos analistas da conversação como uma expressão da máxima griceana da relação, a qual, nesse caso, condicionaria a ocorrência e a interpretação da segunda parte do turno à ocorrência e interpretação da primeira. Importa, contudo, sublinhar uma diferença de ênfase entre as duas concepções de relevância aqui consideradas. Embora Grice não seja explícito quanto à questão, em sua compreensão, a relevância parece estabelecer-se mais no plano do conteúdo do que no plano da ação. Porém, esse modo de entender o conceito se mostra com menor poder explanatório para tratar casos como o seguinte:

(4) [Formulado com base em Levinson (1983, p. 107)]

A: Que horas são?

B: O telejornal já começou.

Se tomada em seu significado convencional, e estritamente no plano do conteúdo informacional, a resposta de B se apresenta como violando a máxima da relação e, portanto, o princípio da cooperação. Ora, para reconciliar o que B disse com essa máxima e com o princípio da cooperação, A terá que assumir o enunciado de B como sendo uma *resposta* a sua pergunta, isto é, como indicando que B está agindo (respondendo) de modo relevante à ação (pergunta) realizada por ele; somente assim A poderá calcular o conteúdo implicado pela resposta de B, algo como “Já passa do horário em que normalmente se inicia o telejornal”. Porém, como as intervenções de A e de B, tomadas em seu significado convencional, não apresentam relação de conteúdo entre si, a única base para a ação de B ser tomada como uma resposta é a sua posição subsequente e contígua à ação de A, que apresenta a forma característica de uma pergunta e, por isso, estabelece a expectativa, e relevância, de

uma resposta (Cf. Schegloff, 1986, p. 364-365). Portanto, para o cálculo da implicatura gerada pela intervenção de B, é crucial assumir como relevante a ação efetuada por meio dessa intervenção, condicionada que é pela ação de A, o que parece demandar que o conceito graceano de relevância envolva igualmente os planos do conteúdo e da ação, abrangendo, dessa forma, a noção de relevância condicional.

Já para Schegloff, “a fala em interação tem a ver com construir ações”:

Assim, em turnos de fala que formam sequências de ações, os elementos da fala são selecionados e empregados para realizar ações, e fazê-lo de modo reconhecível; os receptores prestam atenção na fala para descobrir o que o falante está *fazendo* ao dizer isso *nessas palavras e dessa maneira*” (Schegloff, 2020, p. 81-82, grifo original).

Na perspectiva da análise da conversação, portanto, um intercâmbio conversacional consiste, essencialmente, em ações que se realizam por meio de sequências organizadas de turnos de fala; a relevância, então, se estabelece entre ações, uma primeira tornando a segunda esperável e, por isso mesmo, reconhecível como tal. Cabe notar, contudo, que a condição de que a ação seja reconhecível pelo receptor (ouvinte) claramente alinha essa perspectiva dos analistas da conversa à concepção griceana de significado, com seu requisito de reconhecimento da intenção do falante por parte da audiência. Por outro lado, importa salientar que a concentração da descrição e explanação dos fenômenos conversacionais em termos de práticas e procedimentos – de ações, portanto – parece, na conduta dos analistas da conversação, esvaziar o discurso da sua dimensão de conteúdo significativo. Em outras palavras, a análise das intervenções dos participantes de uma conversa, nessa perspectiva, enfoca, essencialmente, o que estes *querem fazer*, e não o que eles *querem dizer* com suas contribuições. Tal redução do enfoque analítico parece bastante desvantajosa para uma pesquisa, como a nossa, que tem como objeto os processos interpretativos inferenciais, quando se leva em conta que o tratamento das inferências, no âmbito da semântica e da pragmática linguística, tem se dedicado, preferencialmente, ao plano do conteúdo das sentenças e enunciados. No entanto, como mostra o exemplo (4) acima, os planos da interação e do conteúdo significativo se apresentam, no fenômeno da conversação, intimamente relacionados, o que recomenda a quem estuda os processos interpretativos conversacionais uma continuada atenção à parte que cabe aos fatores situados nesses dois planos. Se, na presente investigação, o enfoque incidirá, sobretudo, na intenção comunicativa,

portanto, no “significado do falante” (como definido por Grice), convém que não se descuide, nos casos relevantes, do aporte trazido à interpretação dessa intenção pelas condições estruturais das contribuições dos participantes na organização sequencial do discurso conversacional. Na Seção 4.4, Capítulo 4, teremos ocasião para considerarmos mais uma vez esse ponto.

O ponto em que a pesquisa nos moldes da análise da conversa e a investigação inspirada em Grice se apresentam mais distanciadas parece ser a conduta metodológica adotada em cada caso. Nascida no seio da filosofia da linguagem ordinária, a pragmática griceana, não obstante alguns de seus desenvolvimentos mais recentes priorizarem as técnicas experimentais da psicologia, mantém em grande medida o estilo filosófico de reflexão a partir de exemplos concebidos e formulados pelo investigador. Por sua vez, a análise da conversação é movida, como já dito acima, por forte convicção empirista, razão por que adota procedimentos indutivos de descoberta, servindo-se de *corpora* de dados colhidos em situações reais de interação por meio de audio- ou videogravações. Tal conflito de postura metodológica entre as duas vertentes teóricas que dão fundamento a nossa pesquisa poderia comprometer, na opinião de alguns, a consistência dos resultados eventualmente obtidos. A questão assim colocada demanda uma consideração mais detida, e a ela voltaremos no próximo capítulo.

3. A CONDUTA METODOLÓGICA⁴

Por enfocar seu objeto – as inferências conversacionais – a partir de perspectivas diversas (a pragmática griceana e a análise da conversação), cada qual envolvendo metodologias próprias, derivadas dos diferentes âmbitos teóricos a que essas perspectivas pertencem (a filosofia, a linguística, a psicologia e a sociologia), nossa investigação demanda uma postura metodológica que corresponda ao cariz multifacetado dos pressupostos e conceitos teóricos que esse enfoque multidisciplinar arregimenta.

Neste capítulo, encontraremos a definição de uma conduta metodológica que procura responder a essa demanda. Para tanto, é necessário fazer, primeiro, uma discussão mais ampla sobre os problemas de metodologia na pragmática e na análise conversacional, com o propósito de esclarecer os fundamentos das coordenadas que orientarão o procedimento analítico e a construção teórica.

3.1. A questão metodológica na pesquisa pragmática

A origem filosófica da pragmática linguística (Cf. Capítulo 2, Seção 2.2) coloca a investigação pragmática frente a questões epistemológicas não muito diferentes daquelas que envolveram o nascimento de outras ciências empíricas. Se aceitarmos, de forma um tanto simplista e esquemática, o nascimento da ciência moderna como datando da Revolução Copernicana, não parecerá de todo ilícito traçarmos, de forma igualmente esquemática, uma demarcação entre dois tipos gerais de argumentação, o "filosófico" e o "científico". Com a primeira dessas qualificações, entenda-se o estilo de validação de teses essencialmente conceptual e dedutivo exemplificado na reflexão filosófica clássica; já com a segunda, designemos o modo de comprovação de hipóteses e teorias caracteristicamente observacional – descritivo ou experimental

⁴ Parte do conteúdo deste capítulo já foi objeto de publicação prévia, cf. Barreto, F. M. P.; Efken, K. H. Aspectos metodológicos da pesquisa pragmática. *In: Pensando – Revista de Filosofia*, Teresina (PI), v. X, n. 20, p. 79-90, 2019, ISSN 2178-5880.

– que foi sendo refinado ao longo da Idade Moderna. Tal distinção, no entanto, não deve sugerir qualquer decisão *a priori* a respeito do valor relativo dessas duas condutas. Bem pelo contrário, importa reconhecer que nem sempre elas têm se manifestado de forma pura e rigorosamente contrastável. Assim é que, em suas reflexões astronômicas, Aristóteles combinou o modo de argumentação observacional e o conceptual (Crowe, 2001, p. 25); por outro lado, a rejeição por Copérnico do modelo ptolomaico do universo não foi feita a partir de dados novos e de melhor qualidade, mas resultou de um "clima mais amplo de opinião filosófica e científica", que incluía conceitos neoplatônicos e a tradição crítica escolástica (Kuhn, 1985, p. 141).

Contudo, não obstante o seu esquematismo, a distinção entre os dois tipos de argumentação parece servir como um referencial para a caracterização das posturas metodológicas gerais adotadas na investigação pragmática, a saber: a de cunho mais conceptualista e dedutivo, que permeia a pesquisa pragmática mais fiel ao legado de Grice; a de caráter experimentalista, que, embora adotada pela psicolinguística desde o início da década de 1970, só ultimamente vem sendo acolhida também no âmbito da pragmática griceana, em especial, entre os pós-griceanos; e, por fim, a opção de claro delineamento empírista e descritivista adotada pelos analistas da conversação inspirados nos princípios da etnometodologia.

Entre os fatores que determinam a escolha de uma conduta metodológica estão, evidentemente, os pressupostos teóricos sobre a natureza do objeto a ser investigado. Consideremos, então, de que maneira as diferenças quanto ao modo de se conceberem os fenômenos pragmáticos explicam, em parte, posições metodológicas diversas assumidas pelos investigadores que se filiam às duas principais perspectivas teóricas que fundamentam a presente investigação: a pragmática griceana e a análise da conversação.

3.2. A questão metodológica na pragmática griceana

Tome-se como caso exemplar o fenômeno das implicaturas conversacionais, por sua condição decisiva no estabelecimento da perspectiva pragmática que tem em Grice a sua origem. Como vimos na Seção 2.2.3 do Capítulo 2 (Cf. uma discussão mais detalhada deste tópico na Seção 4.3, Capítulo 4), tanto a corrente pós-griceana quanto a neogriceana consideram as implicaturas conversacionais à luz do que

Marina Sbisà (2006b, p. 242) chamou de "racionalidade instrumental", isto é, "como um meio de otimização da comunicação (em vários sentidos possíveis)". Vimos, também, que o próprio Grice, em certas passagens parece entender a rationalidade dos princípios conversacionais sob essa ótica instrumental, ao passo que, em seu tratamento da implicatura conversacional, descreve o fenômeno como um "cálculo" inferencial, que se acomoda a sua concepção de raciocínio, ou seja, se conforma ao que Sbisà designou de "racionalidade argumentativa".

A opção entre as concepções instrumental e argumentativa das operações envolvidas nas implicaturas conversacionais repercute de forma importante na questão sobre a implementação psicológica dessas operações. Se entendemos as implicaturas conversacionais como instrumentos de maximização da eficiência comunicativa, é possível concebê-las sob a forma de processos quase inconscientes e automáticos, cujo modo de implementação seja talvez incompatível com as etapas do cálculo inferencial descrito por Grice; já quando vistas como expressão da faculdade humana de fundamentar as ações por meio de uma derivação argumentativa, de um cálculo nos moldes griceanos, as implicaturas conversacionais levantam dificuldades quanto a sua efetiva realização psicológica, tendo em vista o *timing* do processamento interpretativo.

Por sua vez, uma definição sobre a efetividade da implementação psicológica dos mecanismos interpretativos operantes nas implicaturas conversacionais tem consequências sobre o modo de se estimar a validade das propostas de descrição desses processos, o que pode explicar porque parece natural ao enfoque de Grice (e de griceanos mais ortodoxos) um modo "filosófico" de comprovar proposições teóricas por meio de exemplos imaginários, enquanto neogriceanos e, especialmente, pós-griceanos vêm crescentemente empregando um modo "científico" de testagem, na forma de experimentos observacionais. Consideremos, então, mais de perto, as motivações para cada uma desses posicionamentos, a começar pelo de Grice.

3.2.1. A metodologia filosófica de Grice

Embora tenha sido apresentado nas conferências William James de 1967 (Cf. Capítulo 2, Seção 2.2.2), o tratamento dado às "implicaturas conversacionais" parece consistente com as linhas gerais de uma "metodologia da psicologia filosófica" que

Grice (1991, p. 121-161) formula a por volta de 1975; essa metodologia, por ele descrita como de caráter "construtivista", é assim resumida por Chapman:

O filósofo constrói o arcabouço de uma estrutura mental, como exigido pelo comportamento a ser explicado. O filósofo é capaz de se manter ambivalente quanto à realidade ou não do estado mental proposto, desde que seja bem-sucedido do ponto de vista explanatório. De fato, a habilidade de desempenhar um papel ativo na explicação do comportamento é a única medida disponível sobre a realidade dos estados mentais (Chapman, 2008, p.151-152).

Ainda segundo a autora (*Ibid.*, p. 155), no construtivismo griceano, um sistema explanatório "é inteiramente bem-sucedido na medida em que é coerente, relativamente simples, e explica os fatos".

Grice se confessa não muito simpático à identificação entre conceitos psicológicos e estados físicos do cérebro motivada pela preocupação de excluir entidades "misteriosas" como "alma", "eventos" ou "propriedades puramente mentais", e assim por diante. Diz ele (Grice, 1991, p. 131): "Meu gosto é por manter a casa aberta a toda sorte e condição de entidades, desde que, ao entrarem, elas ajudem com o trabalho doméstico". Ou nos termos de um "novo marxismo ontológico" jocosamente proposto pelo filósofo: "elas trabalham, logo existem", embora apenas algumas se credenciem à condição especial de *entia realissima*, "talvez aquelas que vêm sob a recomendação de alguma forma de argumento transcendental".

No quadro da metodologia griceana, três aspectos são de particular relevância para a nossa discussão: a noção de dados comportamentais, o conceito de estados mentais (ou psicológicos) e a relação entre eles. Comecemos pelo primeiro, ressaltando que, em Grice, o termo "dado" não encontra maior saliência; o uso que dele aqui faço, em sentido obviamente amplo, atende a uma conveniência de exposição. O principal interesse do filósofo é estabelecer como conceitos psicológicos podem ser elucidados no bojo de teorias explanatórias propostas sob a forma de "leis" psicológicas com o objetivo de explicar o comportamento humano. Tais conceitos são apresentados inicialmente sob a forma de verbos como "crer", "julgar", "querer" etc. Entretanto, Grice (1991, p. 153) se vê na necessidade de ilustrá-los de modo mais específico; os exemplos que ele oferece, porém, são de caráter hipotético, introduzidos por meio de descrições genéricas, como o caso de "um empregado insatisfeito que deseja mais dinheiro".

A liberdade com que Grice (1991, p. 136-137) formula seus exemplos lhe permite mesmo, a certa altura, colocar em cena um animal fictício chamado "Toby", "um escalo [squarrel] (uma criatura algo semelhante a um esquilo [squirrel])", e ilustrar a aplicação de determinada lei psicológica partindo da suposição de que "Toby tem nozes a sua frente". Vale notar que, no começo da discussão em que recorre a tal exemplo, o filósofo afirma: "Meu tratamento será apenas semirrealista, uma vez que considerarei somente a explanação psicológica de uma amostra de comportamento bastante rudimentar [...]" . Embora a discussão tenha o objetivo de apenas esboçar um método e não fazer "propostas substanciais", o emprego do termo "amostra" deixa a clara impressão de que, a seu ver, os comportamentos ilustrados por meio de exemplos fictícios constituem uma base de dados legítima para o tratamento teórico, pelo menos em uma fase preliminar.

Quando consideramos, porém, a análise das implicaturas apresentada por Grice, tal impressão se acentua, com o frequente recurso aí feito à simulação de situações conversacionais. Não é necessário ir além das primeiras linhas da seção em que ele conceitua o fenômeno, na versão final da conferência "Logic and conversation" (Grice, 1989, p. 22-40), para se encontrar formato típico de exemplo empregado ao longo de toda a sua exposição, com os elementos da situação de discurso descritos de maneira hipotética e abreviada: "Suponha que A e B estão conversando sobre um amigo mútuo C que trabalha agora em um banco" (*Ibid.*, p. 24). Apesar de Grice, em certos momentos, lançar mão de ilustrações que parecem ecoar situações discursivas reais (*Ibid.*, p. 25, por exemplo), ou mesmo de citações (*Ibid.*, p. 35), nada há nelas que sugira um diferencial qualitativo em relação aos casos inventados pelo autor. Tudo isso reforça a conclusão de que, para o filósofo, os "dados" comportamentais por ele criados constituem uma base fiável o bastante para fornecer suporte a suas propostas teóricas.

Quanto à noção de estados mentais ou psicológicos ("estados- ψ "), Grice (1991, p. 146) observa que, no discurso comum, referências a eles "podem ocorrer em uma variedade de contextos linguísticos que são também apropriados a referências a estados que não têm qualquer conexão direta com a psicologia", podendo todos ser relacionados a circunstâncias de tempo, causa, efeito, entre outras. Ao proceder, assim, à análise de conceitos a partir de seu emprego usual no discurso comum, Grice utiliza um procedimento característico dos filósofos da linguagem ordinária. Segundo ele, o conceito psicológico que corresponde a um estado mental, e requer elucidação,

deve estar associado a uma teoria psicológica de senso comum na qual se baseiam nosso pensamento e discurso ordinários sobre o assunto, ou seja, que faça parte de uma "ciência popular [*folk-science*]" (*Ibid.*, p. 126-127). Tal conceito, porém, deverá ser interpretado por uma teoria psicológica filosófica que, enquanto psicológica, terá como função "oferecer, de maneira sistemática, explanações do comportamento diferentes de quaisquer explanações do comportamento que resultem (ou venham a resultar no futuro) de alguma teoria pressuposta (tal como uma teoria fisiológica)" (Grice, 1991, p. 125).

Fica compreensível, assim, como se pode explicar, no âmbito dessa metodologia, a relação entre dados comportamentais e estados mentais subjacentes. Do que diz Grice, concluímos que o estabelecimento de tal relação passa pela construção de uma teoria psicológica, no seio da qual é possível reinterpretar conceitos ordinários sobre os estados mentais, independentemente de teorias originárias de outras áreas de investigação (como a fisiologia, por exemplo).

3.2.2. O experimentalismo pós-griceano

A corrente pós-griceana (Cf. Capítulo 2, Seção 2.2.2) compreende o conjunto de trabalhos surgidos na esteira da obra fundamental de Dan Sperber e Deirdre Wilson, *Relevance*, de 1986, a qual promoveu uma revisão radical do modelo griceano, sem, contudo, rejeitar sua inspiração (Sperber; Wilson, 1995). Os pesquisadores que trabalham com tal perspectiva entendem que sua abordagem possui um maior poder explanatório e se mostra mais conforme aos princípios da ciência cognitiva (Noveck; Sperber, 2004, p. 8).

Um aspecto importante da aproximação promovida por esses pesquisadores entre a investigação pragmática e a cognitiva está no fato de ser o estudo da cognição um campo que vem reclamando para a ciência parte da área de interesses um dia exclusiva dos filósofos, procurando adotar princípios metodológicos segundo os quais as teorias, para merecerem a designação de "científicas", devem se mostrar suscetíveis de testes observacionais rigorosos, sobretudo, de testes cruciais para a decisão entre teorias rivais (Popper, [1959]2002). Note-se que é precisamente essa uma das razões apresentadas por estudiosos como Ira Noveck e Dan Sperber para a adoção de métodos experimentais na pragmática:

uma abordagem experimental pode fornecer evidência crucial quando se está decidindo entre teorias alternativas que podem concordar no conteúdo das interpretações de enunciados, mas têm diferentes implicações quanto aos mecanismos cognitivos pelos quais se chega a essas interpretações (Noveck; Sperber, 2007, p. 186).

Como sugere a passagem, para quem assume tal perspectiva, o que de fundamental está em jogo e motiva o uso de procedimentos experimentais na pragmática é a possibilidade de se explicar a comunicação em termos de mecanismos cognitivos, isto é, como processos mentais que têm seus produtos comportamentais, em princípio, aferíveis e mensuráveis, podendo tais processos, em última análise, ser correlacionados a uma base neurofisiológica.

Nesse contexto, comprehende-se a conduta experimental em sentido estrito, como um conjunto de procedimentos direcionados à obtenção de dados comportamentais por meio de técnicas laboratoriais que permitem a manipulação controlada de variáveis, bem como o registro e a medição dos resultados. Como explica Chapman, obviamente os pesquisadores não podem

observar em que processos mentais o sujeito está engajado, mas podem, pelo menos, mensurar o tempo que esses processos mentais não observáveis tomam para se realizar, por exemplo, medindo quanto tempo leva um sujeito para acionar um botão que indica se uma sentença apresentada em uma tela é verdadeira ou falsa (Chapman, (2011, p. 166-167).

Acompanhando a exposição de autora (Ibid., p. 171-172), tomemos como primeira ilustração o tratamento dado ao fenômeno da metáfora por Sam Glucksberg (2004, p. 72-93), um pioneiro da abordagem experimental na pesquisa pragmática.

Segundo Grice, em enunciados como "Você é a cereja do meu bolo", a óbvia falsidade da afirmação, quando tomada em sentido literal ("convencional", em termos griceanos), leva o ouvinte a buscar uma interpretação que concilie tal afirmação com uma das máximas da qualidade ("Não diga algo que você julga ser falso"), gerando-se, desse modo, uma implicatura, ou, no jargão dos retóricos, uma transposição metafórica do sentido. Assim concebido, o processo envolveria a decodificação do sentido literal e o cálculo para depreensão da intenção do falante. Para muitos investigadores, esses dois aspectos corresponderiam, no plano da implementação psicológica, a um processamento interpretativo em dois estágios e demandaria, por isso, mais tempo para a compreensão dos enunciados de conteúdo metafórico, se comparados aos de sentido literal. Glucksberg produziu um experimento no qual

apresentou aos sujeitos exemplos de sentenças "literalmente falsas", mas "metaforicamente verdadeiras", solicitando que eles considerassem o sentido literal e indicassem se as sentenças eram verdadeiras ou falsas. Mediu então o tempo que os sujeitos levavam para fazer seu julgamento, comparando com o dos casos em que a sentença era literalmente verdadeira, literalmente falsa e não metafórica, ou confusamente metafórica. O resultado, no entender do pesquisador, foi "nítido": "As pessoas têm dificuldade em julgar que as metáforas são literalmente falsas" (Glucksberg, 2004, p. 76). Se for assim, a constatação representa um claro desafio aos que entendem a teoria griceana como postulando um processamento interpretativo que se realiza psicologicamente em dois estágios: a decodificação sintático-semântica e a inferenciação pragmática. A conclusão de Glucksberg (2004, p. 91) é a de que "a pragmática não é menos primária do que a sintaxe e a semântica no processamento da linguagem".

Ainda seguindo a sugestão de Chapman (2011, p. 167-170), consideremos mais uma ilustração da abordagem experimental. Entre os tipos de implicatura identificados por Grice, encontram-se as chamadas "implicaturas conversacionais generalizadas" (Cf. Capítulo 2, Seção 2.2.2), as quais, diferentemente das "particularizadas", operam por *default*⁵, isto é, estão vinculadas ao uso de certas formas de expressão e não se mostram sensíveis a especificidades de contextos individuais, a não ser que exista alguma indicação explícita de cancelamento (ou bloqueio). Segundo os neogriceanos, tal característica das implicaturas conversacionais generalizadas contribuiria para um aumento da rapidez e eficiência comunicativas. O exemplo a seguir ilustra um subtipo dessas implicaturas, designado por eles de "implicatura escalar" (Cf. Seção 4.3.2, Capítulo 4), porque associado a um conjunto de termos ou expressões que se apresentam ordenados em uma escala de informatividade (como <"excelente", "ótimo", "bom">):

- (a) Seu ensaio foi bom.
- (b) Seu ensaio não foi excelente.
- (c) Seu ensaio foi bom; na verdade, foi excelente.

⁵ O termo inglês *default* é emprestado do jargão técnico da ciência da informação e não encontra um equivalente corrente no português. No contexto da pragmática, essa expressão se refere a um significado ou processo pré-selecionado quando não há uma alternativa especificada. Na ausência de um substituto consagrado em nossa língua, manteremos o uso desse anglicismo no decorrer do presente trabalho.

Na visão dos neogriceanos, alguém que ouve (a), tende a derivar dessa afirmação a implicatura (b), porque, como "excelente" é mais informativo do que "bom", o falante, por força da primeira máxima da Quantidade ("Faça sua contribuição tão informativa quanto o necessário"), teria usado, naturalmente, o primeiro adjetivo em sua avaliação, se a qualidade do ensaio o permitisse. Mostra isso o enunciado (c), que tem como intenção cancelar (ou bloquear) a possibilidade de se inferir (b) a partir de (a).

Para os pós-griceanos, contudo, não existem implicaturas por *default*. De acordo com Noveck e Sperber (2007, p. 188-189), o custo do frequente cancelamento de implicaturas conversacionais generalizadas para a eficiência comunicativa superaria o benefício de sua geração por *default*. Ainda segundo esses pesquisadores, o custo do emprego dessas implicaturas é comparável ao do uso de implicaturas particularizadas, isto é, que são sensíveis a algum aspecto do contexto. Como argumento, eles apresentam alguns experimentos que tomam como variável a velocidade relativa de processamento entre as interpretações literais de termos escalares e as enriquecidas (ou seja, inferidas). Para Noveck e Sperber (2007, p. 208), tais experimentos "fornecem forte evidência de que uma interpretação enriquecida de um termo escalar fraco requer mais tempo de processamento do que uma interpretação não enriquecida, literal, como predito pela teoria da relevância, contrariamente ao que prediz, implicitamente, a teoria da I[mplicatura]C[onversacional]G[eneralizada]". A conclusão a que chegam os pesquisadores é que "ao lado de outros tipos de dados, a evidência experimental adequadamente elaborada pode ser altamente pertinente para a discussão de questões pragmáticas [...]" (*Ibid.*, p. 210).

3.2.3. Um conflito de metodologias?

Não obstante a restrição de nossas considerações aos limites da investigação posta em andamento por Grice e levada adiante por neogriceanos e pós-griceanos, é possível observar uma diversidade, ou mesmo polarização, dos enfoques teóricos adotados, com repercussão na escolha da conduta metodológica, em especial, na seleção da base de dados.

Mais precisamente, vemos que, em Grice (e seguidores próximos), uma abordagem das implicaturas conversacionais em termos de raciocínios

argumentativos, que não conta como decisiva a implementação psicológica dos processos analisados, facilita ao trabalho de construção e avaliação de teorias o manejo de situações discursivas elaboradas ou criadas pela imaginação. Já entre os pesquisadores de inclinação pós-griceana e aqueles oriundos da psicolinguística, um enfoque de inspiração cognitivista, que trata o fenômeno em termos de sua realização psicológica e, em última instância, neurofisiológica, incentiva o uso de evidência obtida por meio da construção de experimentos laboratoriais, nos quais as teorias são submetidas a teste pelo controle de variáveis e dedução de previsões, o que, segundo esses pesquisadores, lhes permite decidir, com mais clareza, entre propostas teóricas rivais.

Um aspecto desse quadro se mostra crucial para a definição do posicionamento metodológico da presente investigação: embora, às vezes, defendidas com entusiasmo por seus proponentes, as condutas metodológicas aqui consideradas não são, em princípio, mutuamente excludentes, nem podem aspirar à condição de suficiência. De fato, para cada uma delas, a par com as virtudes apontadas por seus defensores, seria possível identificar limitações. Assim é que os exemplos imaginários de Grice, se, de um lado, encapsulam intuições pragmáticas relevantes para a investigação, podem, de outro, carecer de verossimilhança ou estar viciados por preconceitos teóricos; por sua vez, os experimentos laboratoriais dos pós-griceanos, devido ao controle das variáveis, estão longe de representar situações reais e espontâneas de discurso, o que poderia, em princípio, mascarar ou empobrecer os dados. Por essa razão, mesmo experimentalistas convictos como Noveck e Sperber (2007, p. 184-185) reconhecem que melhor seria os pragmaticistas usarem "qualquer tipo de dado que possa significativamente confirmar ou refutar hipóteses" – reconhecimento que convida a uma atitude, ao mesmo tempo, de abertura e de cautela na escolha da conduta metodológica, por ocasião do planejamento de uma pesquisa na área da pragmática.

3.3. A ênfase empírica da análise da conversação

Como foi exposto no Capítulo 2, Seção 2.3.3, a análise da conversação tem como objetivo investigar os procedimentos empregados pelos participantes de um encontro conversacional na produção e interpretação dos atos interacionais (verbais e não verbais) que o constituem. A premissa metodológica básica envolvida em tal

investigação consiste no princípio de que o investigador deve conduzir sua análise a partir dos fatos observados nos dados contidos em registros de interações:

Do analista não é, então, requerido que especule sobre o que, hipotética ou imaginariamente, os interlocutores entenderam, ou sobre os procedimentos ou restrições aos quais eles, concebivelmente, poderiam ter sido orientados (Heritage; Atkinson, 1984, p.1).

A organização em turnos do discurso conversacional provê o meio decisivo para se analisarem as ações e suas interpretações:

É através desse caráter turno-a-turno da fala que os participantes demonstram uns aos outros os seus entendimentos do estado da fala; e, porque são apresentados publicamente, esses entendimentos se prestam ao tratamento analítico dos cientistas sociais (Heritage; Atkinson. 1984, p. 11).

Os analistas da conversação assumem essa premissa de forma incisiva face a posturas metodológicas tanto conceptual-dedutivas quanto experimentalistas: em ambos os casos, segundo eles, há o sério risco de se obliterar a imensa riqueza de detalhes factuais envolvidas no processo interativo, bem como o de desvirtuar, por preconcepções ou manipulação de resultados, a tarefa básica da análise que é a de ‘descobrir os traços socialmente organizados da fala em contexto, com o maior foco nas sequências de fala em contexto’ (Heritage; Atkinson, 1984, p. 5, grifo original). Esse foco sobre as sequências de fala em contexto se opõe ao estudo de enunciados isolados produzidos por indivíduos e se distancia das práticas tradicionalmente aceitas na pesquisa linguística.

Procurando identificar as diferenças de estilo no descrever a estrutura da conversação que podem ser percebidas entre as perspectivas da análise do discurso e da análise da conversação, Levinson (1983, p. 286-294) elenca as seguintes características desta última:

- “é uma abordagem rigorosamente empírica, que evita a construção teórica prematura”;
- seus métodos são “essencialmente indutivos; uma procura é feita por padrões recorrentes ao longo de muitos registros de conversações naturais”;
- uma ênfase é posta sobre “as consequências interacionais e inferenciais da escolha entre enunciados alternativos”;
- é feito “o menor recurso possível a julgamentos intuitivos”;

- o objetivo da análise é o de “descobrir as propriedades sistemáticas da organização sequencial da fala, e os modos como os enunciados são planejados para manejar essas sequências”.

Tal postura metodológica favorece a recomendação de que o material sobre o qual se debruça o analista da conversação seja constituído de registros de interações áudio- ou videogravados, com o apoio de transcrições que procurem captar graficamente o quanto for possível dos fenômenos presentes na superfície do discurso oral. Como afirmam Heritage e Atkinson: “A disponibilidade de registro gravado permite *repetido* e *detalhado* exame de eventos particulares na interação e, por isso, amplia enormemente o alcance e precisão das observações que podem ser feitas” (Heritage; Atkinson, 1984, p. 4, grifo original).

O caráter contextual e sequencial do objeto que o analista da conversação se propõe a descrever e explicar está na base, portanto, da opção por uma abordagem metodologicamente empírica e indutiva: de antemão, por mera antecipação intuitiva, não haveria como prever o curso das sequências de turnos conversacionais, nem nelas divisar uma gama de propriedades estruturais recorrentes, muito menos fixar as inúmeras maneiras como os aspectos contextuais emergem e se tornam decisivos nessas sequências, enquanto elementos de uma intersubjetividade que vai sendo negociada a cada turno de fala. Daí a necessidade do recurso a um *corpus* de registros conversacionais, amplo e detalhado, como fonte de provimento dos dados necessários à análise.

3.4. Por uma metodologia pluralista

A presente investigação sobre os processos inferenciais envolvidos na interpretação do discurso conversacional, por sua inspiração original no enfoque filosófico de Paul Grice e pela natureza contextual e sequencial dos fenômenos conversacionais, arregimenta perspectivas teóricas – a pragmática griceana e a análise da conversação – que adotam posturas metodológicas discrepantes, como mostra a nossa discussão até aqui. Mas seriam essas posturas necessariamente irreconciliáveis?

Como vimos, a pragmática griceana aborda essencialmente os aspectos mentais (ou psicológicos) envolvidos na interpretação do discurso conversacional; já a análise da conversação enfoca, sobretudo, as ações e procedimentos socialmente

organizados que estruturam a fala em interação. As possibilidades de ganhos na aplicação da conduta conceptual-dedutiva adotada na pragmática griceana parecem estar no fato de que tal conduta permite explorar a plasticidade dos processos interpretativos postulados pela reflexão introspectiva ou intuição do investigador, libertando essa reflexão da dependência de uma contingente manifestação dos processos nas situações interacionais efetivamente registradas. De sua parte, a técnica experimental promovida em trabalhos de pós-griceanos tem a virtude de possibilitar um maior controle na extração de dados, notadamente, como vimos, nas situações de testes cruciais entre propostas teóricas rivais. Já a conduta empírico-descritiva da análise da conversação oferece a vantagem de compensar os limites da intuição desarmada (talvez somente uma fração dos procedimentos e práticas empregados nas interações seja acessível a ela), além de oferecer uma base factual mais robusta à construção teórica (Heritage; Atkinson, 1984, p. 4).

Sendo assim, o resultado desta nossa discussão aponta no sentido da adoção de um pluralismo metodológico responsável. À compreensão da importância que a multiplicidade de teorias rivais tem para o progresso da ciência, convém somar o reconhecimento do valor contido na diversidade das condutas metodológicas, ressalvando-se que a adoção de determinada conduta requer uma clara percepção das implicações contidas nas diferentes concepções sobre o objeto e a finalidade da investigação. Tal ressalva é necessária para se marcar uma fronteira entre a criteriosa abertura à pluralidade dos métodos e a fácil adesão a um mero anarquismo metodológico.

3.5. A conduta metodológica adotada nesta investigação

3.5.1. A base empírica

Embora a perspectiva assumida na investigação aqui desenvolvida enfatize o viés filosófico das concepções de Grice, o que poderia favorecer uma argumentação pautada em exemplos de cenas discursivas imaginárias, a base empírica (em sentido largo) utilizada tanto para a construção teórica quanto para a sua testagem resulta da adoção de um franco – porém criterioso – pluralismo metodológico. O objeto de pesquisa são os processos inferenciais do discurso conversacional, o que significa que temos em foco um conjunto de fenômenos primariamente de natureza mental,

mas que se implementam em situações de interação social organizada por meio de ações e procedimentos específicos passíveis de descrição. O nosso objetivo é o de caracterizar esses processos como expressão da capacidade racional humana. Dessas definições decorre um quadro investigativo complexo, para o qual contribuem diversas perspectivas teóricas (a filosófica, a linguística, a psicológica, a sociológica), cada qual fornecendo seus conceitos, proposições e estilos de argumentação peculiares. O reconhecimento da legitimidade intrínseca dessas contribuições tem como consequência, no plano metodológico, o aproveitamento crítico dos argumentos oferecidos, com seu estilo e sua base de evidência.

Por essa razão, as conceituações, proposições e análises desenvolvidas ao longo deste trabalho acolhem elementos de corroboração obtidos na literatura especializada das diversas abordagens teóricas, exemplos de enunciados e simulações de diálogos elaborados pelos investigadores, assim como registros colhidos em *corpora* do português falado. O decisivo no emprego de um material assim eclético é que a base de dados utilizada não comporte casos contraintuitivos do ponto de vista da competência linguístico-pragmática do usuário da língua portuguesa brasileira e que, por sua diversidade, permita contrabalançar a importância dos diversos tipos de evidência na construção e testagem teórica.

Cabe advertir que, ao se apresentarem exemplos de interações conversacionais, imaginários ou extraídos da literatura e dos *corpora*, pode se fazer uma simplificação da transcrição, pela eliminação de notação que marque algum fenômeno linguístico ou discursivo não relevante para a análise. Além disso, os exemplos podem sofrer reformulação textual de diversos tipos (introdução de pontuação, recomposição de formas lexicais, abreviação da unidade construcional de turno) ou mesmo uma reelaboração parcial do conteúdo. No primeiro caso, a rubrica identificadora do exemplo apresentará a indicação “adaptado”, no segundo, trará a descrição “formulado com base em...”; mas se o exemplo for meramente traduzido da fonte original, esse caso será indicado na rubrica pela fórmula “extraído de...”, que valerá também para exemplos retirados de fontes em língua portuguesa. Em outras situações, optaremos por uma uniformização das indicações dos interlocutores (identificando-os por A, o falante, e B, o ouvinte) e dos referentes (X, Y, ...), ou a opção será criar, para interlocutores e referentes, nomes fictícios, ou ainda tomá-los às fontes originais dos exemplos.

3.5.2. Procedimentos

A implementação dos procedimentos de investigação observará as seguintes etapas, em consonância com os objetivos específicos fixados no Capítulo 1, Seção 1.3:

- (i) revisão da literatura relevante para a análise da descrição dos processos inferenciais em sua contextualização teórica original;
- (ii) construção de um modelo teórico pragmático que caracterize os princípios básicos do processamento interpretativo do discurso conversacional, em conformidade com os pressupostos hipotéticos (a)-(c) expostos no Capítulo 1, Seção 1.2;
- (iii) análise dos processos inferenciais identificados na etapa (i) à luz do modelo teórico construído na etapa (ii), com o objetivo de avaliar a consistência desses processos, em sua descrição original, com o modelo construído e de propor, nos casos em que tal consistência não se verifique, um novo tratamento descritivo-explanatório dos processos em questão a partir do referido modelo.

3.5.3. Critérios de avaliação da elaboração teórica

A avaliação da construção teórica resultante da investigação (Cf. Capítulo 7) se balizará pelos critérios da consistência interna das formulações, adequação descritivo-explanatória aos dados e simplicidade no tratamento dos problemas abordados. Esses critérios correspondem aos que Grice propunha para se avaliar o sucesso de um sistema explanatório (Cf. Seção 3.2.1, Capítulo 3). Dos três, apenas o critério de simplicidade parece requerer algum comentário.

Um exemplo de aplicação desse critério está no princípio da Navalha de Occam Modificada, proposto por Grice (1989, p. 47), que estipula: "os sentidos não devem ser multiplicados além do necessário". De fato, toda a teoria da conversação de Grice – e, com ela, o tratamento das implicaturas – pode ser entendida como um esforço para explicar a proliferação dos significados dos enunciados em termos de "simples truismos a respeito da conversação ou discurso", sem atribuir esses significados às propriedades semânticas da língua, o que Stalnaker (*apud* Bach, 2007, p. 27) chamou de "a clássica estratégia griceana". Na descrição do próprio filósofo, seu método consistia em trabalhar com o menor número possível de cartas sobre a mesa

(Chapman, 2008, p. 191). Como já foi dito no Capítulo 1, Seção 1.4, uma das motivações para o desenvolvimento da presente investigação se encontra na possibilidade de seus resultados contribuírem para a simplificação dos recursos explanatórios empregados no tratamento das questões sobre a significação no plano discursivo.

4. A INFERÊNCIA NO DISCURSO CONVERSACIONAL

Procedendo à implementação da primeira etapa prevista para a nossa investigação (Cf. Seção 3.5.2, Capítulo 3), buscaremos, ao longo da exposição que segue, analisar os mecanismos postulados e os pressupostos assumidos no tratamento dado pela literatura especializada ao fenômeno da inferência na conversação. Conforme esclareci no Capítulo 2, o âmbito teórico aqui considerado é, essencialmente, o da pragmática inspirada nas ideias seminais de Paul Grice, que, por isso, é designada genericamente de “griceana” (Chapman, 2008, p. 185-216), não obstante o caráter díspar das tendências aí representadas. Contudo, como também indiquei no referido capítulo, o quadro teórico de nossa pesquisa incorpora a perspectiva etnometodológica adotada pela análise da conversação; por isso, o panorama traçado a seguir levará também em conta a abordagem que os proponentes dessa perspectiva fazem dos processos inferenciais associados à organização da interação conversacional.

Na análise dos pressupostos teóricos assumidos pelas diversas propostas de análise consideradas adiante, dedicaremos especial atenção à concepção de racionalidade envolvida, com maior ou menor explicitude, na descrição dos processos inferenciais. Isso porque, na pragmática griceana, embora a racionalidade do comportamento comunicativo humano seja geralmente assumida, sua compreensão não corresponde exatamente à de Grice (Cf. Seção 2.2.3, Capítulo 2). Para esse fim, encontramos substancial ajuda nas reflexões que Marina Sbisà (2006b; 2006a) desenvolveu sobre o assunto. Por outro lado, a visão de racionalidade que subjaz o tratamento descritivo da conversação oferecido pela análise etnometodológica exibe um viés argumentativo em nada estranho às ideias de Grice; é o que pretendemos também mostrar em nossa exposição.

Conforme se disse na apresentação dos fundamentos teóricos da presente investigação (Cf. Seção 2.2.3, Capítulo 2), Sbisà (2006b) identifica, na tradição pragmática de cunho griceano (incluindo aí o próprio Grice), a vigência de duas

concepções distintas de racionalidade – a *instrumental* e a *argumentativa*. A autora define a racionalidade instrumental (RI) dizendo que “um curso de comportamento é racional quando se caracteriza pelo uso não acidental que faz o/a agente de meios eficazes, ou de meios tidos como eficazes, para alcançar as suas metas” (*Ibid.*, p. 241). Já a definição de racionalidade argumentativa (RA) é extraída por Sibsa (2006b, p. 242; Cf. Grice, 1991, p. 82-83) diretamente do que diz Grice: “racionalidade é o interesse em que as ações sejam justificadas e a capacidade (até certo ponto) de efetivar esse interesse”. Embora não sejam incompatíveis ou antitéticas, as duas concepções assim definidas parecem favorecer abordagens explanativas que, como vimos no Capítulo 3, respondem a inclinações teóricas distintas, a RI atendendo, com vantagem, aos interesses da psicologia cognitiva, a RA se mostrando congenial ao enfoque de natureza filosófica.

4.1. Inferência e implicação

Em uma definição preliminar oferecida na Seção 1.1 (Capítulo 1), caracterizamos “inferências”, no âmbito da linguagem, como processos de geração/depreensão de novos significados a partir daqueles já acessíveis, processos esses que operam, quer com base nas propriedades linguísticas dos enunciados (inferências semânticas), quer pelo recurso decisivo a aspectos contextuais da situação discursiva (inferências pragmáticas). Ao longo da próxima seção, tal caracterização receberá qualificações e detalhamentos quanto a alguns dos conceitos nela envolvidos ou subentendidos. Antes, porém, cabe considerar aqui uma decisão terminológica assumida em nossa definição que pode ensejar algum questionamento. Ainda na mesma Seção 1.1, procuramos deixar claro que entenderíamos as inferências conversacionais como um processo envolvendo os diferentes papéis que cabem ao falante (quem gera a inferência) e ao ouvinte (quem a depreende ou interpreta). Esse uso “neutro” do conceito de inferência (e de processo inferencial) em relação às atividades do falante e do ouvinte é apontado por Kent Bach (2006, p. 23) como uma das dez mais importantes confusões acerca da natureza da implicatura. O autor esclarece o equívoco em questão com uma citação do *American Heritage Book of English Usage*:

Quando dizemos que um falante ou uma sentença implica algo, damos a entender que a informação é transmitida ou sugerida sem que seja expressa diretamente ... Inferência, por outro lado, é a atividade executada pelo leitor ou intérprete ao tirar conclusões que não estão explícitas no que é dito (*apud* Bach, 2006, p. 23).

Ou seja, “implicar” designa a atividade realizada pelo emissor (falante ou escritor) da mensagem, enquanto “inferir” corresponde à parte que cabe ao receptor (ouvinte ou leitor). Bach, então, acrescenta: “Da mesma forma, as pessoas confundem, algumas vezes, “inferir” com “implicar” e “inferência” com “implicatura”. E explica:

Por que a distinção é importante? Uma razão óbvia é que a audiência pode tomar o falante como implicatando algo quando de fato ele não está. [...] De modo igualmente óbvio, um falante pode implicar algo, mesmo que a audiência não faça a inferência intencionada (Bach, 2006, p. 23).

Inegavelmente, a advertência de Bach é relevante para salientar que o fenômeno comumente designado de inferência recobre dois polos de processamento discursivo (o do falante e o do ouvinte), cada qual com suas especificidades, não obstante a estreita relação entre eles. Contudo, uma vez assinalado o alerta feito pelo autor, e esclarecida a sua motivação, importa compreender que o emprego dos termos “inferência” e “processo inferencial” com uma acepção neutra quanto às atividades do falante e do ouvinte apresenta a vantagem de permitir uma referência unívoca ao fenômeno, bem como a de sublinhar a interdependência entre as atividades envolvidas.

Por outro lado, em nossa investigação, como ficou assentado na referida Seção 1.1 (Capítulo 1), a perspectiva do ouvinte será privilegiada. Isso porque, sendo o nosso enfoque do fenômeno inferencial concentrado, em especial, na conversação, tem-se em conta que é com o ouvinte que a condição conversacional (ou dialogal) do uso da linguagem se define; sobretudo, é com a sua atuação que o sucesso da interação conversacional se estabelece e se evidencia. De modo que o nosso uso dos termos “inferência” e “processo inferencial” refletirá essa inclinação; no momento em que a tônica da discussão recair sobre as atividades próprias do falante, esperamos ficar claro, pelo contexto, que estaremos entendendo os termos como designando o processo de geração de implícitos, ou seja, de implicação de significados.

4.2. Semântica x pragmática: o papel do contexto

Conforme expõe Recanati (2006), pode-se afirmar que, por volta da segunda metade do século passado, o estudo da significação no âmbito da filosofia analítica encontrava-se loteado entre duas abordagens antagônicas. A primeira, fundada na filosofia da linguagem ideal de Gottlob Frege, Bertrand Russel, Rudolf Carnap e outros, procurava conceber e analisar o significado das expressões linguísticas, especialmente das sentenças, como resultando do significado de seus elementos constituintes, assumida a boa formação sintática dessas expressões e compreendido o significado das sentenças em termos das suas condições de verdade. A segunda abordagem, associada à filosofia da linguagem ordinária de J. L. Austin e Peter Strawson, entre outros, enxergava o *locus* apropriado para o estudo da significação no uso efetivo da linguagem, uma vez que, abstraídas dele, as palavras não teriam referência e as sentenças não seriam dotadas de valor-verdade; a situação e o contexto de uso das expressões linguísticas ganhavam, assim, um papel decisivo na determinação da significação, que não se esgotaria no conteúdo proposicional das expressões, mas incluiria, de modo crucial, as atitudes e ações envolvidas em sua enunciação.

Essas duas abordagens estão na origem da semântica formal, a primeira, e da pragmática, a segunda – duas disciplinas de reconhecida legitimidade na linguística de nossos dias. Embora a postura antagônica original dos defensores das duas abordagens tenha sido gradativamente mitigada pelo estabelecimento da semântica e da pragmática como disciplinas complementares, algo do velho conflito sobrevive na disputa ainda não resolvida acerca de suas fronteiras (Recanati, 2006, p. 443).

Uma questão focal dessa disputa consiste no papel que o contexto desempenha na determinação do significado das expressões linguísticas e, por consequência, na delimitação entre as duas disciplinas. Carnap, refinando a formulação do filósofo Charles Morris sobre a interrelação entre a sintaxe, a semântica e a pragmática, procurou estabelecer uma hierarquia entre esses campos em termos de uma crescente abstração:

Se em uma investigação é feita explícita referência ao falante, ou em termos mais gerais, ao usuário da linguagem, estamos no campo da pragmática ... Se abstraímos do usuário da linguagem e analisamos apenas as expressões e o que elas designam, estamos no campo da semântica. E se, finalmente, abstraímos também do que é designado

e analisamos somente as relações entre as expressões, nós estamos na sintaxe (lógica) (*apud* Recanati, 2006, p. 444).

Na visão de Carnap, portanto, a exclusão do usuário e, com este, do contexto de uso da linguagem, define a fronteira entre a pragmática e a semântica. A fatia de significação que toca à semântica analisar consistiria, essencialmente, na relação linguagem/mundo, em termos das condições de verdade das expressões linguísticas.

Entretanto, um problema básico dessa solução para a questão da fronteira entre semântica e pragmática está na natureza "indexical" da linguagem: nomes próprios, pronomes, advérbios de tempo e lugar, tempos verbais – ou mais amplamente, a maioria das sentenças de uma língua natural – apresentam o caráter de indexicalidade, isto é, referem-se a elementos e aspectos do contexto no qual os usuários as empregam. Uma simples sentença como "Eu passei por esta rua ontem à noite" comporta indicações de referências pessoais e de coordenadas espaço-temporais cuja determinação se mostra decisiva para a definição do seu valor-verdade. De fato, apenas quando essas indicações são mapeadas no contexto de uso da sentença podemos dizer que temos uma proposição formulada, passível de análise em termos das condições de verdade. O problema assim identificado fornece base para a proposta de que, somente quando *enunciadas* em contextos específicos, as sentenças podem exprimir proposições específicas, com valores-verdade também específicos – em outras palavras, valores-verdade só podem ser atribuídos a "enunciados" (entidades pragmáticas), não a sentenças (entidades sintático-semânticas, ou linguísticas). Tal compreensão põe em dificuldade a manutenção da divisão de trabalho entre semântica e pragmática no estudo da significação como compreendida por Carnap: se quisermos atribuir à semântica a tarefa de analisar as relações entre linguagem e mundo, essa tarefa terá que ser compartilhada com a pragmática.

Uma outra dificuldade em sustentar uma clara fronteira entre semântica e pragmática é apresentada por aqueles filósofos da linguagem ordinária que procuraram identificar o significado linguístico com as condições de *uso* das expressões. Tal conduta levou muitos filósofos a cometerem o que Searle (1969, p. 136-7) chamou de "falácia do ato de fala", que consistia em usar fórmulas como "A palavra P é usada para realizar o ato A" como um meio de explicar o significado de palavras filosoficamente relevantes, bem como de elucidar os conceitos a elas associados. Entre os exemplos apresentados por Searle: a palavra "bom" seria usada

para recomendar (Hare); “verdadeiro”, para endossar ou admitir asserções (Strawson); “saber”, para dar garantias (Austin). Desse modo, ao analisarem as sentenças em que certas palavras ocorrem em termos dos atos de fala realizados quando de sua enunciação, os filósofos da linguagem ordinária, no dizer de Bach,

acabaram propondo para seus significados explicações pragmaticamente carregadas. Eles tentaram substituir as condições de verdade das sentenças por condições para o seu uso apropriado (especialmente o que não favorecesse equívocos) e buscaram estabelecer uma equivalência entre o que o falante faz ao enunciar uma sentença e o conteúdo semântico da própria sentença (Bach, 2007, p. 27).

Uma outra solução para a questão da delimitação entre pragmática e semântica é baseada na distinção assumida por Grice entre o significado convencional (ou linguístico) e o significado do falante. Como vimos na Seção 2.2.1, Capítulo 2, o filósofo tomou o conceito de intenção comunicativa como decisivo para a caracterização do significado associado à atuação do falante na interação discursiva. Assim, para Grice (1989, p. 220), esse significado corresponderia à intenção do falante de produzir em dada audiência um certo efeito em decorrência do reconhecimento de tal intenção por essa audiência; já o significado convencional seria determinado pela configuração lexical e sintática das sentenças, sendo que a sua apreensão dependeria essencialmente do domínio competente da língua por parte da audiência. Tal distinção permite traçar, com relativa clareza, no âmbito do estudo da significação, uma linha divisória entre o objeto central da pragmática (a produção e interpretação de significados na interação comunicativa) e a esfera de interesse da semântica (o significado convencional determinado pelos sistemas lexical e sintático da língua). Nessa perspectiva, portanto, o significado convencional, ou linguístico, não seria condicionado pela enunciação de uma palavra ou sentença em dado contexto específico de comunicação; tal seria, porém, o caso do significado do falante. Importa, contudo, ressalvar que, com isso, não se está negando o fato óbvio de que o significado linguístico é, em última instância, estabelecido pelo uso que uma comunidade linguística faz das expressões; o que se nega é que usos individuais, por si, acrescentem novos significados ao conteúdo convencional das expressões, à exceção daquelas situações em que se estipulam, efetivamente, definições de termos (Bach, 2007, p. 41, n. 2).

A solução assim proposta sugere, conforme explica Recanati (2006, p. 450-451), que dois processos “distintos e radicalmente diferentes” se encontram envolvidos na interpretação de um enunciado. Primeiro, a interpretação semântica, a qual, pela mera aplicação de regras especificamente linguísticas, permite “estabelecer dedutivamente as condições de verdade de qualquer sentença da língua”, sem que, para isso, seja necessário levar em conta as intenções ou crenças do falante, embora esse processo envolva a atribuição de valores aos elementos indexicais a partir do contexto, com base nas regras linguísticas para o uso desses elementos. Assim, para a efetiva determinação do valor-verdade de uma sentença enunciada, seria necessário, em princípio, apenas agregar ao conhecimento da língua um “conhecimento mínimo” da situação de enunciação, de modo a possibilitar a fixação dos valores contextuais específicos dos elementos indexicais.

Ainda de acordo com Recanati (2006, p. 451), o segundo processo seria a interpretação pragmática, que está também “envolvida na compreensão da ação humana em geral” e consiste em atribuir ao agente uma razão, ou seja, “uma intenção particular em termos da qual podemos dar sentido à ação”. Contrastando marcadamente com o caráter “mecânico, algorítmico” da interpretação semântica, a interpretação pragmática possui um caráter “hermenêutico”, na medida em que apresenta as seguintes propriedades: (1) *caridade*, por serem as ações do agente interpretáveis somente sob o pressuposto de que ele é um ser racional; (2) *não monotonicidade [non-monotonicity]*, por se mostrar a interpretação sempre passível de cancelamento à luz de nova evidência acerca do comportamento do agente; (3) *holismo*, por não haver limite para a contribuição que o contexto pode trazer para a interpretação da ação.

Essa proposta de solução para o problema dos limites entre semântica e pragmática reconhece, portanto, que, tanto a interpretação semântica como a interpretação pragmática se servem do contexto, mas em medidas diferentes – ou de contextos diferentes: um *amplo* e outro *restrito*. Como explica Bach:

O contexto amplo abrange qualquer informação contextual relevante para se determinar a intenção do falante, bem como para a performance bem-sucedida e feliz do ato de fala ... O contexto restrito envolve informação estritamente relevante para a determinação dos valores semânticos dos [elementos indexicais] [...] O contexto restrito é semântico, o contexto amplo é pragmático (*apud* Recanati, 2006, p. 452).

Desse modo, a solução “griceana” – chamemos assim – aqui apresentada permitiria sustentar uma divisão de trabalho entre as disciplinas semântica e pragmática: à primeira caberia estudar o significado literal das expressões linguísticas e as condições de verdade da sentença; à segunda, o estudo dos atos de fala e de como é veiculada a intenção do falante na interação.

Acontece, porém, que tal solução repousa sobre uma concepção simplificada do fenômeno da indexicalidade. Se apenas um contexto estrito pode ser requerido para fixar o valor efetivo de elementos indexicais como “eu”, “aqui” e “agora”, outros elementos como os pronomes demonstrativos “este”, “esse” e “aquele” demandam algo mais, como esclarece Recanati (2006, p. 453): “Em última instância, um demonstrativo se refere **àquilo a que o falante que dele faz uso se refere ao usá-lo**” (destaque original). Em outras palavras, a atribuição de valores contextuais a esses elementos indexicais demanda que se leve em conta a intenção do falante ao usá-los, e, portanto, um contexto mais amplo. Ou seja, a interpretação desses elementos (e das sentenças em que eles ocorrem) não resulta automaticamente da aplicação das regras linguísticas acrescidas do conhecimento do contexto restrito, mas envolve a determinação da intenção do falante e, consequentemente, a interpretação pragmática. Desse modo, não se pode esperar que a interpretação semântica seja suficiente para estabelecer as condições de verdade de uma sentença; há que se considerar também a contribuição que a interpretação pragmática oferece. Assim, como no caso da proposta de Carnap, o problema aqui gira em torno da indexicalidade essencial da linguagem natural ou ordinária.

Esse problema tem sido enfrentado pela corrente pós-griceana, no âmbito mais geral de uma “pragmática verifuncional” (Recanati, 2006, p. 453), com a proposta de que o que a semântica faz é prover o intérprete com um esquema, uma representação geral do significado linguístico de uma sentença, a sua “forma lógica”, a qual é incapaz de determinar as condições de verdade. A forma lógica, então, é transformada, por meio de processos inferenciais pragmáticos, em uma representação completa do significado do enunciado, isto é, na sua “forma proposicional”, que comporta as condições de verdade. Uma característica da interpretação semântica seria, assim, a sua indeterminação. Outros autores, ainda, postulam, como Carston, a existência de dois tipos de semântica:

Parece que precisamos distinguir dois tipos de semântica, uma linguística e outra verifuncional; a primeira, naturalmente, figurando somente em uma teoria do significado do enunciado, a segunda tendo como domínio as formas proposicionais, quer de enunciados, quer de pensamentos não verbalizados. A semântica linguística é autônoma com respeito à pragmática; ela provê a entrada [*input*] para os processos pragmáticos, e as duas juntas fazem as formas proposicionais, que são a entrada para uma semântica verifuncional (Carston, 1988, p. 176).

Essencialmente, a ideia que permeia tais propostas é a de que apenas os enunciados – não as sentenças – constituem de fato as unidades linguísticas que carreiam um conteúdo proposicional, dotado de condições de verdade, razão pela qual seriam eles, propriamente, os objetos de uma pragmática verifuncional (Recanati) ou de uma semântica verifuncional (Carston). Essa ideia, porém, é combatida por Bach como uma das nove vias de retrocesso na pragmática (e semântica), todas envolvendo, basicamente, a tendência de se confundirem os dois planos de estudo do significado – o semântico e o pragmático. Para o autor:

Se por *enunciado* queremos dizer um ato de enunciação de uma sentença, em vez da sentença enunciada [...], não há como o conteúdo de um enunciado consistir em outra coisa que não o que o falante significa. É uma ilusão supor que enunciados são unidades linguísticas acima e além das sentenças. Eles são atos de fala. E os conteúdos são aquilo que os falantes querem significar ao realizá-los (Bach, 2007, p. 34-35, grifo original).

Do exposto até aqui, percebe-se que o percurso seguido pela investigação sobre a significação na linguagem verbal, sobretudo no âmbito da linguística e filosofia anglo-americanas, tem sido marcado por avanços e recuos (ou retrocessos) na tentativa de dar conta, em termos rigorosos, de uma intuitiva distinção entre um plano de significado mais especificamente linguístico e convencional, e um outro, de caráter mais contextual e não determinado por regras linguísticas – uma distinção, porém, extremamente volátil e de difícil consecução em termos absolutos, pelo que se viu.

Contudo, entre as propostas para solução do problema apresentadas ao longo desta seção, aquela que chamamos de “griceana”, por guardar estreito alinhamento com a visão de Grice, possui a virtude de contemplar uma alternativa plenamente consistente com a perspicaz observação feita por Bach na última citação, logo acima. Adotando essa proposta como balizamento fundamental para a nossa discussão do fenômeno das inferências conversacionais, temos, portanto, que a pragmática lida, essencialmente, com a atividade verbal intencional, enquanto a semântica cuida do

significado linguístico das sentenças (incluído o conteúdo proposicional resultante), embora reconhecendo algum grau de indeterminação desse significado e a consequente necessidade do recurso a uma contexto restrito (como no caso da referência de certos elementos indexicais).

Uma consequência importante da distinção entre semântica e pragmática para a questão da natureza das inferências está na possibilidade de se propor uma distinção correspondente entre inferência *semântica* e inferência *pragmática*. Brown e Yule (1983, p. 33-35, de onde se extraem os exemplos a seguir) observam que o tipo de inferência que comumente utilizamos na interpretação do discurso é de natureza bem diferente da inferência na qual, por uma via estritamente dedutiva ou lógica, de premissas como (1a) e (1b), derivamos uma conclusão como (1c):

(1a) Se faz sol, faz calor.

(1b) Faz sol.

(1c) Logo, faz calor.

Segundo esses autores, acontece com mais frequência que, de um enunciado como (2a),

(2a) João está a caminho da escola.

somos levados a concluir, entre outras coisas, que

(2b) João é um estudante.

Ou, se o enunciado (2a) vem seguido por (2c),

(2c) Semana passada, ele foi incapaz de controlar a classe.

abandonamos (2b) e concluímos que

(2d) João é um professor.

Procurando entender o que está em jogo nesses casos, observamos que, enquanto a verdade de (1a) e (1b) assegura a verdade de (1c), a verdade de (2b) e (2d) não é garantida pela verdade de (2a) e (2c). Isso porque, enquanto, (1a) e (1b), em conjunto, apresentam informação *suficiente* para chegarmos à conclusão (1c), que, por seu lado, se mostra então *necessária*, (2a) não se apresenta suficientemente informativo para chegarmos necessariamente à conclusão (2b), nem (2a) e (2c), em conjunto, carreiam informação suficiente para chegarmos a (2d) como conclusão necessária.

Com base nessa observação, podemos definir a inferência semântica como um processo essencialmente dedutivo no qual toda a informação computada para se chegar à conclusão se encontra no conteúdo léxico-gramatical dos enunciados que

servem como premissas, agregando-se a esse conteúdo, eventualmente, informação advinda do contexto restrito para a fixação dos valores dos elementos indexicais. O traço essencial de uma inferência semântica seria a sua monotonicidade, ou irrevogabilidade, isto é, na impossibilidade de se cancelar a conclusão, por ser ela necessária. Uma instância, por excelência, de inferência semântica se verifica no fenômeno do acarretamento:

- (3a) Pedro possui um cão.
- (3b) Pedro possui um animal.

Nesse exemplo, temos que não se pode afirmar (3a) e negar (3b), sob pena de se cair em contradição; isso porque, a verdade de (3a) é suficiente para garantir a verdade de (3b), sua conclusão necessária. No caso em foco, a relação de acarretamento entre os enunciados é decisivamente dependente de uma relação de inclusão (hiponímia) do significado mais específico de “cão” (hipônimo) no significado mais abrangente de “animal” (hiperônimo), ou seja, de uma relação lexical existente entre elementos constituintes da sentença enunciada. Com isso se quer dizer que a relação de acarretamento se estabelece entre as sentenças enquanto objetos linguísticos, abstraídos de suas condições de enunciação, com a exceção dos valores referenciais dos elementos indexicais, que são contextualmente fixados.

Já as características distintivas da inferência pragmática consistiriam em seu holismo, ou seja, como já definido acima, na ilimitada abertura à informação advinda do contexto amplo, e em sua não monotonicidade, isto é, como também indicado acima e ilustrado no caso posto por (2a-d), na possibilidade de se cancelar ou substituir uma conclusão pela adição de novas premissas ou de nova informação provida pela ampliação do contexto. Por tudo o que já se disse sobre a implicatura conversacional no presente trabalho, fica claro que esse fenômeno é o que melhor ilustra as características da inferência pragmática; por esse motivo, estará continuamente sob foco na exposição a ser desenvolvida nas próximas seções.

Agora, porém, uma instância limítrofe de inferência se apresenta no fenômeno da pressuposição, como ilustrado no seguinte exemplo:

- (4a) João deixou o hospital.
- (4b) João estava no hospital.

Considerando esses enunciados, verificamos que podemos tomar a verdade de (4a) como base para garantir a verdade de (4b). Contudo, enquanto no acarretamento, como exemplificado no exemplo (3a-b), a falsidade ou negação da

verdade do enunciado (a) impossibilitaria uma decisão sobre a verdade do enunciado (b), coisa diferente se dá no exemplo (4a-b), pois, da afirmação da falsidade ou negação da verdade do enunciado “João deixou o hospital”, isto é, da verdade do enunciado “João não deixou o hospital”, ainda podemos derivar a conclusão de que João estava no hospital. Isso se explica pelo fato de que tal conclusão está condicionada pela presença de um elemento linguístico específico, um gatilho pressuposicional, no caso, o item lexical “deixou”, tanto na sentença “João deixou o hospital”, quanto na sua forma negativa. Tal fato parece estabelecer o *status* semântico do fenômeno da pressuposição. A diferença entre o acarretamento e a pressuposição pode ser representada sob a forma da seguinte tabela (adaptada de Kempson (1977, p. 143)):

Acarretamento		Pressuposição	
S_1	S_2	S_1	S_2
$V \rightarrow V$		$V \rightarrow V$	
$F \leftarrow F$		$\sim (V \vee F) \leftarrow F$	
$F \rightarrow V \vee F$		$F \rightarrow V$	

Dissemos que uma diferença crucial entre as inferências semânticas e as pragmáticas está no caráter monotônico das primeiras e não monotônico das segundas. Acontece que é possível conceber situações de enunciação, nas quais um pressuposto contido em uma sentença é explicitamente negado. Por exemplo, a sentença “Tiago não vai se divorciar”, carreia o pressuposto de que Tiago é casado. Imagine-se agora uma situação em que o falante diz, enfática ou ironicamente, sem propriamente cair em contradição: “Tiago não vai se divorciar. Ele não é casado!”. Em casos como esse, portanto, encontramos, no mesmo enunciado, uma sentença que carreia determinado pressuposto e outra sentença que cancela ou revoga esse pressuposto. Situações assim apontam para o caráter não-monotônico da pressuposição e, portanto, para a possibilidade de se abordar o fenômeno no âmbito dos processos inferenciais de natureza pragmática, como se mostrará na Seção 4.3.3.2, adiante.

4.3. A inferência e as abordagens pragmáticas

No que segue, a nossa discussão dos processos inferenciais se concentrará naturalmente nas inferências pragmáticas, uma vez que são o traço característico do processo interpretativo do discurso ordinário, em geral, e do discurso conversacional, em particular. As abordagens teóricas a serem analisadas se circunscrevem, convém frisar mais uma vez, no âmbito da investigação pragmática de cunho griceano. Primeiramente, consideraremos as duas perspectivas mais bem representadas na literatura técnica dessa área, a pós-griceana e a neogriceana; em seguida, daremos atenção a posicionamentos teóricos que trazem contribuições importantes para a discussão do tema, mas que podem ser enfocados de modo independente. O tratamento dos diversos mecanismos inferenciais virá, portanto, enfeixado na exposição mais ampla dessas abordagens teóricas; espero, com isso, ressaltar as relações entre as propriedades enfocadas em um dado mecanismo e os pressupostos teóricos desse enfoque.

4.3.1. A perspectiva pós-griceana

Como já vimos em capítulos anteriores (Cf. Seção 2.2.2, Capítulo 2; Seção 3.2.2, Capítulo 3), a corrente teórica a que nos referimos como pós-griceana se confunde com o que comumente se chama de “teoria da relevância” (Sperber; Wilson, 1995; Wilson; Sperber, 2012). Essa teoria pretende oferecer um modelo cognitivo da comunicação humana em geral; aqui, porém, enfocaremos, de preferência, o que toca mais de perto à comunicação verbal.

Os defensores da teoria da relevância comungam com Grice ideias básicas como a de que a comunicação humana tem a ver com a expressão e o reconhecimento de intenções e que esse processo envolve essencialmente o recurso às inferências. No caso da comunicação verbal, segundo eles, os enunciados são evidências da intenção do falante que criam expectativas de relevância no ouvinte e o guiam em sua compreensão. Os teóricos da relevância, contudo, rejeitam, porque julgam desnecessários, o princípio da cooperação e as máximas conversacionais; as expectativas de relevância “são suficientemente precisas e previsíveis para levar o ouvinte ao significado do falante” (Wilson; Sperber, 2006, p. 607). Basicamente, o

objetivo da teoria é o de explicar em que consistem essas expectativas e qual o seu papel na compreensão.

De acordo com a teoria, as expectativas de relevância respondem a uma propriedade essencial da cognição humana que pode ser formulada em termos de um “princípio cognitivo da relevância”, que reza: “A cognição humana tende a ser orientada para a maximização da relevância”. Wilson e Sperber assim explicam essa tendência:

Como resultado de constante pressão seletiva na direção de uma crescente eficiência, o sistema cognitivo humano se desenvolveu de tal maneira que nossos mecanismos perceptuais tendem automaticamente a escolher estímulos potencialmente relevantes, os mecanismos de recuperação em nossa memória tendem a ativar suposições potencialmente relevantes e nossos mecanismos inferenciais tendem espontaneamente a processá-los da maneira mais produtiva (Wilson; Sperber, 2006, p. 610).

Cientes dessa tendência universal humana de maximizar a relevância, assim sustenta a teoria, as pessoas procuram produzir estímulos que atraiam a atenção de outras, ativem nelas um conjunto de suposições apropriadas e as levem a determinadas conclusões. Tal processo de produção de inferências, contudo, somente se torna *ostensivamente* comunicativo quando uma pessoa, ao induzir outra a fazer determinada inferência, deixa claro para ela que essa é a sua intenção (o que vem a ser, obviamente, uma aplicação do conceito griceano de significado do falante). O meio para isso vem a ser a produção de “estímulos ostensivos”, que, no caso da comunicação verbal, consiste em um enunciado: por exemplo, Tiago diz para a garçonete “Meu copo está vazio”, com a intenção de que ela conclua que ele deseja um pouco mais de bebida. Comportamentos como esse ilustram o que os teóricos da relevância chamam de “comunicação ostensivo-inferencial” (Wilson; Sperber, 2006, p. 611).

Ao produzir o seu enunciado como um estímulo ostensivo, o falante busca induzir o ouvinte a presumir (a) que esse estímulo é suficientemente relevante para merecer o seu esforço interpretativo e (b) que tal estímulo foi produzido, dentro do limite de possibilidades e interesses do falante, da maneira mais fácil possível de ser entendido pelo ouvinte. É o que estabelece um segundo princípio da relevância, agora de natureza comunicativa: “Cada estímulo ostensivo carreia a presunção de sua relevância ótima”. Em conjunto, os itens (a) e (b) explicitam o que os teóricos chamam

de “presunção de relevância ótima”, e exprimem as expectativas que o ouvinte deve ter face a um estímulo ostensivo.

A teoria da relevância é, essencialmente, uma teoria inferencial da comunicação. Segundo ela, os diversos aspectos envolvidos na tarefa do ouvinte de inferir a intenção comunicativa do falante a partir de um estímulo ostensivo verbal podem ser enfeixados em duas instruções procedimentais referidas, em conjunto, como o “procedimento de compreensão da teoria da relevância”:

- a. Siga a via de menor esforço na computação dos efeitos cognitivos.
- b. Pare quando suas expectativas de relevância forem satisfeitas.

Wilson e Sperber explicam o procedimento, em suas linhas gerais, da seguinte maneira:

O ouvinte deve partir do significado linguístico decodificado; seguindo uma via de menor esforço, ele deve enriquecê-lo no nível explícito e complementá-lo no nível implícito até a interpretação resultante atender à sua expectativa de relevância (Wilson; Sperber, 2006, p. 613).

Como exemplo, considere-se a resposta de Maria à pergunta de Pedro:

(5) [Extraído de Wilson (1998)]

Pedro: O que você quer que eu faça?

Maria: Corte a grama.

Wilson (1998) assim detalha a aplicação do procedimento de compreensão à resposta de Maria:

Dado que Pedro acabou de fazer uma pergunta, a resposta de Maria deve criar uma expectativa específica de relevância. Pedro deve esperar usar a estrutura conceitual decodificada do enunciado de Maria como ponto de partida para inferir uma resposta à sua pergunta, ou seja, uma sugestão sobre o que ela gostaria que ele fizesse. Vamos supor que o verbo polissêmico “cortar” codifique um significado único e geral, que pode ser inferencialmente restrinido de várias maneiras, fornecendo acesso a uma série de conceitos adicionais (recuperados ou construídos), cada um envolvendo um grau diferente de esforço e produzindo um efeito também diferente. A informação enciclopédica conjuntamente associada ao verbo e seu objeto direto torna o conceito *ceifar* particularmente acessível, de modo que o percurso inferencial nessa direção é curto e óbvio. De acordo com o procedimento de compreensão da teoria da relevância, se a interpretação resultante produzir efeitos suficientes para satisfazer sua expectativa de relevância, Pedro não deve procurar mais, e outras interpretações mais dispendiosas não devem ser consideradas (Wilson, 1998).

Contudo, no exemplo em questão, como assinala o autor, a interpretação dada a “cortar” como significado *ceifar* não serve ainda como resposta à pergunta de

Pedro, visto ser provável que Maria não deseja que a grama seja cortada de acordo com uma maneira antiga qualquer. Sendo assim, continua o autor:

Para satisfazer sua expectativa de relevância, ele deve restringir ainda mais a interpretação até que ela produza efeitos suficientes para tornar o enunciado relevante da maneira esperada. O processo de compreensão da teoria da relevância pode ser visto, assim, como envolvendo ajustes paralelos de conteúdo explícito e implicaturas (efeitos cognitivos pretendidos): Pedro começa com uma expectativa de relevância que garante a derivação de implicaturas específicas, para as quais o conteúdo explícito deve ser adequadamente enriquecido (*Ibid.*).

Nesse percurso, a via de menor esforço é razoável tendo em vista a expectativa do ouvinte de que o falante produziu o seu enunciado de maneira a torná-lo o mais fácil possível de se entender. Como assinalam Wilson e Sperber (2006, p. 613): “uma vez que a relevância varia inversamente com o esforço, o próprio fato de que uma interpretação está facilmente acessível confere a ela um grau inicial de plausibilidade (uma vantagem específica da comunicação ostensiva)”. A hipótese a que o ouvinte chega pela via do menor esforço, desde que não confrontada por evidência contrária, é, assim, a melhor solução para o problema de depreender a intenção comunicativa do falante. Embora possa ser falsa, visto que o processo inferencial envolvido não tem um caráter “demonstrativo”, tal hipótese é “o melhor que um ouvinte racional pode fazer” (Wilson; Sperber, 2006, p. 614).

Um ponto importante para a nossa discussão é a crítica feita pelos teóricos da relevância à ênfase dada por Grice ao papel das inferências na comunicação implícita, quando, para eles, “o lado explícito da comunicação é tão inferencial e digno de atenção pragmática quanto o lado implícito” (Sperber; Wilson, 2012a, p. 5). O curso procedural que esses teóricos postulam para a tarefa do ouvinte de recuperar a intenção do ouvinte se aplica aos dois lados. Sendo assim, Wilson e Sperber reformulam nos termos seguintes a descrição dessa tarefa, ressalvando que os procedimentos se aplicam em paralelo, com mútuo ajustamento, e não sucessivamente, por ser a compreensão um processo que se desdobra *on-line* com a produção do enunciado:

- (a) Construção de uma hipótese apropriada sobre o conteúdo explícito (EXPLICATURAS) via decodificação, desambiguação, resolução da referência e outros processos pragmáticos de enriquecimento desse conteúdo.

- (b) Construção de uma hipótese sobre as assunções contextuais intencionadas (PREMISSAS IMPLICATADAS).
- (c) Construção de uma hipótese sobre as implicações contextuais intencionadas pelo falante (CONCLUSÕES IMPLICATADAS) (Wilson; Sperber, 2006, p. 615).

As hipóteses assim construídas, isto é, as explicaturas, implicaturas de premissas e implicaturas de conclusões, podem ser revisadas e reelaboradas ao longo do processo de compreensão, e cada uma envolve em sua construção uma inferência não demonstrativa. Os dois tipos de implicaturas envolvidos nesse processo, implicatura *de premissas* e implicatura *de conclusões*, podem ser exemplificadas como segue:

- (6) [Extraído de Carston (1988, p. 157)]

A: Você leu o livro de Suzana?

B: Eu não leio autobiografias.

Premissa implicatada: o livro de Suzana é uma autobiografia.

Conclusão implicatada: B não leu o livro de Suzana.

As premissas implicatadas consistem em suposições contextuais que entram no processamento do enunciado; as conclusões implicatadas são as implicações derivadas do contexto de enunciação. Como diz Carston (1988, p. 157): “Uma vez recuperada a premissa implicatada, segue a conclusão, com base em uma regra puramente dedutiva, tomando a premissa implicatada e a explicatura do enunciado como entrada”.

O aparecimento em cena do que os teóricos da relevância designam por “explicatura” representa a postulação de um mecanismo inferencial que opera no nível do conteúdo explícito linguisticamente codificado do enunciado, enriquecendo a sua forma lógica até o ponto em que uma dada proposição é expressa. Um mesmo enunciado pode ter várias explicaturas; por exemplo, em uma conversa entre Pedro e Maria sobre o desejo de Pedro de encontrar um emprego, ocorre o seguinte par de enunciados:

- (7) [Extraído de Wilson e Sperber (1993, p. 5)]

Pedro: Você pode ajudar?

Maria (em tom de tristeza): Não posso.

Aqui, no enunciado que constitui a resposta de Maria, podemos encontrar, entre outras explicaturas possíveis, as seguintes (Wilson; Sperber, 1993, p. 5):

- (a) Maria não pode ajudar Pedro a encontrar um emprego.

- (b) Maria diz que ela não pode ajudar Pedro a encontrar um emprego.
- (c) Maria acredita que ela não pode ajudar Pedro a encontrar um emprego.
- (d) Maria lamenta não poder ajudar Pedro a encontrar um emprego.

Para Wilson e Sperber (*Ibid.*), uma explicatura consiste em “uma assunção explicitamente comunicada”, que é “recuperada por uma combinação de decodificação e inferência, sendo que, quanto maior for o elemento de decodificação, mais explícita ela se mostrará”. Entre os processos pragmáticos envolvidos no estabelecimento de explicaturas, Carston (2006, p. 636-643) elenca a saturação (fixação de valores dos elementos indexicais), a desambiguação de expressões, o livre enriquecimento das proposições pelo acréscimo de material conceitual à forma lógica, a construção conceitual *ad hoc* por meio do ajustamento (ampliação ou restrição) de um conceito lexicalmente codificado. Importa assinalar que, embora possuam o seu próprio valor-verdade, as explicaturas não contribuem necessariamente para as condições de verdade do enunciado ao qual elas se associam: no exemplo (7), como esclarecem os autores, a verdade ou falsidade do enunciado de Maria depende exclusivamente de se ela pode ou não pode, de fato, ajudar Pedro a encontrar um emprego; não de se ela diz ou não diz, acredita ou não acredita, lamenta ou não lamenta ser impossível prestar essa ajuda.

Vemos, portanto, que, para os teóricos da relevância, o processo interpretativo do discurso, tanto no plano do conteúdo explícito quanto do conteúdo implícito, exibe uma natureza inferencial e, também, que parte dos mecanismos inferenciais envolvidos apresenta um caráter não demonstrativo. Por “inferência não demonstrativa”, esses teóricos entendem o processo inferencial em que qualquer informação representada conceptualmente na memória pode ser usada pelo ouvinte. Até certo momento do desenvolvimento da teoria da relevância, seus primeiros proponentes, Sperber e Wilson, sustentavam que a postulação de um mecanismo inferencial com “livre acesso à memória conceptual” se mostrava como uma descrição apropriada do “processo central ordinário de pensamento”, que se apresenta como “relativamente não especializado” (Sperber; Wilson, 1995, p. 65). E aqui temos o aspecto que, a esta altura, manifestava com a maior clareza a persuasão cognitivista que animava a teoria. Sperber e Wilson assumiam, de forma assertiva, que “a compreensão inferencial não envolve quaisquer mecanismos especializados” (*Ibid.*, p. 66). Diziam eles:

Em particular, defendemos que o nível inferencial da compreensão verbal envolve a aplicação de processos centrais, não especializados de inferência ao produto [*output*] de especializados processos linguísticos não inferenciais (*Ibid.*).

Os autores reconheciam (*Ibid.*, p. 67) as dificuldades que essa postura teórica trazia para a sua investigação: primeiramente, a riqueza de informações disponíveis na memória conceptual do ouvinte; em segundo lugar, o fato de que, embora houvesse um geral reconhecimento de que os processos inferenciais centrais devessem ser indutivos, não existia qualquer sistema de lógica indutiva que pudesse fornecer um modelo descritivo plausível para esses processos. Buscando uma solução para as dificuldades apontadas, Sperber e Wilson propunham (1995, p. 69) serem os sistemas conceptuais humanos restritos de tal modo que “as únicas hipóteses espontaneamente concebíveis sejam aquelas que, caso falsas, se mostrem bastante suscetíveis de serem contraditadas por crenças fixadas perceptualmente”. Por outro lado, eles sustentavam que “as únicas regras lógicas espontaneamente acessíveis à mente humana são regras *dedutivas*” (grifo original) e elas “desempenham um papel crucial na inferência não demonstrativa” (*Ibid.*). Isso não significava, porém, que a validade das inferências dedutivas garantiria a validade das inferências não demonstrativas das quais fariam parte. Como explicavam ainda os autores, uma inferência não demonstrativa espontânea

não é, no todo, um processo lógico. A formação de hipótese envolve o uso de inferências dedutivas, mas não é totalmente governada por elas; a confirmação de hipótese é um fenômeno cognitivo não lógico: é um subproduto da maneira como as assunções são processadas, dedutivamente ou de outro modo (Sperber; wilson, 1995, p. 69).

No entanto, uma distinção precisa entre um sistema de entrada especializado, de processamento linguístico da informação, e um sistema central não especializado, de processamento inferencial, foi se mostrando insustentável diante da crescente evidência de que “os assim chamados sistemas centrais deveriam ser analisados em termos modulares” (Sperber; Wilson, 1995, p. 294, n. “a” ao cap. 2). De fato, em trabalho mais recente (Sperber; Wilson, 2012b), os mesmos autores afirmam haver, no desenvolvimento das ciências cognitivas, uma forte tendência “em direção a uma visão mais modular da mente”, e explicam:

Uma razão para essa tendência é que um mecanismo inferencial de uso geral pode somente derivar conclusões baseadas nas propriedades formais (lógicas ou estatísticas) das informações de

entrada que ele processa. Contrastando com isso, um mecanismo ou módulo inferencial especializado [*dedicated*] pode tirar vantagem de regularidades em seu domínio específico, e usar procedimentos inferenciais que são justificados por tais regularidades, mas apenas nesse domínio (Sperber; Wilson, 2012b, p. 267).

No caso da comunicação verbal, então, a questão a ser colocada seria:

haverá regularidades específicas à produção de enunciados (ou, mais geralmente, de comportamentos comunicativos) que poderiam dar base a um procedimento especializado mais eficiente para inferir o significado do falante a partir do seu enunciado? (Sperber; Wilson, 2012b, p. 270).

Segundo a resposta considerada por Wilson e Sperber (2006, p. 625) para essa pergunta, é exatamente no já referido princípio comunicativo da relevância (“Cada estímulo ostensivo carreia a presunção de sua relevância ótima”) que vamos encontrar caracterizada a regularidade específica do comportamento comunicativo sobre a qual se baseia o também já referido procedimento de compreensão da teoria da relevância (“Siga a via de menor esforço na computação dos efeitos cognitivos, pare quando suas expectativas de relevância forem satisfeitas”). Ainda de acordo com os autores, é esse procedimento que constitui o mecanismo inferencial especializado que “computa automaticamente uma hipótese sobre o significado do falante com base na evidência fornecida, linguística e de outra natureza”. Embora especializado em relação aos processos operantes em outros módulos da estrutura cognitiva da mente humana, esse mecanismo não fornece um conjunto de regras específicas, mas constitui uma estratégia geral que guia e restringe as inferências, as quais, por essa razão, mantêm o seu caráter não demonstrativo. Por outro lado, tendo em vista a sua especialização, isto é, por operar a partir de certas regularidades existentes na produção dos enunciados e dos comportamentos comunicativos em geral, tal mecanismo garantiria uma maior eficiência dos resultados. Como acontece com outras formas de eficiência, cognitiva ou não, a eficiência comunicativa, para a teoria da relevância, tem a ver com a relação entre custos e benefícios. Na verdade, no âmbito da teoria, a própria noção de relevância é compreendida em termos dessa relação; mais precisamente, a relevância de um estímulo ostensivo verbal para o ouvinte pode ser definida como “uma função positiva dos benefícios cognitivos que ele obteria em processar o estímulo, e uma função negativa do esforço de processamento necessário para alcançar esses benefícios” (Sperber; Wilson, 2012, p. 272).

Com a questão da eficiência comunicativa, alcançamos, creio, o ponto em que seria proveitoso refletir sobre a concepção de racionalidade que está envolvida na caracterização do comportamento comunicativo humano proposta pela teoria da relevância, mormente, no modelo divisado para a explanação do processo interpretativo do discurso. Na esfera mais “clássica” da literatura que promove essa teoria, não se encontra uma discussão alargada sobre o conceito de racionalidade que poderia fundamentar uma explanação de aspectos do comportamento humano, em geral, e da comunicação verbal, em particular. É verdade que, mais recentemente, Dan Sperber publicou (em coautoria com Hugo Mercier) um alentado estudo, intitulado *The Enigma of Reason* (Mercier; Sperber, 2017), sobre a evolução e funcionamento da razão; contudo, parece claro que não seria legítimo incluir, retroativamente, as ideias expressas pelos autores desse estudo entre os pressupostos teóricos que estão na base da teoria da relevância. Contudo, apesar da ausência de uma discussão mais detida sobre a concepção de razão ou racionalidade nos trabalhos mais representativos da teoria da relevância, é possível extrair deles um quadro relativamente compreensível de tal concepção.

Pelo que vimos na exposição apresentada até aqui nesta seção, de acordo com a teoria da relevância, o ouvinte, confrontado com o problema de prover uma interpretação para o estímulo ostensivo verbal produzido pelo falante – ou seja, o enunciado – é levado a escolher a via do menor esforço para se desincumbir da tarefa de depreender o significado do falante, isto é, a sua intenção comunicativa. Para isso, ele se serve do conteúdo linguisticamente codificado no enunciado, agregando a esse conteúdo um conjunto de dados perceptualmente acessíveis e suposições a respeito do contexto de produção do estímulo. A partir desses elementos, o ouvinte cria, por meio de processos inferenciais, hipóteses sobre a proposição explicitada no enunciado (explicaturas), sobre as assunções (premissas implicadas) e implicações contextuais (implicaturas) intencionadas pelo falante. Nesse percurso, a via de menor esforço é escolhida tendo em vista a expectativa do ouvinte de que o falante produziu o seu enunciado de maneira a torná-lo o mais fácil possível de ser entendido. Em conformidade com essa expectativa, o fato mesmo de uma hipótese sobre a intenção comunicativa do falante estar facilmente acessível é um indício de sua plausibilidade. O ouvinte, portanto, constrói a hipótese que, no dado momento, lhe seja mais informativa (mais relevante) e esteja mais facilmente disponível. Tal procedimento,

segundo os teóricos da relevância, é “o melhor que um ouvinte racional pode fazer” (Wilson; Sperber, 2006, p. 614).

Tomando em conjunto esse delineamento do processo de compreensão da comunicação conforme descrito pelos teóricos da relevância e as definições das duas concepções de rationalidade apresentadas acima, na abertura do capítulo, parece inevitável caracterizar a abordagem desses teóricos como envolvendo uma visão de rationalidade distintamente instrumental, quando enfocam o procedimento adotado pelo ouvinte em sua tarefa de depreender a intenção comunicativa do falante. É o que faz Sbisá, ao considerar, mais especificamente, o tratamento do fenômeno da implicatura dado pela teoria da relevância (Cf. Seção 2.2.3, Capítulo 2) e, de forma mais abrangente, a perspectiva geral dessa teoria. Segundo a autora:

Para a Teoria da Relevância, a cognição humana tende não meramente para resultados suficientes, mas para resultados ótimos [...] e esses devem ser alcançados otimizando-se a relevância, que é, ela mesma, um equilíbrio entre custos e benefícios, e, portanto, uma questão de rationalidade instrumental (Sbisá, 2006, p. 242, n. 5).

Cabe acrescentar que uma questão de importância, para o contexto de nossa investigação, reside no fato de que os teóricos da relevância concebem o seu modelo explanativo do processo de compreensão da comunicação verbal como dando conta de mecanismos efetivamente ativos na mente do ouvinte durante o processamento dos enunciados; vimos, inclusive, na Seção 3.2.2, Capítulo 3, que tal postura teórica anima um crescente entusiasmo entre esses estudiosos pela adoção de técnicas experimentais de investigação. De fato, Wilson e Sperber não hesitam em sugerir a natureza inata desses mecanismos:

A complexidade das inferências requeridas pelo tratamento dado por Grice à comunicação tem sido vista, algumas vezes, como um argumento contra toda abordagem inferencial. Nós estamos sugerindo uma visão alternativa, na qual, assim como as crianças não precisam aprender sua língua, mas trazem uma dotação inata substancial, da mesma forma elas não precisam aprender o que é a comunicação ostensivo-inferencial, mas trazem uma substancial dotação inata (Wilson; Sperber, 2006, p. 625).

Sendo esse o caso, a rationalidade de cariz instrumental que os teóricos da relevância reconhecem estar envolvida no procedimento de compreensão por eles descrito poderia ser contemplada como se inscrevendo na própria estrutura inata da mente humana.

4.3.2. A perspectiva neogriceana

A perspectiva neogriceana, assim como a pós-griceana, emergiu da percepção de limitações nas propostas originais de Paul Grice. Contudo, no esforço de prover reparações ou reformulações que preservassem o que entendiam ser o ganho fundamental dessas propostas, os neogriceanos se mostraram mais conservadores do que seus concorrentes no que respeita ao aproveitamento dos princípios pragmáticos formulados pelo filósofo. Dentre as iniciativas desses estudiosos no sentido de revisar o legado teórico de seu inspirador, destacam-se os modelos divisados por Laurence R. Horn (1984; 2006; 2012) e por Stephen C. Levinson (2000), que Huang (2017, p. 51-58) caracteriza como *bipartite* e *tripartite*, respectivamente.

Em seu modelo bipartite, Horn (1984) busca reformular as máximas griceanas à luz da proposta feita por linguistas funcionalistas (George Zipf, André Martinet e outros) para explicar a mudança linguística em termos da interação de duas forças antagônicas: o requisito de comunicação e o princípio do menor esforço. Desse modo, o autor formula dois princípios: o da quantidade (princípio-Q) e o da relação (princípio-R):

a. O princípio-Q (baseado no ouvinte):

Faça com que sua contribuição seja suficiente.

Diga o mais que puder (com respeito ao princípio-R).

b. O princípio-R (baseado no falante)

Faça com que sua contribuição seja necessária.

Não diga mais do que deve (com respeito ao princípio-Q).

Horn, assim, reduz as máximas griceanas a esses dois princípios, expressamente deixando intacta a máxima da qualidade, com seu “caráter especial”, já notado aliás por Grice: sem ela, “todo o aparato da conversação e das implicaturas entra em colapso” (Horn, 1984, p. 12).

Como explica Horn (1984, p. 13), o princípio-Q é uma condição de suficiência da informação comunicada e, quando explorado, gera um *implicatum* indicando um limite superior para essa informação: quem diz “... *p* ...” está implicando que, até onde sabe, “... no máximo *p* ...”. Por exemplo, se alguém, respondendo à pergunta sobre quanto X pode emprestar, diz “X pode emprestar mil reais”, implicata “No máximo (até onde sei), X pode emprestar mil reais”, pois, dada a relevância da informação sobre o montante do empréstimo, se soubesse que X teria condição de

emprestar mais, seria levado, pelo princípio-Q, a indicar essa maior quantia. Uma implicatura desse tipo é chamada de implicatura escalar, ou mais precisamente, implicatura-Q_{escalar}, porque envolve o emprego de termos ou expressões que se apresentam em escalas de informatividade, como no caso de números cardinais <n, ... 6, 5, 4, 3, 2, 1>, quantificadores <todos, a maior parte, muitos, alguns>, adjetivos <excelente, ótimo, bom>, verbos <adorar, amar, gostar>, entre outros.

Já o princípio-R, que corresponde ao princípio do menor esforço, “espelha” o princípio Q, isto é, estabelece um limite superior para a informação, e, quando explorado, gera uma *implicatum* que indica o limite inferior dessa informação: quem diz “... *p* ...” está implicando “... mais do que *p* ...” (Horn, 1984, p. 14). Uma implicatura assim gerada é chamada de implicatura-R. Exemplo típico é o ato de fala indireto: quando A pergunta a B se este pode fechar a janela, estando essa possibilidade evidente para os dois, permite a B concluir que A está fazendo algo mais do que uma pergunta, que A está, na verdade, solicitando que B feche a janela, pois uma mera pergunta, nesse caso, não teria cabimento.

Horn (1984, p. 22-23; 2006, p. 16-17) propõe uma “divisão de trabalho pragmático”, ou um equilíbrio comunicativo, na aplicação desses princípios: tomando-se expressões de uma mesmo campo semântico, aquelas “não marcadas” (isto é, que apresentam formas breves ou lexicalizadas) estão mais relacionadas, pelo princípio-R, a usos e situações comuns ou estereotipados; já as expressões “marcadas” (as que têm formas complexas ou perifrásicas) estão mais associadas, pelo princípio-Q, às situações incomuns ou não estereotipadas, em que o uso das formas não marcadas se mostra inapropriado. Por exemplo, entre as seguintes formulações:

- (8a) Aquela é minha mãe.
- (8b) Aquela é a mulher de meu pai.

Tem-se que o uso da expressão não marcada “minha mãe”, em (8a), seria o esperável no caso em que se faz referência à mãe do falante, mas se mostraria inapropriado quando a referência é feita à madrasta do falante, caso em que a formulação com a forma marcada “a mulher de meu pai” em (8b) seria a mais adequada. Como explica Horn (2006, p. 17): “Quando um falante opta por uma expressão mais complexa ou menos lexicalizada no lugar de uma alternativa mais simples, há uma razão pragmaticamente suficiente para isso, mas qual é essa razão depende do contexto particular”. Mais especificamente, no que se refere à geração de implicaturas, esse “robusto fenômeno linguístico”, como Horn (2006, p. 16) o

caracteriza, pode ser assim descrito: “o princípio-R geralmente tem a precedência até que o uso de uma forma linguística contrastiva venha a induzir uma inferência-Q face à não aplicabilidade da implicatura-R pertinente” (Huang, 2017, p. 54).

Horn (2006, p. 25) reconhece que, em seu modelo, assim como nos modelos de Levinson e dos teóricos da relevância, o tratamento do fenômeno da implicatura proposto no programa original de Grice pode ter sofrido reduções em seu escopo explanatório; contudo, segundo o autor, o arcabouço geral desse programa ainda desempenha um papel-chave na elaboração de novos modelos pragmáticos, assim como os princípios que o motivaram, entre os quais o autor cita a racionalidade. No caso do modelo do próprio Horn, em desenvolvimentos mais recentes, estabeleceu-se a visão de que o princípio-R não está subordinado ao princípio da cooperação, mas, sim, à racionalidade. Nas palavras de Horn:

o reconhecimento conjunto (embora tácito), pelo falante e pelo ouvinte, da tendência natural de se evitarem esforços desnecessários, e as inferências que F [o falante] espera que O [o ouvinte] faça a partir da eficaz observância dessa tendência por parte do primeiro são mais diretamente explicáveis pela racionalidade do que pela cooperação como tal (Horn, 2006, p. 25).

Horn endossa a opinião de que o princípio da cooperação constitui “uma dedução do princípio geral de que esperamos que os outros se comportem do modo que melhor atenda aos seus objetivos” (Smith, 1999 apud Horn; Ward, 2006, p. 24), e esse princípio geral corresponde, em essência, à concepção de racionalidade que, segundo Horn, está expressa no “princípio do meio eficiente” formulado pelo filósofo Asa Kasher, que estipula: “Dado um fim desejado, deve-se escolher a ação que mais eficazmente, e pelo menor custo, alcance esse fim, *ceteris paribus*” (Kasher, 1982, p. 32). Horn (2006, p. 24) observa que tal princípio incorpora, por sua vez, o do “minimax” de esforço e custo (“O máximo de valor pelo mínimo de custo e esforço”), que está na base dos modelos do próprio Horn, de Levinson e da teoria da relevância.

O modelo tripartite de Levinson, assim como o bipartite de Horn, concentra sua atenção na comunicação verbal e, juntamente com a inspiração do programa griceano, sofre influência do formalismo chomskyano. Levinson assinala a necessidade de se reconhecer um estrato intermediário entre o significado codificado na estrutura gramatical da sentença e o significado do falante, condicionado pela situação de enunciação da sentença, e propõe encontrar esse estrato no que ele chama de “significado do tipo-de- enunciado” [*utterance-type meaning*], ou seja, em

“um nível de inferência pragmática sistemática baseada não na computação direta das intenções do falante, mas, sim, em expectativas gerais sobre como a linguagem é normalmente usada” (Levinson, 2000, p. 22). Inerente à concepção desse nível inferencial intermediário está a ideia de que o falante depreende o significado de um enunciado com base no tipo a que esse enunciado pertence, a menos que haja alguma indicação em contrário (Sbisà, 2006a, p. 2225) – o significado assim depreendido é chamado, no modelo levinsoniano, de “presumido” [*presumptive*] (Levinson, 2000, p. 1). Segundo o autor, a postulação de um terceiro nível, intermediário, de significação não é nova; por exemplo, algo semelhante fez Austin ([1962]1976, p. 95-108) com sua divisão dos atos de fala em locucionários, ilocucionários e perlocucionários (Levinson, 2000, p. 23).

Ao nível inferencial pragmático sistemático assim divisado por Levinson corresponde uma concepção de implicatura conversacional generalizada (ICG) qualificada por ele de “católica”, pelo fato de abranger “fenômenos que outros podem querer considerar como não implicaturas (por exemplo, explicaturas ou implicituras)” (Levinson, 2000, p. 25). De acordo com Levinson (2000, p. 11), uma ICG “é, com efeito, uma inferência *default*, que captura nossas intuições sobre uma interpretação preferida ou normal”. Na Seção 2.2.2, Capítulo 2, vimos que as ICGs estão ligadas a certas palavras ou formas de expressão cuja presença em um enunciado normalmente gera implicaturas, a despeito das especificidades do contexto, desde que não haja indicação explícita de cancelamento; por exemplo, o emprego da conjunção “e” em “Carlos se sentiu mal e foi ao médico” normalmente implicata que Carlos foi ao médico *depois e porque* se sentiu mal. Isso significa, nos termos de Levinson, que, no cálculo de uma ICG, está envolvida apenas a computação do tipo de enunciado empregado pelo falante em sua contribuição, juntamente com a assunção de que ele está observando o princípio da cooperação. A possibilidade de que uma ICG seja cancelada, sua não monotonicidade, ou ainda, como Levinson prefere, sua “revogabilidade” [*defeasibility*], é a marca distintiva não só das ICGs, em oposição às implicaturas convencionais (Cf. Seção 2.2.2, Capítulo 2), mas também de tudo que o cai na esfera do pragmático.

Entretanto, a concentração nos tipos de enunciados e nas ICGs parece representar um aspecto importante em que o programa de Levinson se afasta da abordagem de Grice, tendo em vista que este parece conceber as ICGs apenas como um expediente explanatório alternativo para os casos que não se prestam a um

tratamento nos moldes das implicaturas particulares, que são condicionadas pelas especificidades contextuais e constituem o fenômeno a ser propriamente explicado pelo recurso ao princípio da cooperação e às máximas conversacionais. Como afirma Sbisà:

De fato, é como linguista que Levinson está particularmente interessado no significado do tipo de enunciado. A consideração do significado neste nível fornece aos linguistas oportunidades de generalização sobre como o significado é afetado por essas características dos enunciados, que podem ser constantes em todas as ocasiões: dos padrões de entoação à ordem das palavras, do léxico usado à estrutura sintática e morfologia. Ao se concentrar na Implicatura Conversacional Generalizada, Levinson está tentando testar até que ponto o processamento de enunciados pode ir sem invocar suposições compartilhadas, conhecimento enciclopédico do domínio sobre o qual se está falando, ou habilidades de leitura da mente (Sbisà, 2006a, p. 2226).

Para Levinson (2000, p. 11), contudo, o que está em jogo em sua discussão sobre as ICGs é, precisamente, a natureza *generalizada* desse tipo de implicatura. Segundo ele, a noção de interpretação preferida desempenha um papel central na abordagem de Grice, contrariamente ao que dizem alguns comentaristas.

Levinson (2000, p. 27-30) assinala, de início, dois problemas que se põem ao investigador da comunicação verbal. O primeiro está no fato de que, apesar da fluência com que a fala se desenrola nos eventos de conversação cotidiana, é possível verificar-se um obstáculo para a comunicação linguística na baixa velocidade com que a produção vocal ocorre, a uma média de sete sílabas ou 18 segmentos sonoros por segundo, motivo pelo qual a taxa de codificação e transferência de informação exibida pela fala humana se mostra “brutalmente lenta”, quando comparada com a taxa de transmissão de informação que se encontra em dispositivos eletrônicos relativamente simples. Em contrapartida, a investigação psicolinguística sugere que os processos de planejamento da fala pelo emissor e de sua análise e compreensão pelo ouvinte se apresentam três ou quatro vezes mais rápidos do que o processo de articulação pelo aparato vocal humano. Essas restrições fisiológicas respondem, assim, pelo descompasso entre a rapidez da preparação mental e da interpretação do discurso falado, por um lado, e o seu processo de articulação, por outro, o que “aponta para um gargalo fundamental na eficiência da comunicação humana” (Levinson, 2000, p. 28).

O segundo problema é de natureza lógica e tem a ver com o processo inferencial de recuperação da intenção do falante, tendo em vista que esse processo é caracterizado por alguns teóricos como um percurso que vai da observação do comportamento verbal à depreensão da intenção subjacente que o motiva, sendo que, em uma inferência, não se pode chegar às premissas partindo-se da conclusão que delas decorre, porque há sempre um conjunto infinito de premissas que podem levar a uma mesma conclusão. E, não obstante, os ouvintes de fato inferem as intenções dos falantes a partir de suas enunciações. Para Levinson (2000, p. 30), “deve haver restrições adicionais que limitam o espaço de procura de conjuntos de premissas”; essas restrições ele caracteriza como “heurísticas” e propõe formulá-las em termos de princípios inspirados nas máximas griceanas, como segue:

a. Heurística-Q (relacionado à primeira máxima de Quantidade de Grice)

O que não é dito, não é o caso.

b. Heurística-I (relacionado à segunda máxima da Quantidade de Grice)

O que é expresso de forma simples é exemplificado de maneira estereotipada.

c. Heurística-M (relacionada à máxima de Grice de Maneira e suas submáximas)

O que é dito de maneira anormal não é normal.

Seguem exemplos de implicaturas (adaptadas de Levinson (2000, p. 36-39, conforme Sbisà (2006a, p. 2226)) geradas com base nas regras heurísticas acima (o símbolo \rightarrow significa “implicata”).

(9) Implicaturas-Q:

- (a) Alguns dos meninos vieram \rightarrow Nem todos os meninos vieram.
- (b) João tentou chegar ao cume \rightarrow Ele não conseguiu.
- (c) O vestido dela era vermelho \rightarrow Não vermelho e azul.

(10) Implicaturas-I:

- (a) João acionou a ignição e o motor deu partida \rightarrow João acionou a ignição e então o motor deu partida, João deu partida no motor por acionar a ignição.
- (b) O piquenique foi horrível. A cerveja estava quente \rightarrow A cerveja fazia parte do piquenique.

(11) Implicaturas-M:

- (a) Pedro fez o carro parar \rightarrow Pedro parou o carro indiretamente, não da maneira normal; por exemplo, pelo uso do freio de emergência.
- (b) Os cantos dos lábios de Ana viraram levemente para cima \rightarrow Ana não sorriu exatamente.

Levinson (2000, p. 73-164) procurou reelaborar as regras heurísticas na forma de três princípios pragmáticos que ele designou de princípio-Q, -I e -M, para os quais propôs as seguintes formulações (aqui apresentadas com algumas adaptações e simplificações notacionais):

a. Princípio Q

Máxima do falante:

Não forneça uma declaração que seja informacionalmente mais fraca do que o seu conhecimento de mundo permite, a menos que uma declaração mais forte viole o princípio-I.

Corolário do receptor:

Considere que o falante fez a declaração mais forte consistente com o que ele sabe e, portanto, que:

- (i) se o falante afirmou $A(W)$, onde A é um quadro sentencial e W uma expressão informacionalmente mais fraca que S , e as expressões contrastantes $\langle S, W \rangle$ formam uma escala Horn (no caso protípico, tal que $A(S)$ acarreta $A(W)$), então pode-se inferir que o falante sabe que a afirmação mais forte $A(S)$ (com S substituindo W) seria falsa;
- (ii) se o falante afirmou que $A(W)$, e $A(W)$ não acarreta uma sentença encaixada Q , que uma declaração mais forte $A(S)$ implicaria, e $\langle S, W \rangle$ formam um conjunto de expressões contrastantes, então pode-se inferir que o falante não sabe se Q é verdadeiro ou não.

b. Princípio-I

Máxima do falante (máxima da minimização):

Diga o mínimo necessário, ou seja, produza a informação linguística mínima suficiente para atingir seus fins comunicacionais (tendo em mente o princípio-Q).

Corolário do receptor (regra do enriquecimento)

Amplie o conteúdo informacional do enunciado do falante, encontrando a interpretação mais específica, até o que você julga ser o ponto pretendido pelo falante, a menos que ele tenha quebrado a máxima de minimização usando uma expressão marcada ou prolixa.

Especificamente:

- (i) Assuma as conexões temporais, causais e referenciais mais ricas entre situações ou eventos descritos, consistentes com o que é dado como certo.

- (ii) Assuma que existem relações estereotipadas entre referentes ou eventos, a menos que isso seja inconsistente com (i).
- (iii) Evite interpretações que multipliquem as entidades referidas (assuma uma parcimônia referencial); especificamente, prefira leituras correferenciais de expressões nominais (SNs) reduzidas (pronomes ou zeros).
- (iv) Assuma a existência ou realidade do que trata uma sentença se isso for consistente com o que é dado como certo.

c. Princípio-M

Máxima do falante:

Indique uma situação anormal e não estereotipada usando expressões marcadas que contrastam com aquelas que você usaria para descrever a situação normal e estereotipada correspondente.

Corolário do receptor:

O que é dito de forma anormal indica uma situação anormal, ou mensagens marcadas indicam situações marcadas.

Especificamente:

Onde o falante disse p contendo a expressão marcada M, e há uma expressão alternativa não marcada U com a mesma denotação D que o falante poderia ter empregado no mesmo quadro sentencial, então, onde U teria implicado o subconjunto estereotípico ou mais específico d de D, a expressão marcada M implicaria o complemento da denotação d, ou seja, d' de D.

Procurando extrair a ideia básica de cada um desses princípios, poderíamos dizer, com Huang (2017, p. 55-57), que o princípio-Q tem uma natureza metalinguística e estabelece, basicamente que o não emprego de uma expressão semanticamente mais forte carrega a inferência de que a interpretação associada a essa expressão não se sustenta. Já o princípio-I constitui uma lei de economia semântica geradora de implicaturas que se conformam a expectativas estereotipadas, em consonância com o conhecimento de mundo dos participantes da interação comunicativa. Por sua vez, o princípio-M tem uma natureza essencialmente pragmática e estabelece que o uso de uma expressão linguística marcada implicaria a negação da interpretação associada ao uso de uma expressão alternativa não marcada.

Levinson é bastante claro sobre seus objetivos ao propor o seu modelo tripartite de interpretação dos enunciados linguísticos: fornecer um tratamento das ICGs que

evidencie a importância do significado presumido para a compreensão do funcionamento da linguagem humana. Estabelecendo os acordos preliminares para a sua investigação, o autor assenta:

o que é *conversacionalmente* implicado não está codificado, mas é, sim, inferido com base em algumas assunções básicas sobre a natureza racional da atividade conversacional, como afirmado no Princípio da Cooperação e nas máximas da conversação que o integram (Levinson, 2000, p. 14, grifo original).

E, ao final da elaboração de sua proposta teórica, o autor afirma que “a presente teoria propôs, de fato, ‘princípios pragmáticos para fins específicos’, mas, mesmo aqui, assim como fez Grice com suas máximas, esperamos mostrar que tais princípios decorrem das características de um desenho racional” (*Ibid.*, p. 371).

Vimos que, segundo Levinson, o descompasso, ou a assimetria, entre a relativa lentidão da articulação da fala e a relativa rapidez de seu planejamento/interpretação cria um gargalo na eficiência da comunicação linguística. Essa dificuldade e o meio de resolvê-la são assim descritos pelo autor, ao caracterizar o problema essencial que o programa griceano procurou resolver – o de explicar o desenho racional da comunicação humana: “a inferência é barata, a articulação é cara, e, portanto, os requisitos do desenho envolvem um sistema que maximiza a inferência”. Também vimos que o processo de recuperação da intenção comunicativa do falante inverte o sentido das inferências, de premissas → conclusão para premissas ← conclusão, o que requer um mecanismo que restrinja o conjunto de premissas a serem computadas e em que as inferências apresentem um caráter não monotônico.

Portanto, um modelo do desenho racional da comunicação linguística precisa resolver esses dois problemas com que se defronta o investigador: o da assimetria articulação/processamento da fala e o problema lógico do sentido das inferências. Sendo assim, um modelo que represente as propriedades do mecanismo racional empregado pelos usuários da linguagem verbal em suas interações comunicativas deve incorporar, segundo Levinson (2000, p. 30), um conjunto de heurísticas assumidas pelo falante e pelo ouvinte “que serve para multiplicar a informação codificada [...], na medida em que permite o enriquecimento inferencial do que é efetivamente codificado na escolha de um sinal específico”. O conjunto de heurísticas (princípios -Q, -I e -M) proposto pelo autor é, assim, uma tentativa de modelagem do mecanismo inferencial empregado pelo falante e ouvinte como meio de maximizar a

eficiência informativa da mensagem carreada nos enunciados, tendo em vista as restrições articulatórias da produção do sinal linguístico e o ilimitado conjunto de premissas passíveis de serem computadas no processamento interpretativo.

Desse modo, parece claro que o modelo tripartite de Stephen Levinson envolve a mesma concepção de racionalidade do meio eficiente que encontramos tanto no modelo bipartite de Lawrence Horn, quanto no dos pós-griceanos, fato que, como vimos, foi explicitamente reconhecido pelo próprio Horn. Manifestamente, tal concepção corresponde, com exatidão, ao conceito de racionalidade instrumental conforme definido por Marina Sbisà. Assim, as propostas apresentadas pelos defensores de um tratamento das inferências pragmáticas mais fiel ao pensamento original de Grice assumem uma visão de racionalidade que, embora considerada pelo filósofo, não esteve no centro de sua atenção. É o que salienta Sbisà em sua apreciação das ideias de Levinson e Carston, expostas, respectivamente, em *Presumptive Meanings* e *Thoughts and Utterances* (Cf. Levinson, 2000; Carston, 2002):

Mas em nenhum dos casos as pessoas são representadas como propriamente raciocinando; a racionalidade do curso inferencial que seguem é, portanto, mais uma questão de eficiência de conexões causais e economia de esforço de processamento do que uma questão de agir ou assumir atitudes *com base na razão*. Essa semelhança marca uma diferença entre os dois livros que examinamos como representativos das tendências de pesquisa neo- e pós-griceanas e o projeto original de Grice: Grice, como filósofo, estava interessado na racionalidade do processamento do enunciado no sentido de ser ele fundamentado em razões (Sbisà, 2006a, p. 2233, grifo original).

4.3.3. Perspectivas independentes

Ao lado das duas grandes correntes da pragmática griceana que acabamos de considerar, existem diversas propostas teóricas, com variados graus de abrangência, que podemos caracterizar de forma independente, por manterem relações específicas de aproximação ou distanciamento com o programa griceano original e com as duas correntes consideradas acima. No que segue, consideraremos dois casos que reclamam a nossa atenção pelo fato de caracterizarem novos fenômenos inferenciais na conversação ou de proporem uma abordagem particularmente instrutiva para fenômenos já conhecidos.

4.3.3.1. As implicituras, segundo Bach

O caso a ser considerado é proporcionado pelos trabalhos do filósofo Kent Bach. Uma contribuição particularmente importante desse autor para a discussão dos processos inferenciais do discurso sob a ótica griceana está no conceito de *implicitura conversacional* (Bach, 1994). Para ele, a distinção proposta por Grice entre o que é dito e o que é implicatado não parece suficiente; importa, também, distinguir o que é *implícito* do que é *implicado*. Segundo Bach, há duas maneiras de se dizer algo que, embora não inclua expressões ambíguas, indexicais ou figuradas, não se mostram totalmente explícitas: uma é quando está em jogo o processo de “completação”; a outra, quando o processo envolvido é a “expansão”. No primeiro caso, temos que uma sentença enunciada pelo falante não apresenta uma proposição completa e requer do ouvinte o trabalho interpretativo de inferir a informação que falta. Tal informação é recuperada na forma de constituintes que estão ausentes da estrutura sintática da sentença, como mostram os seguintes exemplos (extraídos de ou formulados com base em Bach, (2007, p. 31), nos quais as respostas ao que se pergunta entre parênteses completariam as proposições a serem expressas:

- (12) Daniela já *terminou* o romance. (De fazer o quê: ler, escrever, editar?)
- (13) Essas informações não são *relevantes*. (Para quem?)
- (14) Aquela estátua é *menor*. (Em relação a quê?)
- (15) João está *pronto*. (Para o quê?)

No segundo caso, a sentença enunciada pelo falante apresenta apenas uma “proposição mínima”, e ao trabalho interpretativo do ouvinte cabe a tarefa de expandi-la para, com isso, alcançar a intenção do falante, como exemplificados nos exemplos abaixo (extraídos ou adaptados de Bach, 2007, p. 30), nos quais a intenção do falante poderia corresponder ao que está expresso entre parênteses:

- (16) Luíza não tem nada (*apropriado*) para vestir
- (17) Somente João (*entre os presentes*) sabe a resposta.
- (18) Pedro e Maria são casados (*entre si*).
- (19) Ana e Paulo subiram a montanha (*juntos*).

Os casos de completação e expansão ilustrados pelos exemplos (12)-(19) põem em foco aquela parte do significado do falante que Bach (2007, p. 31) propõe chamar especificamente de “implicitura”, uma vez que o que o falante quer dizer “não está totalmente explícito nem meramente implicatado”. O autor explica que, em casos

assim, não é acurado tratar o significado do falante como “conteúdo explícito” (ou “explicatura”) do enunciado, ou ainda, como a “proposição expressa” ou “o que é dito” pelo enunciado, uma vez que uma porção desse significado *não* está expressa ou dita explicitamente, mas resulta de um processo de enriquecimento do que o falante diz. Ou seja, parte do que é comunicado se encontra apenas implícito no que é dito, quer pelo fato de a sentença se encontrar semanticamente subdeterminada e não expressar, por isso, uma proposição (o que demanda a completação), quer por ser o conteúdo efetivamente comunicado uma ampliação da proposição expressa pela sentença (o que envolve a expansão).

Bach procura explicar a sutil diferença entre a *implicatura* e a *implicitura* conversacionais:

Na implicatura, alguém diz e comunica algo, e, com isso, comunica, adicionalmente, uma outra coisa. A implicitura, no entanto, consiste em alguém dizer algo, mas comunicar outra coisa em seu lugar, intimamente relacionada ao que é dito (Bach, 1994).~

Em outras palavras, o que é implicatado (o *implicatum*) constitui uma proposição conceptualmente separada do que é dito, podendo nem apresentar constituinte linguístico em comum; por exemplo, ao dizer, “O dia está chuvoso!”, alguém pode estar querendo implicar que não pretende ir à praia. Já a implicitura emerge do fato de que uma sentença é semanticamente subdeterminada, ou porque não exprime uma proposição completa ou porque a proposição expressa é insuficiente para carrear a intenção do falante; para ressaltar esse aspecto da implicitura com um exemplo da primeira possibilidade, se, no contexto de uma discussão sobre um dado jogador de basquetebol, alguém diz “Ele é muito baixo”, tal sentença não formula completamente a proposição pretendida “Ele é muito baixo *para jogar basquetebol*”, devendo o constituinte da proposição ausente na sentença ser acrescido pelo ouvinte ao interpretar o enunciado (um caso de completação). As implicituras, portanto, constituem um meio-caminho entre o que é dito e o que é implicatado.

Enquanto os pós-griceanos alargaram o conceito de “o que é dito” ou de “o que é explícito” para incluir aqueles aspectos do significado pragmaticamente determinados que servem para estabelecer o valor-verdade de uma proposição, Bach mantém esse conceito restrito ao significado que corresponde aos constituintes da sentença enunciada e insiste na necessidade de se reconhecer entre o que é explícito e o que é implicatado, o nível do que está implícito, ou seja, o nível daqueles

elementos que, embora não expressos linguisticamente, são acrescidos pelo ouvinte em seu trabalho interpretativo de modo a depreender do enunciado uma proposição que corresponda à intenção comunicativa do falante. Segundo o autor, “presumivelmente, a disputa aqui não é sobre terminologia, mas sobre distinções psicologicamente relevantes necessárias para uma explicação da compreensão de enunciados” (Bach, 1994). Embora filósofo, Bach se coloca, desse modo, no campo de discussão dos psicólogos e linguistas cognitivistas, com seu interesse em explicar os processos que, efetivamente, são implementados na mente do ouvinte em sua atividade de interpretação do discurso.

De fato, Bach propôs, em coautoria com Robert M. Harnish, uma análise dos atos de fala (sob a designação de “Esquema do Ato de Fala”) que pretende descrever “o padrão de inferência que um ouvinte segue ao identificar a intenção ilocutória de um falante” e oferecer “pelo menos um modelo plausível das inferências que os ouvintes realmente fazem” (Bach; Harnish, 1979, p. 84-85). Tal modelo, cuja formulação final se mostra bastante complexa para detalharmos aqui, assume que o ouvinte se baseia (e o falante assim intenta que ele o faça) em crenças contextuais mútuas, ao determinar, a partir do significado da sentença enunciada, o que o falante está dizendo e, a partir daí, identificar a força e o conteúdo da ação ilocutória do falante. Contornando a elaborada formalização proposta pelos autores, a esquematização abaixo (adaptada de Bach e Harnish (1979, p. 78-89) explicita a sequência dos passos que, segundo o modelo, o ouvinte (O) executa em sua tarefa de depreender a intenção comunicativa do falante (F), considerando-se, no caso aí apresentado, a circunstância de que F está trabalhando sob um sol forte, quando O, que se encontra na cozinha, pergunta como vai indo o trabalho, ao que F responde estar indo bem, acrescentando, então: “Minha boca está ressecada”:

Estratégia locutória:

- I. F está enunciando “Minha boca está ressecada”.
2. F significa “Minha boca está muito seca” por “Minha boca está ressecada”;
3. F está dizendo que a boca de F está muito seca
4. F, se está falando literalmente, está me (O) dizendo que a boca de F está muito seca.

Estratégia literal:

Não há nada (nas circunstâncias da conversa) incompatível com a suposição de que F está me (O) dizendo que a boca de F está muito seca. Então

5. F poderia estar me (O) dizendo que a boca de F está muito seca. Então
6. F está me (O) dizendo que a boca de F está muito seca.

Estratégia indireta:

- (a) Eu (O) não solicitei ou indiquei de forma alguma o desejo por essa informação sobre a boca de F, nem isso surgiu na conversa.
 - (b) Se 6 é tudo o que F está fazendo, F estaria sendo irrelevante.
 - (c) Mas, presumivelmente, F está sendo relevante. Então,
7. F não poderia estar apenas me (O) dizendo que a boca de F está muito seca. Então
 8. Há algum outro ato conectado de uma maneira identificável sob as circunstâncias para F me dizer que sua boca está muito seca, de modo que, ao me dizer que sua boca está muito seca, F também poderia estar realizando esse ato.
 - (a) A boca de alguém estando muito seca é geralmente um sintoma de sede.
 - (b) Estar com sede é um estado que se quer aliviar bebendo alguma coisa.
Então
 - (c) F deseja uma bebida.
 - (d) F pretende que eu (O) infira (c).
 - (e) A explicação óbvia para (d) é que F quer que eu satisfaça esse desejo, a saber, dando a F uma bebida.
 - (f) F pretende que eu (O) infira (e).
 - (g) A explicação óbvia para (f) é que F pretende que eu (O) pegue uma bebida para F porque F deseja que eu (O) faça isso. Então,
 - (h) F está expressando o desejo de que eu (O) pegue uma bebida para F e a intenção de que eu (O) faça isso porque F deseja que eu o faça. Então,
 9. F está me (O) dizendo que a boca de F está muito seca e, portanto, está me (O) pedindo para pegar uma bebida para F.

Para os autores, tomar essa descrição apenas como uma “reconstrução racional” das inferências em questão seria enfraquecer a proposta de um modelo que, segundo eles, se mostra “muito mais realista psicologicamente do que pode parecer, dada sua ostensiva complexidade” (Bach; Harnish, 1979, p. 85). Um aspecto fundamental das inferências assim descritas é que elas têm um caráter *default*, isto é, elas são implementadas sempre que não há evidência explícita ou contextual em

contrário. Em um outro trabalho, Bach traça uma distinção entre a *realização* de um padrão inferencial e sua mera *instanciação*:

Vamos distinguir quando o raciocínio realiza um padrão de inferência e quando ele apenas instancia esse padrão. Um raciocínio realiza um padrão abstrato de inferência se ele contém elementos psicologicamente reais que correspondem a todos os passos desse padrão. Ele meramente instancia aquele padrão se houver algum passo que não esteja explicitamente incluído, mas apenas implicitamente assumido (Bach, 1985, p. 257).

Para Bach, é a instanciação de padrões inferenciais que está envolvida em nosso raciocínio rotineiro, como acontece nas situações de juízo perceptual, recordação, reconhecimento, compreensão de enunciados. Em casos assim, o raciocínio opera com base em uma regra que pode ser formulada da seguinte forma: “Se me parece que *p*, então devo inferir que *p*, desde que nenhuma razão em contrário me ocorra”. O autor explica a sua posição:

Estou sugerindo que nos apressamos em tirar conclusões, exceto quando consideramos antes de fazê-lo. Isso se mostra obviamente eficiente, mas quão confiável é? À primeira vista, tirar conclusões apressadas garante velocidade, sob o risco de erro. Parece que isso pode nos trazer muitos problemas. Mas não se deve esquecer de que fazer inferências é, como observou Mill, “a única ocupação na qual a mente nunca deixa de se ocupar”. Não podemos evitar o risco de possíveis erros em prejuízo da velocidade, pois sempre há mais inferências a serem feitas. Se não tirássemos conclusões apressadas, não faríamos a maioria das inferências que precisam ser feitas. De qualquer forma, parece que, quando nos apressamos em tirar conclusões, geralmente estamos certos (Bach, 1985, p. 258).

Sendo assim, parece claro que a análise à qual Bach submete os mecanismos inferenciais da comunicação verbal se mostra em consonância com uma concepção de racionalidade nitidamente instrumental, segundo a qual o comportamento (no caso em foco, a aplicação de um processo inferencial) se justifica pelo ganho de rapidez e eficiência na consecução dos objetivos almejados (no caso, a compreensão da intenção comunicativa do falante).

4.3.3.2. As pressuposições conversacionais, segundo Capone

Alessandro Capone, em seu artigo “*Pressupositions as conversational phenomena*”, procura defender a tese de “que as pressuposições podem ser fenômenos conversacionais - em outras palavras, inferências que são calculáveis pelo

emprego da racionalidade humana (e seus recursos)”; a tarefa, segundo o autor, consiste em mostrar que todas as formas de pressuposição são “calculáveis e canceláveis e, portanto, podem ser assimiladas às implicaturas conversacionais”. Para tanto, é preciso mostrar que as pressuposições enquanto fenômenos pragmáticos “teriam que ser expressas implicitamente por um falante em virtude de seu enunciado; forneceriam um significado aumentado; teriam que estar além e acima do que é dito; surgiriam em virtude de uma relação entre uma proposição e um falante com base no raciocínio” (Capone, 2017, p. 2).

Como um exemplo dessa possibilidade, entre vários outros à mão, o autor oferece o caso (aqui adaptado) em que um cliente pergunta ao lojista:

(20) Tem troco para uma cédula de 50 reais?

Segundo a análise de Capone, tal pergunta não será entendida pelo lojista como uma questão gratuita, mas sim como uma questão feita pelo cliente com o propósito de estabelecer as condições necessárias para a eventual compra de um item que custe menos de 50 reais. O cliente, por sua vez, sinaliza com sua pergunta o pressuposto de que não tem cédulas menores que a de 50 reais, pois, se tivesse, sua pergunta seria supérflua, uma vez que, nesse caso, ele utilizaria a cédula de menor valor para a compra. Caso como esses são assim esclarecidos por Capone:

Claramente, um elemento de raciocínio está envolvido no cálculo dessa pressuposição, pois o lojista perceberá a pressuposição investigando o possível objetivo da pergunta e considerando a possibilidade de que a questão não seja teórica, mas preparatório para um pedido de ação. Esse pedido só será realizado após a resolução dessa questão preliminar. A pergunta, como estrutura semântico-sintática, pode ser considerada um gatilho pragmático, ainda que o pressuposto que ela projeta não seja muito específico; nesse caso, ela apenas projeta a ideia de que a pergunta tem uma função ou propósito e, então, cabe ao ouvinte, diante de uma multiplicidade de pistas contextuais, prover uma interpretação mais específica (Capone, 2017, p. 6).

De acordo com o autor, embora metodologicamente faça sentido entender as pressuposições pragmáticas e a implicaturas conversacionais como constituindo um mesmo fenômeno, cabe traçar uma clara distinção entre esses processos, “se as pressuposições são elementos de significado que podem servir na dinâmica conversacional e sem os quais tal dinâmica faria pouco sentido e pouco progresso” (p. 8): segundo ele, as implicaturas fazem parte do que o falante tem de principal a dizer; já as pressuposições desempenham um papel auxiliar no significado do falante. Se

alguém diz “Esqueci meu relógio”, pode estar querendo implicar conversacionalmente que gostaria que seu interlocutor lhe informasse sobre a hora; porém, se alguém solicita que lhe emprestem o guarda-chuva, o pedido apenas pressupõe que esteja chovendo, porque, se não estiver chovendo não haverá necessidade de uso do guarda-chuva. Capone explica esse ponto:

O ato de pressupor que está chovendo tem uma função informacional acessória, pois o pedido parece ser amparado por sua necessidade. As pessoas ficariam relutantes em me emprestar um guarda-chuva se não estivesse chovendo, enquanto, pelo contrário, teriam a obrigação moral de me ajudar se estivesse chovendo forte (e eu não tivesse um guarda-chuva à mão) Capone, 2017, p. 7-8).

Ainda segundo o autor, mesmo as pressuposições consideradas estritamente semânticas, porque desencadeadas por elementos lexicais, “são subdeterminadas e, portanto, precisam de complementações/expansões pragmáticas” (Capone, 2017, p. 13). Ele apresenta o seguinte exemplo:

(21) Maria parou de fumar.

Aqui, a mera computação da constituição linguística da sentença não permite decidir se Maria parou de fumar um dado cigarro ou se ela abandonou o hábito de fumar. Isso indica que a interpretação da pressuposição lexical disparada pelo emprego do verbo “parar” precisa levar em conta o contexto da conversação para determinar completamente o seu conteúdo. O exemplo ilustra que “a intrusão pragmática também pode ocorrer na resolução de pressupostos (neste caso, porém, a intrusão pragmática não tem efeitos no conteúdo verifuncional, mas na inteligibilidade e adequação do discurso)” (*Ibid.*, p. 3).

Em toda a sua análise da pressuposição enquanto um fenômeno pragmático, Capone trabalha com a ideia de que

elementos de raciocínio são responsáveis por tais pressupostos implicados na conversação, confirmado que a pragmática (a pragmática genuína) tem a ver com potenciais expansões do significado do enunciado em que a racionalidade humana é empregada” (*Ibid.*, p. 8).

Em outra passagem, o autor, define o que vem a ser essa “pragmática genuína”, esclarecendo, ao mesmo tempo, o que entende por “racionamento”:

A pragmática, neste artigo, é vista como a capacidade dos usuários da língua de raciocinar explicitamente ou tacitamente sobre por que um determinado lexema foi usado em um determinado ponto da troca

conversacional, por que uma determinada escolha foi feita em vez de outra, por que o falante usou a linguagem desta forma e não de uma forma diferente. O raciocínio envolve o uso de argumentos tácitos que tomam como entradas enunciados e contextos e dão como saída inferências pragmáticas (*Ibid.*, p. 2).

Temos, desse modo, no quadro das abordagens das inferências conversacionais discutidas neste capítulo, uma perspectiva analítica que expressamente retoma a concepção griceana de razão argumentativa, e que assim o faz ao propor um tratamento para as pressuposições, exatamente aqueles fenômenos inferenciais que, reconhecidamente, são menos afeitos a uma estratégia explanativa dessa natureza, porque frequentemente associados aos processos de decodificação do significado linguístico, ou seja, do conteúdo semântico.

4.4. Inferências conversacionais: a perspectiva etnometodológica

Embora a questão não receba maior atenção nas abordagens apresentadas ao longo da Seção 4.3, os processos inferenciais descritos são, no geral, assumidos como de ocorrência verificável no âmbito da conversação, uma vez que essas abordagens se derivam, em alguma medida, da teoria conversacional esboçada por Grice. Vimos, contudo, na Seção 2.3, Capítulo 2, que o filósofo não se preocupou em esclarecer, de maneira precisa, o que distinguiria a conversa de outros gêneros discursivos, orais ou escritos, e que, para definirmos com maior exatidão o território no qual se desenvolve a nossa pesquisa, seria necessário buscar nos resultados da análise etnometodológica da conversação o fundamento teórico e a base empírica adequados para essa tarefa. O ponto importante aqui está no fato de que, em sua descrição das propriedades estruturais e dos mecanismos interacionais envolvidos na organização do discurso conversacional, os analistas da conversação se veem a braços com processos inferenciais que incorporam uma dimensão não contemplada pelas diversas abordagens griceanas do fenômeno inferencial na comunicação verbal; por essa razão, vale considerarmos mais detidamente o aporte conceitual e analítico que o seu enfoque tem a trazer para a nossa discussão do fenômeno da inferência conversacional e a sua base no comportamento racional humano, bem como o quanto esse enfoque contribui para uma caracterização mais rigorosa do caráter propriamente *conversacional* do fenômeno.

Como já sabemos (*Cf. Seção 2.3.3, Capítulo 2; Seção 3.3, Capítulo 3*), a análise da conversação busca descrever, por meio de uma metodologia rigidamente empírica, as estruturas sequenciais que organizam a arquitetura conversacional, assim como as práticas ou procedimentos que os participantes de uma conversa empregam na produção e interpretação das sequências que a constituem. Perseguindo esse objetivo, os analistas da conversação se mantêm em conformidade com a finalidade última dos estudos etnometodológicos, que é a de investigar as propriedades racionais dos “métodos” envolvidos na realização das atividades socialmente organizadas da vida diária. Dentro dessa perspectiva, a análise da conversação tem como objetivo “descrever os procedimentos e expectativas em termos dos quais os falantes produzem seu próprio comportamento e interpretam o comportamento dos outros” (Heritage, 1984, p. 241).

Contudo, o fundador dos estudos etnometodológicos, Harold Garfinkel, sustentava que “nada dita a necessidade de se decidir por uma definição de ação racional para efeito de se conceber um campo de eventos de conduta observáveis”; pelo contrário, diz o autor:

Em vez de as propriedades da racionalidade serem tratadas como um princípio metodológico para interpretar a atividade, elas devem ser tratadas apenas como um material empiricamente problemático. Elas teriam apenas o status de dados e deveriam ser explicadas da mesma maneira que as propriedades mais familiares da conduta o são (Garfinkel, 1984, p. 282).

Ou seja, propriedades como a de comparação e categorização, previsibilidade, justificação de escolhas, adequação dos meios aos fins, entre outras, podem aparecer separadamente ou agrupadas, conforme o caso, nas atividades sob análise. Sendo assim, as características racionais da interação comunicativa nos eventos de conversa não estão previamente estabelecidas, mas devem emergir ao longo da própria análise dos procedimentos e práticas adotados pelos participantes.

Para o tratamento das inferências na perspectiva analítico-conversacional, é decisivo que se levem em conta dois pares de conceitos básicos: ação/sequência e composição/posição. O primeiro desses pares conceituais põe em foco a percepção fundamental de que a atividade conversacional envolve ações (sobretudo verbais) e que essas ações se encontram estruturadas em sequências (*Cf. Schegloff, 2007, p. 1-12*). O segundo par ressalta o fato de que, para a interpretação das ações

conversacionais, é importante considerar a sua *composição* (verbal) e a sua *posição* nas sequências (Cf. Clift, 2016, p. 64-94).

A propriedade fundamental das sequências conversacionais enquanto sucessões estruturadas (isto é, não aleatórias) de ações se encontra na existência de regras de relevância (Schegloff, 2007, p. 19-21) que operam entre os turnos de fala. Entre essas regras, destaca-se a relevância condicional, responsável pelo emparelhamento dos turnos que constituem as sequências conversacionais mínimas, os pares adjacentes. Retomando a definição de Schegloff já apresentada (Seção 2.3.3, Capítulo 2):

Por relevância condicional de um item para outro, queremos dizer: dado o primeiro, o segundo é esperável; quando este ocorre, pode ser visto como sendo um segundo item em relação ao primeiro; quando não ocorre, pode ser visto como oficialmente ausente – tudo isso possibilitado pela ocorrência do primeiro (Schegloff, 1986, p. 364).

Ainda de acordo com Schegloff, “o poder da relevância condicional é tal que, com base nela, uma variedade de fortes inferências pode ser feita pelas pessoas” (p. 367), assim é que, em um par adjacente do tipo chamado-resposta, como o turno da resposta tem sua relevância condicionada pelo turno do chamado, a não ocorrência da resposta enseja ocasião para uma série de conclusões possíveis. Como exemplo, considere-se sequência conversacional apresentada abaixo, que se segue a um chamado de A não respondido por B:

(22) [Formulado com base em Schegloff (1986, p. 367)]

A: Você está bravo comigo?

B: Por que você acha isso?

A: Você não me respondeu quando eu chamei.

B: Ah, não. Eu apenas não ouvi você chamar.

Nessa sequência, podemos observar que, quando questionado por B sobre a razão para a sua inferência, A refere a ausência de uma resposta da parte de B; e B, ao negar a inferência de A, reconhece a sua legitimidade enquanto inferência.

Como esclarece Clift:

[...] a preocupação analítico-conversacional com trajetórias de ação, em vez de enunciados individuais, nos distancia bastante do foco tradicional sobre a *composição* de frases e sentenças, abstraídas de suas ocorrências em sequências de interação (Clift, 2016, p. 64).

Para a análise da conversação, no dizer de Schegloff, “tanto a posição quanto a composição são normalmente constitutivas do sentido e importância de um elemento de conduta que dá corpo a algum fenômeno ou prática” (*apud* Clift, 2016, p. 65). Por outras palavras, na perspectiva analítico-conversacional, a composição linguística de uma sentença e a posição que ela ocupa, ao ser enunciada em uma sequência de ações conversacionais, respondem à intenção comunicativa do falante e, portanto, devem ser computadas no processo de depreensão inferencial por parte do ouvinte.

É o que o exemplo a seguir ilustra:

(23) [Formulado com base em Clift (2016, p. 72)]

A: Você vai chegar cedo amanhã?

B: Bem, eu tenho uma porção de coisas a fazer antes de sair de casa.

Nesse par adjacente pergunta-resposta, a contribuição de B, se tomada estritamente em sua composição linguística está longe de equivaler a uma simples resposta negativa a uma pergunta que, em princípio, condicionaria uma resposta relevante do tipo sim/não. Porém, o fato de que o turno da contribuição de B segue imediatamente o turno da contribuição de A, que contém uma pergunta dessa natureza, leva à conclusão natural de que, ao dizer o que diz, B está respondendo relevantemente à pergunta feita por A. Tal conclusão é, adicionalmente, consistente com a presença do marcador adverbial “bem”, sugerindo o caráter não preferencial da resposta que começa a ser formulada. Que tal resposta é a de que B terá dificuldade de chegar cedo e, possivelmente, não o fará, resulta claramente de um cálculo implicatural a partir do conteúdo informacional da sentença, e, portanto, de sua composição. Contudo, o requisito de que A ouça na contribuição de B uma resposta à sua pergunta se coloca como básico para que A assuma a observância do princípio da cooperação por parte de B, satisfazendo, assim, a condição inicial para a efetivação desse cálculo, se nos contentarmos aqui com uma explicação nos termos originais de Grice. Percebe-se, assim, a íntima relação que se estabelece entre o aspecto posicional e o aspecto composicional dos enunciados constitutivos das sequências conversacionais, bem como a importância dessa relação no processamento interpretativo do discurso conversacional, mais particularmente das inferências aí geradas.

A abordagem analítico-conversacional das inferências enfatiza, contudo, o papel que o caráter sequencial das ações tem no discurso conversacional. Como observa Sidnell:

A descoberta da organização sequencial na segunda metade da década de 1960 coincidiu mais ou menos com o surgimento da análise da conversação como um campo. Outros, inclusive retóricos, dramaturgos, filósofos e linguistas, assinalaram a existência de ações emparelhadas tais como pergunta e resposta, saudação e saudação. O que Sacks e Schegloff descobriram foi a ordem normativa ou a lógica que embasa essas ações emparelhadas. Isso tornou possível examinar não apenas ações emparelhadas *per se*, mas a sequenciação conversacional e a relevância condicional (Sidnell, 2010, p. 73).

E essa parece ser a contribuição fundamental que tal abordagem traz para a discussão do fenômeno inferencial na conversação. Os processos inferenciais operantes no discurso conversacional são sensíveis ao contexto, e isso lhe confere o caráter *pragmático*, na acepção técnica do termo. Contudo, tais processos se mostram também sensíveis à natureza sequencial da conversação, e isso garante o seu caráter propriamente interacional, ou mais especificamente, *conversacional*. Portanto, o elemento sequencial que integra decisivamente o conceito de discurso conversacional, como entendido pela perspectiva analítico-conversacional, reclama ser levado seriamente em consideração no tratamento tanto dos processos inferenciais operantes na conversação, quanto do seu fundamento racional. É possível constatar que esse não é o caso nas várias abordagens das inferências pragmáticas como apresentadas ao longo deste capítulo. É inegável que noções como o princípio da cooperação e as máximas (sobretudo, a da relação) apresentadas por Grice como as chaves para se elucidar o funcionamento racional da comunicação humana envolvem inescapavelmente a condição sequencial das contribuições dos participantes. Contudo, na concepção de Grice e da pragmática griceana, essas contribuições são entendidas basicamente como enunciados dotados de um conteúdo informacional, ou poderíamos agora dizer, proposicional; já para a abordagem analítico-conversacional elas consistem essencialmente em ações.

A diferença é de importância e já foi assinalada no Capítulo 2, Seção 2.4. Pode-se dizer que, não só historicamente, a teoria dos atos de fala de Austin ([1962]1976) precede a teoria conversacional de Grice, no sentido de que, em certa medida, a primeira provê a ambigüidade conceitual para a formulação da segunda. Isso significa

que, na abordagem de Grice e, em parte, dos griceanos (Cf., por exemplo, o modelo de Bach e Harnish (1979)), o elemento acional (ou “performativo”) que integra as contribuições dos participantes em uma conversa é compreendido nos termos da teoria dos atos de fala. Contudo, diferentemente do que fazem Austin e os seus seguidores (cf. Searle, 1969), os analistas da conversação não partem de uma classificação das ações com base em termos vernaculares comuns como “prometer”, “criticar”, “desculpar-se”, “aprovar” etc. É o que esclarece Schegloff:

[...] nós começamos *não com nomes de tipos de ações*, não com classes de ações, mas com dados singulares, cada um inserido em seu contexto, e procuramos descobrir – no caso em questão – o que o falante parecia estar fazendo e o que, na fala ou em outra conduta, assegura ou expressa que aquilo é o que estava sendo feito. [...] Proceder assim pode nos levar a descobrir ações que não possuem nomes vernaculares, que a teoria dos atos de fala não poderia normalmente considerar para análise (Schegloff, 2007, p. 8, grifos originais).

Desse modo, a abordagem analítico-conversacional, por seu rigor empirista, se mostra capacitada a oferecer um tratamento mais perceptivo da complexidade envolvida nos mecanismos que entram em jogo na atividade conversacional, possibilitando, assim, a identificação e a descrição de fenômenos cruciais para uma caracterização mais precisa das propriedades que distinguem o discurso conversacional de outras formas de uso comunicativo da linguagem.

Mais particularmente, para os objetivos que animam a presente investigação, a contribuição teórica trazida pela análise da conversação possibilita uma delimitação mais clara da esfera discursiva em que podemos encontrar o material para a análise do fenômeno inferencial – a conversação - e, com isso, uma percepção mais exata dos aspectos a serem considerados na descrição das propriedades e processos que se manifestam no fenômeno.

5. O CARÁTER RACIONAL DAS INFERÊNCIAS CONVERSACIONAIS

No Capítulo 4, tomando por base a distinção sugerida por Marina Sbisà (2006b) entre as duas noções de racionalidade que, em certa medida, diferenciam o modo como Grice, por um lado, e seus epígonos, por outro, concebem a natureza racional da conversação, procuramos emparelhar as descrições dos mecanismos inferenciais oferecidas pelas principais abordagens teóricas no âmbito da pragmática griceana com uma caracterização mais precisa das concepções de racionalidade nelas envolvidas. Além disso, buscamos fazer o mesmo com a análise da conversação, tendo em vista que essa perspectiva enfoca, *grosso modo*, o mesmo âmbito fenomênico das abordagens griceanas e com elas partilha um interesse pela natureza racional do comportamento humano, o que tem a contribuir com o nosso tratamento das inferências conversacionais e de sua base racional. Procedendo assim, quisemos dar conta da primeira etapa prevista para a nossa investigação.

Já o presente capítulo compreende a parte central deste trabalho, a implementação das duas etapas restantes, e principais, da investigação. A nossa tarefa será explorar, de forma consequente, a importância das ponderações de Sbisà:

Na prática de conversação, bem como na prática de leitura, muitas vezes é difícil distinguir o significado implícito de meras associações psicológicas ou suposições fantasiosas que o ouvinte projeta nos enunciados do falante. Quando compreendido em termos não psicológicos, o requerimento griceano de calculabilidade nos oferece um critério, pelo menos no que concerne à implicatura conversacional, e, em geral, um modelo para a monitoração da compreensão do discurso. A atribuição de implicatura conversacional deve encontrar suporte em argumento, e em um argumento que siga um percurso inferencial de determinado tipo. Do mesmo modo, outros tipos de significado acessíveis, mas não explicitamente formulados, somente devem ser atribuídos a um enunciado ou texto com base em alguma justificativa, possivelmente expressa na forma de uma conexão inferencial motivada (Sbisà, 2006b, p. 246).

Essas observações são aduzidas pela autora como parte da sua explicação da diferença entre uma abordagem dos fenômenos inferenciais operantes na comunicação verbal que assume uma concepção argumentativa da racionalidade (o

caso de Grice) e a que enfoca esses fenômenos de uma perspectiva cognitivista (o caso dos neo- e pós-griceanos), como recursos de maximização da eficiência comunicativa, em consonância com uma visão instrumental da razão humana. Não que esses enfoques sejam incompatíveis, reconhece Sbisà (2006b, p. 246), pelo contrário, parece melhor encará-los como complementares. Contudo, as considerações da autora salientam a relevância, inclusive de ordem prática, de se examinar a possibilidade de um tratamento amplo dos processos inferenciais da conversação em termos condizentes com uma concepção da racionalidade como manifesta nessa atividade fundamental do espírito humano que é o arrazoado, a argumentação.

Na introdução deste trabalho (Seção 1.2, Capítulo 1) já procurei imbuir a nossa investigação do ânimo expresso por Grice, na abertura de suas Conferências John Locke, proferidas em 1979, em Oxford, intituladas “*Aspects of reason*”:

mais de um filósofo tem sustentado a visão de que consequências filosóficas vitalmente importantes podem ser alcançadas por derivação da ideia de um ser racional. [...] não sei se conclusões tão grandiosas assim podem ser derivadas do conceito de um ser racional, mas devo confessar que tenho uma persistente esperança de que possam e um insistente desejo de descobrir se esse é o caso (Grice, 2001, p. 4).

A cautela aí expressa por Grice é legítima. Contudo, as considerações tecidas por Marina Sbisà na passagem acima se mostram promissoras o suficiente para buscarmos enfocar o processamento interpretativo do discurso conversacional sob a ótica de um modelo teórico que saliente a natureza não só racional, mas, sobretudo, argumentativa desse processamento; isso foi o que o próprio Grice procurou fazer com as implicaturas conversacionais. A nossa tarefa consistirá, portanto, em tentar alargar o escopo descritivo e explanatório de um modelo concebido em moldes griceanos, de forma a abranger o conjunto mais amplo dos processos inferenciais que podem ser divisados na interpretação da conversação.

Nessa direção, dois objetivos canalizam a discussão desenvolvida nas próximas seções: o primeiro comporta a tentativa de formular, a partir de uma concepção argumentativa da razão, um tal modelo do processamento interpretativo do discurso conversacional. O segundo será o de reconsiderar, à luz dos conceitos e princípios constitutivos desse modelo, os processos inferenciais postulados e descritos na literatura pragmática de cunho griceano, bem como a atividade inferencial

caracterizada pela perspectiva analítico-conversacional, conforme expostos no capítulo anterior.

5.1. O conceito de razão na filosofia e na ciência

A noção de *razão* como uma faculdade da mente humana que confere ao comportamento do indivíduo que dela faz uso a propriedade de *racionalidade* e a condição de ser avaliado como *racional* recebeu, no âmbito da reflexão filosófica, um delineamento conceptual que a colocou, a um só tempo, nas posições de objeto e de requisito fundamentais dessa reflexão. Na Seção 2.2.3, Capítulo 2, já discorremos brevemente sobre a concepção filosófica de razão sustentada por Grice, ao apresentarmos os fundamentos teóricos de nossa investigação; mais adiante, teremos oportunidade de referir outros aspectos dessa concepção, ao discutirmos com mais detalhe o que deve ser entendido por *racionalidade argumentativa* no contexto desta pesquisa.

Entretanto, o conceito de razão não constitui um tema privativo da reflexão filosófica. Pelo contrário, a investigação científica nas áreas da sociologia e psicologia tem se dedicado também a elaborar as noções de “razão”, “racionalidade” e “racional”; nessas esferas, podemos destacar duas abordagens, a etnometodológica e uma outra, de cunho cognitivista, que se mostram bastante consistentes com a concepção que queremos considerar em nossa discussão.

5.1.1. A abordagem etnometodológica

Em sua obra clássica, *Studies in ethnmethodology*, Harold Garfinkel (1984, p. 262-283) procurou corrigir o que ele identificou ser uma inclinação dos sociólogos de sua época para o estudo dos aspectos não racionais do comportamento humano e propôs, como objetivo da etnometodologia (à qual, vimos, se vincula a perspectiva analítico-conversacional), enfocar as propriedades racionais da atividade diária humana, bem como as condições sociais em que elas se definem. Adotando uma classificação elaborada pelo filósofo e sociólogo Alfred Schutz, o autor oferece um inventário das “racionalidades” manifestas nas ações humanas, no qual constam a “categorização e comparação”, a “busca por ‘meios’”, a “previsibilidade”, as “regras de procedimento” etc. Entre as 14 rationalidades identificadas, distinguem-se como

“científicas” a que requer uma compatibilidade das relações entre meios e fins com a lógica formal, as que envolvem o requisito de clareza e distinção das etapas de resolução dos problemas e a que estipula a necessidade de se acomodar a descrição de situações ao conhecimento científico. Essa distinção atende a uma diferenciação entre a atitude da vida cotidiana e a atitude da teorização científica:

as rationalidades científicas, de fato, ocorrem como propriedades estáveis de ações e como ideais sancionáveis somente no caso de ações governadas pela atitude da teorização científica. Em contraste, ações governadas pela atitude da vida cotidiana são marcadas pela específica ausência dessas rationalidades quer como propriedades estáveis quer como ideais sancionáveis (Garfinkel, 1984, p. 270).

Tais considerações, que o autor insiste serem “questões empíricas, não doutrinais” (*Ibid.*), marcam assim uma fronteira entre a rationalidade como concebida nos limites da atividade científica e a rationalidade como percebida nas atividades da vida diária. Garfinkel (*Ibid.*, p. 272-277) propõe uma reconstrução do “problema da rationalidade” com base na distinção entre as duas atitudes e entre seus pressupostos, que podem ser assim resumidos: nas situações cotidianas, os atores assumem que os objetos e eventos relevantes são como se manifestam, podem afetar os atores e ser por eles afetados, apresentam-se segundo uma perspectiva temporal comum, estão enquadrados em um esquema de “fatos naturais da vida” e têm sua interpretação dependente das condições de intersubjetividade e privacidade vigentes entre os atores. Contrariamente, nas atividades de teorização científica, valem as regras que estabelecem a “neutralidade oficial” face à crença de que os objetos do mundo são tais como se apresentam, a irrelevância tanto da situação do teorizador quanto do tempo comum, bem como o caráter anônimo e público da representação do mundo proposta na teorização.

Ainda em acordo com Schutz, Garfinkel (*Ibid.*, p. 277) sustenta que a dificuldade encontrada pelos sociólogos para apontar as características do que seria uma “escolha racional” no contexto da vida diária reside no fato de eles procederem em termos das “rationalidades científicas”, em vez de “atentarem para as reais rationalidades que os comportamentos das pessoas efetivamente exibem ao lidarem com suas questões práticas”. Daí a proposta do autor no sentido de que “os sociólogos deixem de tratar as rationalidades científicas como uma regra metodológica para a interpretação das ações humanas” (*Ibid.*, p. 279). Ou dito mais expressamente:

Em vez de as propriedades da racionalidade serem tratadas como princípios metodológicos para a interpretação da atividade, elas devem ser tratadas apenas como material empiricamente problemático. Elas deveriam ter o *status* apenas de dados e deveriam ser explicadas da mesma maneira como as propriedades mais familiares da conduta são explicadas (Garfinkel, 1984, p. 282).

É sob essa luz que os estudos etnográficos sobre o raciocínio e a habilidade realizados por um discípulo de Garfinkel, Eric Livingston, devem ser considerados. Por exemplo, analisando os processos de raciocínio envolvidos no jogo de damas, o autor afirma: “o raciocínio no jogo de damas não é uma forma de raciocínio universal aplicada a esse jogo; é, sim, um tipo de raciocínio inerente às práticas de jogo de tabuleiro, que nelas vive e por elas é sustentado” (Livingston, 2016, p. 8). A conclusão geral que esse autor extrai de seus estudos é que “o raciocínio pode não ser o tipo geral de coisa que nos disseram ser”; na verdade, ele “se mostra como um tipo mundano de coisa que pertence a uma atividade, e é parte dela’. O raciocínio assim compreendido em seu “habitat natural” é caracterizado por Livingston como um “raciocínio em estado selvagem” [*reasoning in the wild*]” (*Ibid.*, p. 8-9).

O aspecto crucial do enfoque etnometodológico para o nosso modelo de racionalidade está na focalização das propriedades racionais relevantes não nas atividades especializadas da ciência, mas nas situações ordinárias, corriqueiras de atividade social humana. Justamente porque o escopo de nossa investigação consiste no que já caracterizamos como a manifestação cotidiana prototípica de atividade linguística – a conversação, a qual se apresenta como a forma mais especificamente humana de interação e, nessa condição, constitui a “corporificação primária e fundamental da socialidade” (Schegloff, 2020, p. 70-71).

Seria instrutivo estabelecer, aqui, uma comparação entre o cenário do pensamento sociológico no qual Garfinkel, conforme referido acima, fez a proposta de seu programa de estudos e o ambiente filosófico em que se desenvolveram as ideias de Paul Grice, em especial, o contexto da filosofia praticada na Universidade de Oxford, nas décadas de 1940 e 1950. Nesse período, a figura em destaque era a de J. L. Austin, com sua abordagem dos problemas filosóficos a partir de uma cuidadosa análise das palavras e expressões convencionalmente utilizadas para formulá-los. Na origem do moderno interesse filosófico pela análise da linguagem, podemos encontrar, entre outros, Gottlob Frege e Bertrand Russel. A importância mais específica desses dois matemáticos e filósofos reside no fato de que, diferentemente

dos filósofos oxfordianos, sua atenção estava voltada, sobretudo, para a lógica matemática. Como esclarece Chapman (2008, p. 36), falando sobre Russel: “seu interesse na análise da linguagem e, portanto, no significado surgiu de uma preocupação por analisar a linguagem em que as ideias da lógica são expressas e, em última instância, por refinar essa linguagem”. Uma compreensão básica que animava esse interesse consistia na percepção da inferioridade da linguagem ordinária quando comparada à linguagem formal propiciada pela lógica simbólica, o que implicava um descrédito para a primeira quando a questão era a discussão de problemas científicos ou filosóficos. Já para Austin, e para os que comungavam da sua perspectiva, a situação era bem diferente, pelo menos no campo da investigação filosófica. Como diz Chapman, explicando a visão austiniana:

Não se trata apenas de ser a linguagem do dia a dia um objeto digno e um veículo adequado para a investigação filosófica. Mais do que isso, ela constitui a única ferramenta que se pode considerar suficiente para os propósitos filosóficos, lapidada como é por gerações de uso para descrever as distinções e conexões que os seres humanos têm achado necessárias (Chapman, 2008, p. 40-41).

O aspecto relevante comum a essas duas posturas, a etnometodológica e a dos filósofos da linguagem ordinária, está no entendimento da centralidade da atividade diária humana: para o estudo da racionalidade do comportamento social, no caso da primeira; para a análise dos problemas enfrentados pela reflexão filosófica, no caso da segunda. Cabe lembrar, contudo, que, entre os filósofos oxfordianos, Grice se destaca por concentrar o seu interesse pela linguagem ordinária na possibilidade de compreender a conversação como uma manifestação do comportamento racional humano (Grice, 1989, p. 28), o que o aproxima ainda mais das preocupações que motivaram os estudos etnometodológicos divisados por Garfinkel, embora, desnecessário dizer, tal aproximação não implique qualquer interdependência teórica entre esses pensadores.

5.1.2. A abordagem cognitivista

Já no âmbito da ciência cognitiva, Hugo Mercier e Dan Sperber, em trabalho recente, intitulado *The enigma of reason* (Mercier; Sperber, 2017), se dedicam à resolução de dois enigmas que, segundo eles, envolvem a razão como normalmente concebida: por um lado, a capacidade racional é uma vantagem evolutiva com que

apenas a espécie humana foi dotada; por outro, tal capacidade se apresenta, com frequência, falha. Esse duplo enigma é o resultado de um percurso investigativo trilhado pela tradição filosófica ocidental e a ciência cognitiva das últimas cinco décadas: a filosofia propôs uma concepção de razão como a faculdade que distingue os homens dos outros animais com a possibilidade de um conhecimento imensamente superior ao destes; a pesquisa experimental dos psicólogos cognitivos pôs em questão a suposta excelência dessa faculdade.

Os autores procuram mostrar que a razão, enquanto capacidade de fazer raciocínios, não constitui uma faculdade especial que, por um capricho da evolução, se sobreponha às demais capacidades cognitivas humanas; porque é normalmente entendida dessa forma, os resultados das pesquisas experimentais demonstrando que as pessoas cometem graves equívocos ao raciocinarem são recebidos como uma prova de que essa especial vantagem evolucionária se apresenta como sistematicamente falha. Os autores sustentam que, longe de ser um superpoder adicional da mente humana, a capacidade de raciocínio “se enquadra naturalmente entre outras capacidades cognitivas humanas e, a despeito de evidência em contrário, é bem adaptada à sua verdadeira função” (Mercier; Sperber, 2017, p. 5). Contornando a discussão sobre o processo pelo qual a razão evoluiu, consideraremos a seguir como os dois autores caracterizam o funcionamento dessa capacidade ao desempenhar as suas funções.

Segundo Mercier e Sperber, a razão é um mecanismo para fazer inferências intuitivas. Eles oferecem uma descrição visual dos processos intuitivos:

Quando você tem uma intuição – [...] – essa intuição emerge totalmente formada em sua consciência; contudo, ao mesmo tempo, você a reconhece como algo que veio de dentro, como uma conclusão extraída, de algum modo, dentro de sua mente. Intuições são como *icebergs* mentais: nós podemos ver somente a sua ponta, mas sabemos que, por baixo da superfície, há muito mais deles, que não vemos (Mercier; Sperber, 2017, p. 6-7).

Porém, as inferências intuitivas propiciadas pela razão constituem um tipo específico. Os seres humanos são capazes de fazer representações mentais não apenas de objetos e eventos do mundo, mas também de representar mentalmente essas mesmas representações, ou seja, de fazer metarrepresentações, as quais desempenham um papel central na intercompreensão e na comunicação. Para os autores, a razão é um mecanismo gerador de inferências intuitivas que envolvem

metarrepresentações de um tipo especial, a saber, razões. Esses processos se distinguem do uso de padrões de raciocínio formal envolvido nos argumentos lógicos:

Embora a razão seja comumente vista como o uso da lógica, ou, pelo menos, algum sistema de regras que expande e aprimora nossos conhecimentos e nossas decisões, nós defendemos que a razão é muito mais oportunista e eclética e não está limitada às normas formais. Sugerimos que o principal papel da lógica no raciocínio pode bem ser de natureza retórica: a lógica ajuda a simplificar e esquematizar argumentos intuitivos, realçando e frequentemente exagerando a sua força (Mercier; Sperber, 2017, p. 7).

De acordo com os dois autores:

A razão tem duas funções principais: a de produzir razões para uma pessoa se justificar e a de produzir argumentos para ela convencer os outros. Essas duas funções dependem dos mesmos tipos de razões e estão intimamente relacionadas (Mercier; Sperber 2017, p. 8).

Tais funções, que explicariam por que a razão evolreu, decorrem da natureza essencialmente interacional, ou cooperativa, do comportamento humano. Em grande parte, as ações de um indivíduo estão tipicamente voltadas para a interrelação e colaboração não só com os familiares e os próximos, mas também com os estranhos. Continuamente, esse indivíduo se vê na necessidade de justificar tais ações pela apresentação dos motivos que o levaram a realizá-las. “Ao dar razões para se explicar e justificar, as pessoas indicam o que motiva e, aos seus olhos, justifica suas ideias e suas ações” (*Ibid.*). Por outro lado, as pessoas divisam razões como argumentos para convencer a sua audiência; e mais, essa audiência “avalia essas razões, aceita os bons argumentos e rejeita os maus” (*Ibid.*, p. 9).

Duas fragilidades são, contudo, apontadas por muitos psicólogos no funcionamento da razão: a tendência à parcialidade nos raciocínios tecidos pelas pessoas e a indolência que elas demonstram para avaliar a qualidade de seus próprios raciocínios. Mercier e Sperber procuram mostrar que, de um ponto de vista evolucionário, a parcialidade e a indolência envolvidas no uso da racionalidade humana fazem sentido. Isso porque, segundo eles, a razão evolreu primariamente não para possibilitar a reflexão solitária do cientista, mas para permitir a interação entre as pessoas. Em suas palavras:

Em nossa abordagem interacionista, as condições normais para o uso da razão são sociais e, mais especificamente, dialógicas. Fora desse

ambiente, não há garantia de que o raciocínio atue em benefício daquele que raciocina (Mercier; Sperber, 2017, p. 247).

Desse ponto de vista, a parcialidade e a indolência do raciocínio apresentam vantagens. Levando-se em conta que quem raciocina tende a buscar razões em favor de suas ideias e contra as ideias a que se opõe, essas tendências se mostram um meio de dividir o trabalho cognitivo entre os envolvidos em uma dada tarefa. Por exemplo, duas pessoas discutem como resolver um determinado problema; elas debatem qual solução seria a melhor, cada uma fazendo e defendendo as suas propostas, bem como ouvindo e avaliando as propostas e argumentos da outra (Mercier; Sperber, 2017, p. 218-221). Os autores explicam:

Em particular, quando pessoas que discordam, mas que têm um interesse comum em encontrar a verdade ou a solução para um problema, argumentam entre si, a melhor ideia tende a vencer; quem quer que a tenha tido de início ou tenha chegado a ela no curso da discussão está propenso a convencer os outros (Mercier; Sperber, 2017, p. 10).

E ressalvam:

Essa conclusão parece soar por demais otimista, mas é respaldada por uma ampla gama de evidência, desde estudantes discutindo problemas lógicos, a jurados deliberando e a analistas tentando predizer onde eclodirá a próxima guerra (*Ibid.*).

Essa negociação argumentativa reflete o caráter eminentemente dialógico da comunicação, no qual o *feedback* entre os participantes é um recurso decisivo para monitorar e canalizar o curso das contribuições, bem como refinar os argumentos; normalmente, quando um dos interlocutores não se sente convencido pela razão apresentada, oferece contra-argumentos, forçando o outro a prover uma razão mais forte (Mercier; Sperber, 2017, p. 227). Os autores procuram mostrar quão universal e quão independente da escolarização é essa disposição, embora peculiaridades culturais, políticas ou institucionais possam, em muitos casos, desencorajá-la ou inibi-la. Mesmo entre os cientistas, ressaltam os autores, “o raciocínio não é de um tipo diferente do das pessoas leigas”; a ciência não se desenvolve com base no trabalho do gênio solitário, mas, sim, “estimulando discussões, provendo as pessoas com ferramentas para a argumentação, dando-lhes a liberdade para mudarem as suas mentes” (*Ibid.*, p. 320).

5.1.3. Razão, interação, argumentação

Do que aqui foi exposto sobre as abordagens etnometodológica e a cognitivista, podemos extrair pelo menos duas lições decisivas para a concepção de racionalidade que procuraremos delinear na próxima seção. Primeiramente, encontramos, em ambos os enfoques, sugestivas caracterizações da natureza *ordinária* e *interacional* da faculdade racional humana. Os termos referem o fato de que a razão pode ser considerada de forma teoricamente vantajosa como um elemento essencial das atividades diárias das pessoas e intimamente vinculado às diversas situações de interação social. Diferentemente da solitária imagem do filósofo em seu gabinete ou do cientista em seu laboratório, a figura do ser humano como um agente racional deve ser surpreendida, de preferência, entre os participantes das variadas atividades conjuntas e colaborativas desenvolvidas no âmbito da vida social cotidiana – entre elas, destaquemos a conversação espontânea. O segundo ensinamento que as abordagens em foco trazem para a nossa concepção de razão consiste na visão de racionalidade como envolvendo fundamentalmente *raciocínios* empregados para a explicação e justificação dos comportamentos envolvidos na efetivação das referidas atividades. Uma visão, essa, que se conforma ao conceito griceano de racionalidade favorecido na presente pesquisa, isto é, o da racionalidade argumentativa.

Esses dois aspectos, que assumimos como cruciais para o que se dirá na próxima seção, não são, obviamente, exclusivos das teorizações sobre a racionalidade propostas no âmbito da etnometodologia e da ciência cognitiva; nelas, contudo, encontramos tais aspectos apresentados de maneira particularmente convincente. Outros elementos dos dois enfoques aqui apreciados serão aproveitados em nossa discussão a seguir.

5.2. A racionalidade argumentativa na conversação

5.2.1. O conceito filosófico de razão argumentativa

Nas tradições de pensamento filosófico e científico, portanto, o termo “razão” (bem como seus cognatos “racionalidade” e “racional”) tem sido usado para referir variados aspectos ou propriedades da mente (ou espírito) e do comportamento humanos, mas quase consensualmente para sublinhá-los como características

distintivas da nossa espécie no reino animal. Naturalmente, cada um desses usos tem sua legitimidade vinculada aos limites dos contextos conceptuais e interesses teóricos em questão.

No caso da nossa investigação, a partir de agora, usaremos os termos em pauta com o propósito de caracterizar uma propriedade do comportamento humano como manifesto nas situações de discurso verbal. Inspirados na motivação original de Grice, conceberemos o comportamento verbal como um âmbito específico da esfera mais ampla de ação humana que pode ser legitimamente caracterizada pelo emprego desses termos. Mais particularmente, consideraremos como apresentando tal característica aquele gênero de discurso verbal que tomamos como prototípico da comunicação linguística humana – a conversação.

O caráter específico, isto é, filosófico e argumentativo, da concepção de razão e racionalidade aqui adotada decorre de opções que já fizemos em relação às dicotomias formuladas por Gottlob Frege e por Marina Sbisà, como referidas nas Seções 1.1, Capítulo 1, e 2.2.3, Capítulo 2. No primeiro caso, Frege (1967, p. 5) menciona a possibilidade de se analisarem as proposições científicas considerando, "por um lado, como chegamos, gradualmente, a uma dada proposição e, por outro, como podemos finalmente provê-la com a fundamentação mais segura"; a propósito, dissemos que, também no caso das inferências conversacionais, podemos tratá-las como um problema de explanação psicológica ou como uma questão de justificação racional, e que, em nossa investigação, optaríamos por enfocá-las a partir da possibilidade de se encontrar para elas uma base racional. Já no segundo caso, fizemos uma clara opção, reafirmada na abertura do presente capítulo, por aquilo que Sbisà (2006b, p. 241-242) caracterizou como racionalidade argumentativa, apropriada a uma abordagem distintivamente filosófica, em contraposição à racionalidade instrumental, que se mostra congenial a uma abordagem psicológica do fenômeno inferencial na conversação.

Procurando esclarecer um pouco mais esse ponto, cabe dizer que a concepção filosófica de razão que aqui assumimos não empresta maior relevância, dentro de seus limites, à questão de como se implementa, em termos físicos, neurofisiológicos ou psicológicos, a faculdade racional na mente/cérebro das pessoas. Com essa afirmação, não se quer depreciar a importância que a questão tem para a investigação experimental no âmbito da ciência empírica. O que se quer é sugerir que não cabe à reflexão filosófica a tarefa de proceder a uma investigação dessa natureza; ao enfoque

filosófico, como tal, cabe tão somente fazer o delineamento conceptual e teórico do objeto sob sua atenção, elucidando as propriedades desse objeto. Obviamente, nada impede que tal delineamento seja tomado como ponto de partida para a investigação empírica. Inversamente, não está vedado à discussão filosófica o aproveitamento de percepções e *insights* resultantes da pesquisa científica (cf. a discussão metodológica desenvolvida no Capítulo 3). O motivo por que nos detivemos, ao longo das seções anteriores, na exposição das concepções de razão adotadas por Garfinkel e por Mercier e Sperber está em que, apesar de ser o nosso interesse retomar o viés filosófico da concepção griceana, parece relevante considerarmos abordagens científicas que trazem sugestões substantivas, ao lado do fato de que, com uma abertura para essas abordagens, nossa elaboração do conceito de razão se mostra condizente com a perspectiva científica sobre o tema, embora com ela não se confunda quanto aos objetivos.

A nossa visão filosófico-argumentativa da racionalidade comporta a decisão de compreender a razão como um mecanismo provedor de justificativas para as ideias e ações envolvidas no comportamento das pessoas. O que está aqui em foco é, por um lado, a capacidade que os seres humanos exibem de encontrar, para suas ideias e ações, fundamentos – ou razões – sobre os quais basear a decisão de aceitar essas ideias e ações como válidas ou legítimas. A racionalidade de uma ideia ou ação corresponderia, assim, para usar o conceito elaborado por Grice (2001, p. 67-111), à sua “aceitabilidade” fundada em justificativas, em razões; com o filósofo, poderíamos, então, falar em “aceitabilidade alética ou epistêmica” (das ideias ou crenças) e a “aceitabilidade prática” (das ações e atitudes) – duas formas de aceitabilidade apresentando uma mesma “raiz”, mas diferindo nas “terminações”.

Portanto, o emprego da faculdade da razão, como aqui concebida, tem por função produzir argumentos (razões) para a justificação de ideias ou ações. A distinção proposta por Mercier e Sperber (cf. Seção 5.1.2, acima) entre as funções justificativa e argumentativa (isto é, de convencimento) da razão não parece de todo procedente, ou, pelo menos, não se mostra útil ao nosso interesse, uma vez que, em boa medida, quando alguém se justifica, isto é, busca validar suas ações ou ideias, está, ao mesmo tempo, procurando convencer a audiência de suas razões; justificação e convencimento parecem simplesmente dois aspectos, um ilocutório, outro perlocutório, de um mesmo ato, duas faces da mesma moeda. De fato, como

vimos, os autores reconhecem que “essas duas funções dependem dos mesmos tipos de razões e estão intimamente relacionadas” (Mercier; Sperber, 2017, p. 8).

Na esfera da nossa investigação, o objeto da justificação racional seria a interpretação dada pelo ouvinte aos enunciados produzidos pelo falante. Não importa se uma justificativa é efetivamente requerida e provida; o que importa, aqui, é a possibilidade de se divisarem razões para validar essa interpretação no caso de ela se mostrar em alguma medida problemática. De fato, essa possibilidade corresponde à condição de calculabilidade, que, conforme vimos (Cf. Seção 2.2.3, Capítulo 2), é apontada por Grice como o critério para se postular a presença de uma implicatura conversacional e estabelecer a sua racionalidade. Como explica Sbisà:

a calculabilidade pode ser concebida como a disponibilidade de um argumento em apoio à atribuição da implicatura ao enunciado do falante. O que a racionalidade da implicatura conversacional exige do falante e do ouvinte é apenas que eles estejam dispostos a justificar sua compreensão da implicatura e sejam capazes (até certo ponto) de fornecer tais justificativas substituindo suas intuições por alguma versão mais ou menos completa do percurso inferencial relevante (Sbisà, 2006b, p. 244).

Crucialmente, os processos de justificação racional de ideias e ações envolvem a construção consciente de raciocínios caracterizáveis como cadeias ou percursos de inferências que levam a conclusões derivadas de premissas iniciais, com o propósito de estabelecer a aceitabilidade dessas ideias e ações. Mas, conforme assinala Grice (2001, p. 6), não devemos assumir que os nossos passos entre as premissas e as conclusões sejam sempre bem conduzidos, isto é, que, em situações reais de raciocínio, eles *sejam* validamente dados; apenas podemos assumir que quem faz esses raciocínios *considera* esses passos como validamente dados. De fato, nas situações de interação cotidiana, as pessoas, ao tentarem justificar suas crenças ou atitudes, tendem a empregar expedientes diversos como indicação de evidências sensoriais, argumentos incompletos, como os tradicionais entimemas (“Ele é competente, pois fez doutorado nesse tema”), recursos retóricos diversos (tautologias, reticências etc.), entre outros. Tal constatação poderia favorecer uma descrença quanto à eficácia do raciocínio nas negociações interacionais do dia a dia. A investigação empírica, no entanto, não fornece base para uma conclusão desse tipo; pelo contrário, segundo Mercier e Sperber, ela provê um robusto suporte para a visão de que o raciocínio “é eficiente não apenas em nossas sociedades ocidentais

abertamente argumentativas, mas em todos os tipos de cultura; não apenas com adultos educados, mas também com crianças pequenas". Os autores acrescentam:

Poucos ficariam surpresos em ouvir que a razão é tipicamente parcial e indolente quando aplicada a questões morais e políticas. Mais surpreendente é a evidência que mostra como, mesmo no âmbito moral e político, a argumentação pode funcionar de modo bastante eficiente, permitindo que os participantes formem juízos morais mais acurados e os cidadãos opiniões mais esclarecidas (Mercier; Sperber, 2017, p. 11).

Motivados por observações dessa natureza (cf. também o que foi dito sobre a abordagem etnometodológica na Seção 5.1.1, acima), somos levados a reconhecer que a racionalidade, compreendida como o emprego do raciocínio para efeito, sobretudo, de justificação e argumentação, tem como espaço de manifestação preferencial não o gabinete do pensador solitário, mas a ágora da interação humana cotidiana. Igualmente, somos levados a concluir que o âmbito de expressão da racionalidade assim concebida consiste, por excelência, no uso da linguagem, mais especificamente, naquela forma protótipica que é a linguagem em interação dialógica, face a face – a conversação.

Em sua manifestação conversacional, o raciocínio não se apresenta normalmente disposto no formato rigoroso de um cálculo nos moldes requeridos pela lógica formal; quando isso acontece, a motivação é, principalmente, retórica, como Mercier e Sperber (2017, p. 7) sugerem. No entanto, em princípio, é possível reconstruir o percurso que, nos raciocínios, vai das razões à conclusão, por mais implícitas que sejam essas razões, por mais incompletos que estejam os raciocínios. Dito de outro modo, é possível, em princípio, revelar o “cálculo” envolvido nos raciocínios, e, assim, ponderar a validade de tais raciocínios enquanto recursos para a justificação de ideias e ações, isto é, para a argumentação. A questão que se coloca, então, consiste em direcionar o nosso foco para o fenômeno da interpretação no discurso conversacional, com o propósito de elucidar os processos nele envolvidos em termos de raciocínios justificativos que apresentem o feitio dos percursos inferenciais, ou cálculos, aqui caracterizados como mecanismos essenciais à capacidade racional argumentativa.

Vimos, ao longo da exposição desenvolvida no Capítulo 4, que a investigação pragmática do discurso, em especial, aquela empreendida pelos pós- e neogriceanos, procurou dar conta dos diversos processos inferenciais verificáveis na conversação a

partir da presunção geral da sua rationalidade. Contudo, a concepção de rationalidade geralmente assumida nessa investigação se mostra como sendo de natureza instrumental, discrepando, assim, da tônica argumentativa que Grice emprestou ao conceito, em passagens centrais do tratamento por ele proposto para o fenômeno da implicatura conversacional. Na próxima seção, proporemos um modelo explanatório do processamento interpretativo da conversação que leve em conta justamente essa tônica griceana, tomando como base conceitual a noção de rationalidade argumentativa conforme concebida ao longo da discussão feita na presente seção.

5.2.2. Um modelo argumentativo da interpretação conversacional

Um dos aspectos que contribuem para a elegância da abordagem divisada por Grice ao lidar com fenômenos de significação que se mostravam intratáveis de um ponto de vista meramente semântico está na estratégia de recorrer a “simples truismos a respeito da conversação ou discurso”, como a resumiu Robert Stalnaker (*apud* Bach, 2007, p. 27). Esses truismos foram apresentados sob a forma de princípios que correspondiam às expectativas que organizam a conduta verbal dos participantes em uma interação discursiva: o princípio da cooperação e as máximas conversacionais. A partir desse *insight* original, pode-se dizer que boa parte do trabalho de teorização realizado no âmbito da pragmática griceana foi dedicada a elucidar o modo como esses princípios conversacionais são manejados pelos interlocutores para gerar/interpretar significados que extrapolam os limites do que é propiciado pelos recursos lexicais e sintáticos do código linguístico. Nesse esforço, uma atenção especial foi reservada às tentativas de se reconsiderarem o número, a natureza e a importância de tais princípios.

O modelo explanatório a ser proposto na presente seção assume a estratégia fundamental empregada por Grice, bem como o viés revisionista dos pragmaticistas griceanos. A formulação desse modelo, pretende atender aos três pressupostos básicos explicitados na Seção 1.2, Capítulo 1, que aqui reapresentamos:

- (a) a comunicação verbal é uma variedade do comportamento racional humano;
- (b) o significado dos enunciados produzidos nas situações de comunicação comporta, como elemento central, a intenção do falante;

- (c) a depreensão da intenção comunicativa do falante envolve, dependendo da situação discursiva, diversos processos inferenciais passíveis de descrição sob alguma forma de cálculo racional de natureza argumentativa.

Como se pode ver a esta altura da nossa discussão, tais pressupostos são não apenas compatíveis com as ideias de Grice; constituem, na verdade, expressão de postulados fundamentais que com elas se estabeleceram, podendo ser agora compreendidos à luz de tudo o que se disse até o momento sobre os conceitos relevantes. Esses postulados devem, portanto, ser percebidos como embasando a caracterização das propriedades e mecanismos do modelo formulado a seguir, conferindo-lhe, assim, o seu cariz griceano.

Foi dito que o objeto da explanação a ser proporcionada pelo modelo consiste nos mecanismos operantes no processamento interpretativo da conversação. Conceberemos tais mecanismos como gerando cadeias de inferências que integram um cálculo com base no qual é possível conferir validade à interpretação dada pelos ouvintes aos enunciados dos falantes, consistindo tal interpretação, sobretudo, na depreensão das intenções comunicativas desses falantes ao produzirem os seus enunciados. Uma estratégia de explanação como essa é considerada por Sbisá (2006b, p. 244) “a mais caridosa no que diz respeito à racionalidade de falantes e ouvintes, pois pressupõe que o fato de comunicarem e compreenderem um determinado pensamento tem uma justificativa (argumentativa).” Nosso modelo explanatório reconhece, portanto, uma primeira propriedade fundamental do discurso conversacional: o seu caráter racional-argumentativo. Tal propriedade constitui o postulado central que anima a presente investigação.

Uma segunda propriedade que também será percebida como fundamental para a nossa abordagem reside na natureza essencialmente interacional desse discurso. Tal propriedade parece já sobejamente ressaltada e corroborada pela análise conversacional, entre outras áreas de investigação sociológica e antropológica sobre a comunicação verbal. Caberia, contudo, refletir um pouco mais sobre a essência interacional da conversação, para podermos destacar os traços mais relevantes a serem aproveitados em nossa teorização. Vimos, na seção 2.3, Capítulo 2, que os estudos conversacionais acentuam, para além da óbvia composição desse discurso por ao menos dois participantes em situação de intercâmbio verbal oral, o fato de as trocas verbais aí verificadas obedecerem a condições decisivas para o sucesso da comunicação em andamento. Uma primeira condição determina que as contribuições

dos interlocutores, os turnos de fala, se realizem sob a forma de estruturas sequenciais, regidas por um requisito de relevância entre esses turnos. Outra condição estabelece que as contribuições sejam tomadas pelos interlocutores como não apenas comportando proposições referentes a um dado contexto (determinável de modo extremamente variado segundo as situações), mas, de modo crucial, como envolvendo ações, tal condição respondendo pela possibilidade de caracterizarmos o discurso conversacional como propriamente uma forma de *interação humana*. Essa condição implica que a relevância estabelecida entre os turnos conversacionais se estabelece tanto no nível do conteúdo proposicional quanto no nível das ações realizadas.

Entre as duas propriedades da conversação aqui reconhecidas como fundamentais há um vínculo já assinalado, acima, por Sbisà, mas que importa ressaltar: a racionalidade (argumentativa) perpassa igualmente as atuações do falante e do ouvinte enquanto participantes da interação conversacional. Essas propriedades, e sua interrelação, nos dispõem a postular a vigência de dois princípios básicos governando o funcionamento do discurso conversacional, tanto em sua produção quanto em sua interpretação: o *princípio da caridade* e o *princípio da colaboração*. Nenhum desses princípios pode se dizer propriamente novo; a maneira como a seguir são detalhados em sua operação e o modo como integram o corpo do modelo aqui proposto reivindicam, contudo, algum elemento de novidade.

O princípio da caridade exprime o reconhecimento da racionalidade argumentativa envolvida na conversação, bem como a percepção de que essa racionalidade é mutuamente atribuível entre os participantes da interação conversacional, o que possibilita e justifica as suas atuações discursivas específicas. Claramente, o falante não se disporia a fazer a sua contribuição verbal e o ouvinte não se prestaria a interpretá-la, se os dois não assumissem que essa contribuição pode ser compreendida segundo a intenção original do falante e que a interpretação dada pelo ouvinte pode ser, em princípio, julgada quanto a sua validade por ambos os interlocutores. Nesse ponto vale lembrar o fato descrito pelos analistas da conversação de que cada contribuição em uma sequência conversacional reflete a interpretação que o falante corrente faz da contribuição ou contribuições anteriores de seu interlocutor e que os problemas de formulação ou interpretação são objetos de reparação pelo próprio falante ou por seu interlocutor segundo “espaços de oportunidade” distribuídos ao longo da cadeia de turnos (Cf. Seção 2.3.3, Capítulo 2).

Tal fato mostra que a interpretação das contribuições conversacionais é continuamente exposta à apreciação dos interlocutores, e submetida *on-line* à ratificação ou ao reparo. Como explica Schegloff:

os enunciados são construídos para exibir o entendimento dos falantes; dessa forma, são feitos acessíveis para que a inspeção dos coparticipantes avalie se eles exibem uma compreensão adequada do que alegam compreender (Schegloff, 1984, p. 38).

Essa apreciação colaborativa e contínua implica que a validade das interpretações é negociada, em tempo real e localmente, ao longo das sequências conversacionais, atendendo a critérios que vão sendo estipulados passo a passo pelos interlocutores. Em outras palavras, a validade da interpretação atribuída a cada contribuição conversacional envolve o seu reconhecimento pelo falante e pelo ouvinte, e depende, assim, de condições de validade intersubjetivamente assumidas.

Por sua vez, o princípio da colaboração replica, em grande parte, o entendimento de Grice (1989, p. 26) expresso sob a forma do princípio da cooperação: "Faça a sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo reconhecido propósito ou direcionamento do intercâmbio de fala em que você está engajado". Contudo, um elemento adicional que o princípio da colaboração comporta se encontra na ressalva de que as contribuições conversacionais devem ser analisadas como envolvendo tanto a dimensão proposicional dos enunciados quanto as dimensões performativa (no sentido Austin) e acional (nos termos dos analistas da conversação). Assentado isso, a formulação dada por Grice ao seu princípio parece adequada como expressão do princípio que aqui propomos.

Outro elemento que importaria agregar a nossa compreensão do princípio da colaboração tem a ver com o que Grice referiu sob a forma das máximas da relação e da qualidade. Por "máximas", Grice queria designar princípios menores subsumidos ou, pelo menos, consistentes com o princípio maior da cooperação. No nosso caso, vemos o princípio da colaboração como incorporando, natural e essencialmente, a condição de relevância das contribuições conversacionais. Igualmente, os requisitos de sinceridade (dizer apenas o que se julga verdadeiro) e de responsabilidade (não dizer coisas sem fundamento) enfeixados nas máximas da qualidade podem ser contemplados como componentes do caráter colaborativo da participação dos interlocutores em uma conversa. Se alguém pergunta onde poderia encontrar o posto de gasolina mais próximo, espera de quem lhe responde que o faça com informações

não apenas sobre o tópico em questão, mas também assume que essa informação representa o que o interlocutor acredita ser o caso e que ela tem base no conhecimento que esse interlocutor dispõe sobre a localização do posto. De fato, muitas vezes, é possível se dizer algo sinceramente, mas de modo não relevante, e isso ter consequências interpretativas específicas; é essa possibilidade que Grice levava em conta ao distinguir as máximas da relação e da qualidade. Contudo, conceitualmente, parece mais simples falarmos aqui em condições distintas (a relevância e a qualidade da informação) de um mesmo princípio interacional, o da colaboração. A questão não parece ser de importância meramente terminológica; em parte dos casos, a discriminação de qual aspecto de um ato colaborativo está excluído (se sua qualidade ou relevância) não parece crucial ou mesmo factível, embora, em outros casos, seja possível identificar qual deles é o mais decisivo para a interpretação de uma determinada contribuição. Por exemplo:

- (1) A: Você acredita em político honesto?
 B: Meu amigo que já andou de disco voador acredita.

Em uma situação como essa, a interpretação dada por A à resposta de B no sentido de que este, ironicamente, afirma não acreditar em político honesto envolve uma implicatura que decorre da “exploração” (usando o termo de Grice) do nosso princípio da colaboração, sem que fique claro se o decisivo aqui é o aspecto da relevância ou da qualidade (isto é, da verdade) da informação carreada pela resposta de B. Já por outro lado, a mesma interpretação poderia resultar de respostas de teor também irônico, mas explorando apenas um dos aspectos: “Eu não acredito em marciano” (supostamente sincera, mas irrelevante), “Pra mim, todo político é honesto” (supostamente insincera, mas relevante). Na compreensão, portanto, a observância do princípio da colaboração envolve a satisfação das condições de relevância e qualidade da informação; a não observância desse princípio, pode decorrer tanto da não satisfação de uma dessas condições isoladamente, quanto das duas condições em conjunto.

Uma outra propriedade da conversação que, ao lado da sua essência interacional, poderíamos identificar como emergindo da investigação analítico-conversacional, agora como resultante da ênfase etnometodológica no caráter ordinário, cotidiano, das atividades sociais humanas, estaria na circunstância de os intercâmbios conversacionais se encontrarem inescapavelmente situados em contextos de relações interpessoais e ambientais, de eventualidade factual e de

condicionamentos históricos e culturais. Essa propriedade tem a ver decisivamente com a referencialidade das expressões verbais (em especial, dos elementos indexicais) que integram os enunciados e sugere o que poderíamos designar de *princípio da situacionalidade*, como mais uma das regularidades que canalizam e governam o discurso conversacional, em sua produção e interpretação. Tal princípio exprime a percepção de que as contribuições dos interlocutores estão decisivamente ancoradas à situação ambiental, interpessoal, factual, histórica e cultural em que eles se movem e atuam, sendo essa condição determinante do caráter referencial das expressões linguísticas (em especial, as indexicais), bem como da possibilidade de se atribuírem valores-verdade às proposições carreadas pelos enunciados que constituem essas contribuições.

Um último “truísmo” (para usar a expressão de Stalnaker) sobre a conversação que devemos considerar será aqui referido como o *princípio da economia* e pode ser percebido naquilo que Grice chamou de máximas da “quantidade” (em suma, não dizer nem mais nem menos do que é requerido) e da “maneira” (em suma, dizer o que é requerido de modo claro). A elevação conjunta, à posição de um único princípio, das condições de suficiência, necessidade e clareza da informação que essas máximas estabelecem resulta da compreensão (divergente da visão de Grice) de que tais condições têm menos a ver com o princípio da cooperação griceano (ou com o nosso princípio da colaboração) do que com o fenômeno do “gargalo”, apontado por Levinson (2000, p. 28; Cf. Seção 4.3.2, Capítulo 4), que consiste no descompasso encontrado entre a relativa lentidão da articulação da fala e a relativa rapidez de seu planejamento/interpretação. O princípio da economia comporta, assim, os requisitos de suficiência, necessidade e clareza da informação nas contribuições conversacionais. Tal princípio decorre do interesse dos interlocutores pela maximização da eficiência comunicativa, ou seja, pela minimização do descompasso existente entre a articulação e o processamento do discurso falado.

Do exposto até aqui, resulta que o nosso modelo de interpretação do discurso conversacional comporta um componente pragmático que incorpora um quadro das propriedades que tomamos como fundamentais desse discurso formuladas em termos dos princípios da caridade, da colaboração, da situacionalidade e da economia. Embora os princípios da colaboração e da economia possam ser desmembrados, cada um, em condições específicas (de relevância e qualidade, o primeiro; de suficiência, necessidade e clareza, o segundo), tal quadro se apresenta um tanto mais

simples do que o proposto por Grice, que prevê um princípio geral e quatro máximas, três delas subsumindo um conjunto de submáximas. A questão que se coloca agora é como os princípios aqui caracterizados são manipulados enquanto ingredientes do cálculo interpretativo das contribuições conversacionais, tanto nos casos em que eles são normativamente observados, quanto naqueles em que são explorados, isto é, intencionalmente infringidos, para a geração de inferências tais como as implicaturas griceanas.

Contudo, antes de buscarmos uma resposta para essa questão, importa considerar o fato de que, não obstante os princípios propostos capturarem propriedades que, em seu conjunto, singularizam o discurso conversacional entre os outros gêneros de comunicação linguística, o processamento tanto produtivo quanto interpretativo da conversação partilha, evidentemente, propriedades comuns com o das outras formas de comunicação verbal. Em especial, nas várias manifestações de uso da linguagem, há uma dimensão de significação que é comum à constituição dos enunciados em geral – o significado linguístico, propiciado pelo léxico e pela sintaxe da língua. Mesmo reconhecendo a existência de variedade na seleção dos recursos linguísticos entre as diversas manifestações da fala e da escrita, conceberemos o componente linguístico (lexical e gramatical) da significação como associando às sentenças (completas ou incompletas) representações semânticas de natureza essencialmente convencional, os significados linguísticos. Em outras palavras, na esfera da significação dos enunciados em geral, aceitaremos a existência de um componente significativo de natureza estritamente semântica, isto é, não pragmático.

O componente semântico do nosso modelo comprehende os mecanismos de decodificação, isto é, de computação da informação provida pelo léxico e pela gramática das sentenças contidas nos enunciados (*Cf. Seção 4.2, Capítulo 4*). Esse componente gera, como resultado da decodificação, o que os semanticistas designam de “forma lógica” da sentença. No entanto, a interpretação semântica se mostra restritamente permeável ao contexto, na medida em que incorpora a informação relevante para a determinação dos valores dos elementos indexicais, possibilitando, com isso, a determinação da forma proposicional da sentença e das suas condições de verdade. O nível semântico da significação admite uma estreita margem de processamento inferencial, abrangendo, sobretudo, o mecanismo de acarretamento. Como já vimos (*Cf. Seção 4.2, Capítulo 4*), tal mecanismo apresenta, de modo característico, o traço de monotonicidade, ou irrevogabilidade, e corresponde

basicamente a uma dedução lógico-formal; assim é que, de uma sentença como “Um rato caiu na armadilha”, temos, irrevogavelmente, a conclusão de que “Um animal caiu na armadilha”, em decorrência estrita da relação léxico-semântica de hiponímia entre “rato” e “animal”. O acarretamento, portanto, é um processo inferencial que não demanda o recurso às circunstâncias discursivas de enunciação de uma dada sentença (descontado o contexto restrito), não integrando, assim, o rol das inferências pragmáticas.

Nas situações de conversação, portanto, os participantes fazem suas contribuições na forma de sentenças (completas ou incompletas) enunciadas como constituintes das unidades construcionais dos turnos de fala, sentenças essas que apresentam uma forma lógica gerada pelo componente semântico da língua. Os enunciados assim produzidos integram as estruturas sequenciais de turnos que os participantes formulam na construção colaborativa do discurso conversacional. Ao fazerem isso, esses participantes atendem a um conjunto de expectativas que se permitem caracterizar com base nos princípios pragmáticos que acima postulamos como descritivos das propriedades fundamentais desse discurso. Convém ressalvar, no entanto, que o termo “expectativa” é aqui utilizado, na falta de outro, apenas para frisar a condição desses princípios como pressupostos da conduta discursiva dos interlocutores, sem que se queira aqui adentrar na discussão sobre a forma como essas “expectativas” estão representadas em nível consciente ou inconsciente.

Sendo assim, os participantes se engajam em um intercâmbio conversacional assumindo mutuamente, pelo princípio da caridade, que os enunciados produzidos como contribuições à sequência conversacional em formulação carreiam intenções que se destinam a interpretações passíveis de serem justificadas, ou corrigidas, conforme a necessidade, em termos de argumentos. Além disso, pelo princípio da colaboração, essas contribuições são tomadas como relevantes tanto em relação às ações que se estruturam sequencialmente na cadeia conversacional, quanto em relação aos tópicos discursivos abordados à altura em que as contribuições são feitas; também pelo mesmo princípio, elas são aceitas, na falta de indicação contrária, como expressão sincera das crenças que os falantes possuem e dos conhecimentos de que eles dispõem. Tais contribuições, ainda, são compreendidas pelos interlocutores como se referindo, pelo princípio da situacionalidade, aos aspectos salientes do contexto em que se desenrola o intercâmbio conversacional, sejam esses aspectos de natureza ambiental, interpessoal, factual, histórico ou cultural. Por fim, os

enunciados que integram as contribuições são tomados pelos ouvintes como resultando de um esforço dos falantes no sentido de veicular em informação necessária e suficiente, com a máxima clareza que lhes é possível, no momento em que tais contribuições são requeridas pelo curso da interação conversacional.

Nos momentos da conversação que, por envolverem a satisfação de todas essas expectativas, chamaremos de “normativos”, o significado que emerge da enunciação de uma sentença constitui *o que é dito expressamente* pelo falante, tendo em vista que, nesses casos, a formulação do enunciado corresponde, com aproximada exatidão, ao que o ouvinte reconhece ser a intenção comunicativa do falante. Importa salientar que esse significado é de natureza pragmática, uma vez que vai além da informação semântica provida pela constituição linguística da sentença, envolvendo crucialmente o ato de enunciação dessa sentença em uma situação de interação conversacional. Como diz Bach (2007, p. 29), “mesmo quando o conteúdo do ato de fala é o mesmo que o da sentença, isso é um fato pragmático, algo que o falante deve ter em mente e que o ouvinte deve compreender”. Tal significado, portanto, é compartilhado pelos interlocutores, na medida em que eles fazem uso do mesmo código linguístico e se pautam pelas mesmas expectativas. Momentos em que condições assim se verificam são considerados “normativos” porque, em princípio, o curso de uma conversa deveria observar essas mesmas condições.

Entretanto, o óbvio é que são muitos os momentos de uma conversação em que tais condições não se verificam. Nesses momentos, a formulação do enunciado não corresponde exatamente à intenção comunicativa do falante; em outras palavras, com o que *diz*, o falante não *diz expressamente* o que ele *quer dizer*. Cabe, então, ao ouvinte depreender, do que foi dito, o que poderia ter sido dito expressamente. Ou seja, cabe ao ouvinte *inferir* a intenção do falante. Ao proceder assim, o ouvinte procura conciliar o que foi dito pelo falante com o que este teria dito expressamente, se estivesse observando os princípios conversacionais. Por exemplo, dois políticos conversam sobre as próximas eleições:

- (2) A: Certa vez você me disse que se alguém quer ser candidato pode pular de partido em partido. Você pularia para outro partido?
 B: Eu sou a primeira assinatura na ata de fundação do meu partido!

Nesse momento da conversa, ao ouvir a asserção enfática do falante B, o ouvinte A infere, pelo princípio da colaboração, que, por ter sido formulado em seguida à sua pergunta, o enunciado assertivo de A constitui uma ação relevante de resposta

a tal pergunta. Contudo o conteúdo informativo carreado por essa resposta extrapola o que seria requerido pela pergunta, vale dizer, um claro e suficiente “sim”, ou, igualmente, um “não”. No plano do conteúdo, portanto, a resposta de B, embora relevante e supostamente sincera, fere o princípio da economia, demandando, para ser adequadamente compreendida, que A depreenda a razão por que o falante a veiculou em seu enunciado. Nesse ponto, o ouvinte pode recorrer, pelo princípio da situacionalidade, a assunções que ele, supostamente, compartilha com o falante e que envolvem valores éticos de lealdade a uma instituição da qual este se diz um dos fundadores. Sendo assim, o ouvinte conclui que a intenção (ou razão) do falante ao dizer o que disse foi não só negar a possibilidade de sua mudança de partido, mas também apresentar os seus motivos para isso. Ou seja, A entende que o que B quis dizer (ou implicar) equivale, de modo aproximado, a este ter dito expressamente: “Não, porque eu sou um dos fundadores do partido e, por isso, devo lealdade a ele”.

O exemplo (2), como se vê, exibe um caso típico de implicatura, em que algum dos princípios que governam a conversação é intencionalmente infringido pelo falante, de modo a gerar um significado para cuja veiculação a formulação expressa do enunciado se mostraria mais dispendiosa, tanto na sua produção pelo falante, quanto na sua interpretação pelo ouvinte. Observe-se que a descrição oferecida para o percurso inferencial – isto é, o cálculo – seguido pelo ouvinte de forma a prover uma interpretação para a resposta do falante replica o estilo da descrição proposta por Grice, em seu modelo original (Cf. Seção 2.2.2, Capítulo 2):

Ele [o falante] disse que *p*; não há razão para supor que ele não esteja observando as máximas, ou pelo menos o Princípio da Cooperação; ele não poderia estar fazendo isso a não ser que pense que *q*; ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que eu posso perceber que a suposição de que ele pensa que *q* é requerida; ele nada fez para me impedir de pensar que *q*; ele pretende, ou, pelo menos, deseja permitir que eu pense que *q*; então ele fez a implicatura de que *q* (Grice, 1989, p. 31).

Como bem se vê, a maior diferença entre as duas descrições se encontra na caracterização dos princípios conversacionais que integram o cálculo inferencial e no modo como eles se articulam.

O conjunto de princípios conversacionais acima proposto, combinado com a descrição do modo como eles, por um lado, determinam o significado expresso de um enunciado e, por outro, integram o cálculo de fenômenos como as implicaturas, configura o componente pragmático do modelo de processamento interpretativo da

conversação, componente esse que propriamente responde pelo tratamento explanatório, em termos de processos racionais e argumentativos, dos mecanismos inferenciais que operam no esforço dos ouvintes de dar sentido às contribuições dos falantes, nas situações de conversação. O aspecto decisivo desse componente pragmático do modelo se encontra no reconhecimento, entre as disposições que governam o discurso conversacional, do princípio da caridade, segundo o qual a racionalidade argumentativa é mutuamente assumida entre os participantes de uma conversa, sendo que tal assunção, como explicamos acima, possibilita e justifica as atuações discursivas dos interlocutores. A importância desse aspecto do nosso modelo para os objetivos da presente investigação reside no fato de que a descrição que fizemos do percurso inferencial envolvido no cálculo interpretativo ilustrado pelo exemplo (2) permite ser contemplada como correspondendo, *mutatis mutandis*, à explicação que o ouvinte, no exemplo, poderia oferecer, na eventualidade de sua interpretação ser posta em questão pelo falante – uma possibilidade sempre presente ao longo da interação conversacional, como sugere o fenômeno do reparo, identificado pelos analistas da conversação. No que segue, buscaremos retomar os mecanismos inferenciais descritos pela pragmática griceana (e analisados no capítulo 4), com o objetivo de reconsiderá-los agora sob o foco do modelo explanatório que procuramos aqui delinear.

5.2.3. As inferências conversacionais revisitadas

No âmbito da pragmática griceana, a literatura refere, e discute sob enfoques variados, um conjunto de processos inferenciais: o acarretamento, a pressuposição, a implicatura, a explicatura e a implicitura. Uma das questões consideradas em torno desses fenômenos diz respeito a que lado eles ocupam na fronteira entre a semântica e a pragmática. Na seção anterior, já tivemos oportunidade de, sem hesitação, situar o acarretamento no lado da fronteira que abrange os fenômenos de significação caracterizáveis como semânticos, por serem eles vinculados aos elementos lexicais e às estruturas sintáticas que constituem a língua e partilharem, por isso, de sua natureza convencional. Sendo assim, sobre o acarretamento não incidirá o foco explanatório provido pelo componente pragmático do nosso modelo da interpretação discursiva, não constituindo esse fenômeno um mecanismo inferencial caracteristicamente conversacional, uma vez que não envolve, em sua operação, as

propriedades distintivas da conversação tal como representadas pelos princípios postulados no modelo. Do conjunto de processos inferenciais acima elencados, reclamam, portanto, a nossa atenção a pressuposição, a explicatura, a implicatura e a implicatura.

5.2.3.1. A pressuposição

A pressuposição, conforme dito na Seção 4.2, Capítulo 4, se mostra como um processo que apresenta certa ambivalência quanto a sua natureza, que pode ser tomada ora como semântica, ora como pragmática. Seu *status* semântico parece garantido pelo fato de a pressuposição estar condicionada por um elemento linguístico específico, como no caso do exemplo a seguir, no qual uma forma do verbo “parar” funciona como o gatilho pressuposicional, isto é, o marcador da presença de um mesmo conteúdo pressuposto (3c), tanto na forma afirmativa (3a), quanto na forma negativa (3b) da sentença:

- (3a) João parou de beber.
- (3b) João não parou de beber.
- (3c) João bebia.

Por outro lado, a pressuposição não apresenta a propriedade de monotonicidade, ou irrevogabilidade, característica das inferências semânticas, como acontece com o acarretamento. Isso porque, em certos casos, é possível se conceber uma situação que revoga o conteúdo pressuposto; assim é que, no exemplo (3a-b), a asserção de (3b) pode ser feita em tom irônico, em combinação com a negação de (3c), resultando no enunciado (4), a seguir:

- (4) “João não parou de beber. Ele não bebia!”

Nesse caso temos a retificação de uma asserção por meio da negação do pressuposto que ela carreia. Tal possibilidade mostra que, tomada a pressuposição em sua natureza pragmática, constata-se uma condição situacional para a adequada enunciação de sentenças que contenham um gatilho pressuposicional: essas sentenças requerem que o conteúdo pressuposto seja compartilhado pelos interlocutores no momento da enunciação. No caso de (4), o falante corrige, ou repara, o que um interlocutor disse (“João parou de beber”), negando que compartilhe com ele o mesmo pressuposto (“João bebia”). Sendo assim, a interpretação que o falante em (4) faz da fala anterior de seu interlocutor lhe permite retificar o que este pensa

saber sobre a mudança de hábito de João; e tal retificação se faz com um argumento: a negação do pressuposto envolvido na asserção do interlocutor. Desse modo, parece claro que, compreendido no nível pragmático da enunciação, não no plano semântico da sentença, o fenômeno da pressuposição põe em foco o princípio conversacional da situacionalidade (mais precisamente, o contexto interpessoal da interação). Parece claro também que o recurso argumentativo à situação discursiva está sempre à mão dos interlocutores para efeito de justificação ou reparação das formulações e interpretações das contribuições conversacionais que envolvem pressuposições.

Esse recurso ao princípio da situacionalidade como ingrediente decisivo do cálculo da pressuposição se mostra ainda mais claro em casos como o das perguntas. Tomemos o exemplo de um evento de intercâmbio que se dá em uma lanchonete, no qual A, o atendente, se dirige a B, um assíduo cliente que costuma sempre consumir suco de laranja, de modo que normalmente já nem precisa fazer um pedido expresso, apenas se sentando a uma mesa e aguardando silenciosamente:

(5) A: Vai querer o seu suco de laranja hoje?

B: Sim, por quê? A laranja está muito azeda, é?

A: Não. Na verdade, está um mell!

Nesse diálogo, temos uma situação em que, dada a regularidade com que B solicita suco de laranja, seria improvável que, dessa vez, ele não seguisse o seu costume. Face à pergunta imprevista de A, B é levado a concluir que ela envolve o pressuposto, por parte de A, de que há algum problema com o suco dessa vez, sendo tal pergunta entendida como uma ação conversacional preparatória para a advertência, por parte de A, de que esse é o caso. O cálculo interpretativo que o cliente faz da pergunta do atendente leva em conta os elementos da situação envolvendo os dois interlocutores, bem como a estrutura da sequência conversacional projetada pelo cliente de modo a estabelecer a relevância da pergunta do atendente.

Vimos, na Seção 4.3.3.2, Capítulo 4, que Capone enquadra casos como esse em sua tentativa de explanar a pressuposição enquanto um fenômeno essencialmente conversacional, cujo mecanismo opera com base na racionalidade argumentativa:

Elementos de raciocínio são responsáveis por tais pressupostos implicados na conversação, confirmado que a pragmática (a pragmática genuína) tem a ver com potenciais expansões do significado do enunciado em que a racionalidade humana é empregada" (Capone, 2017, p. 8).

Percebe-se, portanto, que o tratamento fornecido por Capone ao fenômeno das pressuposições se alinha perfeitamente com a nossa perspectiva de explanação dos processos inferenciais da conversação segundo uma perspectiva racional-argumentativa, que tem em Grice o seu principal inspirador.

5.2.3.2. A explicatura

Pela definição de explicatura oferecida por Sperber e Wilson (1995, p. 182, grifo original; Cf. Seção 4.3.1, Capítulo 4), “uma assunção comunicada por um enunciado E é *explícita* se, e somente se, é um desenvolvimento da forma lógica codificada por E”, bem como por seu comentário, “uma explicatura é uma combinação de aspectos conceptuais linguisticamente codificados e contextualmente inferidos”, percebe-se que tal fenômeno envolve, essencialmente, o recurso, no nível do que é expressamente dito, à informação extraída do contexto, para efeito de enriquecimento da forma lógica. Por exemplo (adaptado de Sperber e Wilson, (1995, 176-179)):

- (6a) Isso vai esfriar!
- (6b) Maria disse que o jantar vai esfriar logo.
- (6c) Maria acredita que o jantar vai esfriar logo.
- (6d) O jantar vai esfriar logo.

Suponhamos que Maria produz o enunciado (6a). Ao ouvir esse estímulo verbal, uma série de operações de decodificação linguística é disparada automaticamente na mente de Pedro, seu interlocutor, gerando uma representação semântica, a forma lógica, que, na perspectiva dos autores, não carreia ainda uma proposição. De tal forma, por meio de inferências contextuais como a saturação referencial dos elementos indexicais e a desambiguação de expressões, que levam a desenvolvimentos como as explicaturas (6b) e (6c), Pedro conclui que a intenção de Maria foi a de lhe comunicar a informação contida na forma proposicional do enunciado, que corresponde à proposição (6d) e é, em si, uma explicatura, um desenvolvimento da forma lógica do enunciado (6a). Segundo os autores, esse enunciado, quando interpretado como comunicando a sua forma proposicional (6d), constitui o que eles chamam de uma “asserção ordinária”.

Pela ótica do modelo que propusemos, as asserções ordinárias de Sperber e Wilson envolvem a observância normativa dos princípios conversacionais e correspondem ao que é *dito expressamente*, em nossa terminologia. Essa

constatação serve para frisar a ressalva, feita acima, de que o nosso termo se refere a um nível de significação já pragmático, que vai além do arcabouço semântico provido pela forma lógica da sentença e incorpora a computação do contexto da interação conversacional. Por outro lado, o caráter quase automático de processos inferenciais como a saturação, a desambiguação e a explicatura parece indicar que pouco espaço é deixado para uma eventual necessidade de justificação das opções assumidas pelo ouvinte ao longo da operação desses processos. Entretanto, é perfeitamente razoável que, no caso do exemplo (6a-d), Pedro se veja na eventual situação de ter que justificar a sua conclusão de que Maria quis comunicar a proposição (6d) (uma explicatura) por meio do enunciado (6a). Nesse caso, ele bem poderia apresentar as explicaturas (6b) e (6c) entre as razões para ter chegado a uma tal conclusão.

Entre os processos de enriquecimento da forma lógica que levam ao seu desenvolvimento em explicaturas, mencionamos a saturação dos elementos referenciais e a desambiguação. Esses processos, parece evidente, colocam em jogo, de modo decisivo, a situacionalidade da conversação; mais do que isso, são fenômenos que podem ser apontados como frequentemente resultando de uma negociação manifesta na própria condução do discurso conversacional, exibindo, com isso, uma clara base racional. Quanto ao primeiro caso, da saturação dos elementos referenciais, considere-se o seguinte exemplo:

(7) [Formulado com base em Sperber e Wilson (2017, p. 264)]

A: Ana foi promovida.

B: Quem?

A: Ana Maria.

B: Sinto muito, eu sou novo aqui. Não conheço quase ninguém.

A: Perdão, ela é a chefe da contabilidade.

B: Ah, certo!

Nessa sequência da conversa, A emprega um modo convencional de se fazer referência a uma pessoa familiar. O prenome utilizado refere-se a um indivíduo específico da empresa em que A e B trabalham. Contudo, o uso desse recurso referencial não é adequado, por não representar um conhecimento partilhado pelos interlocutores. As respostas de B levam A a refinar progressivamente a sua informação até B alcançar, por meio de uma perífrase, à saturação referencial dos elementos “Ana” e “Ana Maria”. Observe-se que o procedimento de A corresponde ao

fornecimento progressivo de uma base (uma razão) para B estabelecer a referência do elemento “Ana” no enunciado “Ana foi promovida”, enriquecendo sua forma lógica de modo a formular com uma proposição específica.

Quanto ao caso da desambiguação, que muitas vezes está associado ao da saturação referencial dos elementos indexicais, Schegloff (1984) observa que as discussões teóricas do assunto, normalmente enfocam, a ambiguidade como um problema do ouvinte casual [*overhearer*]:

Isto é, um ouvinte casual, ouvindo um trecho de conversação, ou mesmo toda ela, sem saber, independentemente, “sobre-o-que-se-está-falando”, pode ouvir ambiguidades na fala que não se encontram nela para os participantes ratificados (usando o termo de Goffman) da conversação (Schegloff, 1984, p. 50).

Isso significa que muito da teorização filosófica e linguística sobre a ambiguidade não se aplica efetivamente aos problemas interpretativos enfrentados pelos participantes de uma conversação; tal constatação inclui as explicações fornecidas por semanticistas e pragmaticistas, igualmente. Como diz Clift (2016, p. 20), referindo-se diretamente aos teóricos da Relevância, “conceber o contexto exclusivamente em termos de assunções interpretativas [...] é ignorar o que, para os participantes da conversação, constitui o componente central do contexto, que é [...] a sequência em que o enunciado está encaixado”. Schegloff (1984) apresenta uma detalhada, e clássica, análise de um caso de ambiguidade em torno de qual ação estaria sendo realizada pelo falante – se uma pergunta ou uma confirmação – ao enunciar uma sentença interrogativa; na análise, o autor, baseado na posição do enunciado na sequência conversacional, apresenta razões para a pergunta ser entendida pelo ouvinte como um ato de confirmação e apoio à postura por ele assumida em uma dada discussão. Tomando o fenômeno da ambiguidade no plano mais abstrato do processamento interpretativo, os teóricos da relevância esquecem o fato de que, na conversação, a ambiguidade surge como um problema localizado na sequência das contribuições conversacionais e é, via de regra, reparado localmente e em tempo real, nessa mesma sequência. Portanto, como foi dito acima, tanto na saturação quanto na desambiguação, estamos lidando com fenômenos interpretativos que se prestam a uma análise sob alguma forma de cálculo argumentativo consistente com o nosso modelo interpretativo da conversação.

A identificação e a descrição do fenômeno das explicaturas constituem um produto teórico distintivo da abordagem pós-griceana da comunicação verbal. Sua validade, portanto, depende, em parte, da validade da teoria da relevância como um todo, o que não cabe, neste momento, discutir, embora a adoção, feita na Seção 4,2, Capítulo 2, de uma solução “griceana” para a questão dos limites entre a semântica e a pragmática implique a necessidade de uma atitude cautelosa quanto à tendência tanto de pós- quanto de neogriceanos para confundirem os dois planos do significado. No entanto, pelo que foi dito aqui, o reconhecimento desse fenômeno não parece incompatível com um enfoque dos mecanismos inferenciais em termos de processos racionais argumentativos, na medida em que as explicaturas podem, eventualmente, ser tomadas como elementos de uma cadeia inferencial empregada pelo ouvinte para justificar a atribuição de uma intenção comunicativa ao falante. Tal possibilidade sugere que, mesmo no nível do que é dito expressamente, nos vemos em condições de caracterizar a interpretação conversacional como uma instância de manifestação da razão argumentativa.

5.2.3.3. A implicitura

Na Seção 4.3.3, Capítulo 4, vimos que Bach chamou de “implicitura” aquela parte do significado do falante que “não está totalmente explícito nem meramente implicatado” (Bach, 2007, p. 31), insistindo que é necessário reconhecer, entre o que é explícito e o que é implicatado, o nível do que está implícito, ou seja, da informação que, embora não expressa linguisticamente pelo falante, é acrescida pelo ouvinte em seu esforço interpretativo de depreender do enunciado uma proposição que corresponda à intenção comunicativa do falante. As implicituras são processos que integram esse nível, comportando, como vimos, as operações de completação e expansão.

Assim, enquanto os pós-griceanos ampliaram o conceito de “o que é dito” ou de “o que é explícito” de modo a abranger aqueles elementos de significação pragmaticamente determinados que contribuem para estabelecer uma proposição, Bach mantém o entendimento desse conceito como estando restrito ao significado associado aos constituintes linguísticos do enunciado. Para o autor, a questão aqui não seria de caráter apenas terminológico, mas envolveria aspectos psicológicos relevantes para uma abordagem cognitiva da interpretação dos enunciados (Bach,

1994). No caso, porém, de uma abordagem que, como a nossa, objetiva caracterizar os processos interpretativos da conversação segundo a preocupação – mais filosófica – de contemplá-los enquanto procedimentos argumentativos, a distinção proposta por Bach não parece decisiva. À nossa abordagem, parece suficiente a compreensão, exposta na Seção 5.2.2, acima, de que “o que é dito expressamente” envolve a contribuição tanto do componente semântico (linguístico), quanto do componente pragmático (contextual) no significado dos enunciados, na medida em que o que é dito expressamente requer a enunciação de uma sentença (com seu significado linguístico) em momentos normativos, isto é, em que os princípios ou expectativas que governam a conversação são integralmente observados.

A distinção entre implicituras e explicaturas se apresenta em um nível tão rarefeito da interpretação que posicionamentos categóricos parecem pouco convincentes. Como diz Wilson:

No entanto, uma vez que é geralmente aceito que “explicaturas” e “implicituras” envolvem tanto decodificação quanto inferência, não é legítimo objetar à “explicatura” com base em que ela é parcialmente explícita e parcialmente implícita e defender a implicitura, que é parcialmente implícita e parcialmente explícita também (Wilson, 2017, p. 91-92).

De fato, torna-se difícil uma distinção clara entre o fenômeno das explicaturas e o das implicituras, quando pensamos no modo como o intérprete justificaria o enriquecimento da forma lógica da sentença em direção à forma proposicional que corresponde à intenção do falante. Para ilustrar isso, reconsideremos o exemplo de explicitura (6a-d), aqui reapresentado como (8a-d):

- (8a) Isso vai esfriar!
- (8b) Maria disse que o jantar vai esfriar logo.
- (8c) Maria acredita que o jantar vai esfriar logo.
- (8d) O jantar vai esfriar logo.

Comparemos, então, esse exemplo com o de implicitura que segue, adaptado de Bach (1994), em que Maria diz (9a) para Pedro, e ele entende que Maria quis dizer (9b), com seu enunciado:

- (9a) As crianças tomaram café da manhã!
- (9b) As crianças tomaram café da manhã hoje

Como diz Bach, A proposição (9b) que está sendo comunicada é uma versão conceitualmente enriquecida daquela formulada explicitamente pelo enunciado (9a).

Ora, o percurso inferencial seguido por Pedro Maria poderia ser reconstruído na forma seguinte:

- (10a) As crianças tomaram café da manhã!
- (10b) Maria diz, hoje, que as crianças tomaram café da manhã.
- (10c) Maria quer me informar que as crianças tomaram café da manhã hoje.
- (10d) As crianças tomaram café da manhã café hoje.

Essencialmente, o mesmo percurso seguido por Pedro em (6a-d).

Sendo assim, pelo que observamos nos casos de implicitura e de explicitura aqui considerados, podemos aceitar que, como já dissemos acima, mesmo no nível do que é dito expressamente, temos condições de descrever o processamento interpretativo da conversação sob a forma, embora bastante simples, de um cálculo inferencial, ou seja, como uma atividade em que se manifesta a capacidade racional humana, compreendida em termos de razão argumentativa.

5.2.3.4. 5.2.3.4 A implicatura, ainda uma vez

O fenômeno da implicatura está na origem de toda a problemática que vem ocupando a nossa atenção ao longo desta pesquisa. De fato, em última instância, a questão central sobre a racionalidade das inferências envolvidas na interpretação do discurso conversacional resulta do *insight* original de Grice, assim expresso por Sbisà:

Explicar uma certa parte do significado carreado por um enunciado como uma implicatura conversacional, e não como parte do que é dito ou é convencionalmente implicatado, requer que haja um caminho inferencial que conduza a essa implicatura e, portanto, um argumento em apoio dela (Sbisà, 2006b, p. 243-244).

O que procuramos fazer na Seção 5.2.2, acima, foi exatamente isso: caracterizar, na forma de um modelo explanatório, os princípios envolvidos em um cálculo inferencial que propicie o apoio argumentativo aos processos interpretativos operantes na conversação, buscando aplicar esse modelo, inicialmente, à explanação do fenômeno das implicaturas conversacionais, por meio da análise dos casos apresentados nos exemplos (1) e (2).

Nessa análise, vimos que as ocorrências de implicatura envolviam a infração, ou exploração, dos princípios conversacionais da colaboração (exemplo (1)) e da economia (exemplo 2). Nenhum caso, contudo, foi tomado para análise que pusesse

em jogo a infração dos princípios da caridade e da situacionalidade. Em seu modelo explanatório, Grice contemplou as máximas como os fatores cruciais para a geração, sobretudo, das implicaturas conversacionais, que resultariam, characteristicamente, da exploração dessas mesmas máximas (Grice, 1989, p. 30). O nosso modelo, entretanto, tem um objetivo mais amplo: o de fornecer os elementos para a explanação dos mecanismos interpretativos operantes não só nos momentos em que se infringem os princípios postulados pelo modelo, mas também naqueles em que todos esses princípios são observados, tomando como escopo da explanação outros fenômenos que não apenas o das implicaturas. Desse modo, o modelo proposto incorpora um princípio como o da caridade, o qual preconiza a mútua assunção, pelos participantes de uma conversa, de que suas contribuições carreiam intenções comunicativas passíveis de serem reconhecidas pelos coparticipantes, e de que tal reconhecimento pode ser justificado ou, se for o caso, retificado. Dissemos que é esse princípio que abre a possibilidade mesma para as iniciativas de contribuição dos participantes no curso de uma conversa; sendo assim, não haveria como pensarmos na ocorrência de momentos conversacionais em que não estivesse envolvida a observância de um tal princípio.

Razão semelhante pode ser aduzida para não termos considerado casos de implicaturas explorando o princípio da situacionalidade. Esse princípio dá conta do fato inescapável de que os eventos conversacionais ocorrem em contextos interpessoais, factuais, históricos, sociais e culturais, e que esse vínculo contextual define a própria ocasião da ocorrência desses eventos. A referencialidade das proposições e a arquitetura das ações envolvidas nos encontros conversacionais são condições tão essenciais a essa forma de interação humana que a sua inobservância tornaria descabida qualquer contribuição dos participantes. Note-se, de passagem, que coisa diferente se dá com o princípio da colaboração. Vimos que aqui estão envolvidas expectativas de relevância e de sinceridade que, se frustradas, fazem com que esse fato seja percebido e interpretado com base na sequência das ações e tópicos conversacionais, bem como no quadro referencial das proposições. E algo aproximado pode ser dito sobre o princípio da economia, o qual demanda necessidade, suficiência e clareza da informação carreada pelos enunciados que constituem as contribuições conversacionais, condições essas que, quando não satisfeitas, dispõem os interlocutores a fornecerem uma interpretação para o fato.

De acordo com Sbisà (2006b, p. 243), para Grice, “apenas a implicatura conversacional é calculável e, portanto, inherentemente racional no sentido argumentativo”, ficando de fora “o que é dito ou é convencionalmente implicatado”. No entanto, lembra a autora, o filósofo reconhece “que a opção de lidar com uma implicatura como convencional carece de ‘justificativa especial’”; tal reconhecimento, segundo Sbisà, “sugere que todos os movimentos interpretativos e analíticos, de acordo com Grice, precisam de alguma justificativa” (*Ibid.*, p. 244). Nas seções anteriores, envidamos algum esforço no sentido de mostrar que processos como as pressuposições, as explicaturas e as implicituras se permitem um tratamento em termos de raciocínios argumentativos. Resta considerarmos o caso das implicaturas convencionais.

Esse fenômeno, já o caracterizamos na Seção 2.2.2, Capítulo 2: nele, o significado convencional de uma expressão usada é suficiente para gerar o *implicatum*. O exemplo oferecido por Grice (1989, p. 25-26) foi o enunciado “Ele é um inglês; portanto, é um bravo”. Segundo o filósofo, por meio desse enunciado é *dito* (1) que “ele é um inglês” e (2) que “ele é um bravo”, mas apenas é *sugerido* (implicatado) que o motivo para a pessoa em questão ser brava está no fato de ela ser inglesa. Ainda de acordo com o filósofo, o *implicatum* veiculado decorre das convenções de uso do conectivo “portanto”, empregado no enunciado.

A maneira como Grice (1989, p. 26) distingue as implicaturas *convencionais* das implicaturas *conversacionais* indica que estas se caracterizam “como sendo essencialmente conectadas com certos aspectos gerais do discurso”. Para ele, “todas as implicaturas conversacionais são canceláveis”, embora “infelizmente, não se possa tomar a satisfação de um teste de cancelabilidade como estabelecendo, de modo decisivo, a presença de uma implicatura conversacional” (*Ibid.*, p. 44). Quanto à implicatura convencional, o filósofo adverte que a sua natureza “precisa ser examinada antes que se permita fazer dela qualquer livre uso para fins explanatórios” (*Ibid.*, p. 46).

Na discussão que desenvolve sobre o assunto, Bach (1999, p. 327) apresenta o seguinte exemplo (aqui adaptado) de implicatura convencional:

- (11a) Carlos é enorme, mas é ágil.
- (11b) Carlos é enorme e é ágil.

O autor observa que a verdade de (11a) depende apenas da verdade de (11b); contudo, a asserção de (11a) sugere que existe algum tipo de conflito entre ser

enorme e ser ágil. Segundo a compreensão vigente, essa sugestão não pertence ao conteúdo semântico de (11a), nem mesmo é acarretada; também não temos aqui um caso de implicatura conversacional, pois a sugestão “depende essencialmente do significado convencional da palavra ‘mas’”. Esse seria, então, um caso típico de implicatura convencional. Conforme explica o autor, a implicatura convencional é definida como “uma proposição carreada devido a presença de um certo termo com um certo significado, mas cuja falsidade é compatível com a verdade do enunciado” (Bach, 1999, p. 232); assim, em (11a), pode não ser verdade que haja um conflito entre ser enorme e ser ágil, mas isso não compromete a verdade da asserção de que Carlos é uma coisa e outra. No entanto, Bach sustenta que o suposto fenômeno da implicatura convencional não passa de um artefato teórico, um “mito” (*Ibid.*, p. 328). Segundo o autor, os casos que parecem ser de implicaturas convencionais, quando analisados, se revelam como exemplos de algo diferente: ora se mostram apenas como aspectos do que é dito, ora os elementos envolvidos se apresentam como instâncias de modificadores da enunciação, ou seja, sinalizam apenas atos de fala de segunda ordem, vale dizer, não explícitos (Bach, 1999, p. 365).

Fundamentalmente, a justificativa que Bach apresenta para a sua posição se encontra na circunstância de que, embora não afetem as condições de verdade do enunciado, os por ele chamados “supostos mecanismos de implicatura conversacionais” (isto é, elementos como “portanto”, “mas”, “ainda” etc.) contribuem, sim, para o conteúdo semântico. Para comprovar isso, o autor propõe alguns testes, entre eles, o do discurso indireto, no qual, ao se reportar a fala de alguém, despreza-se a forma linguística do enunciado original, retendo-se apenas o seu conteúdo proposicional. Retomemos os exemplos (11a-b) sob a forma de (12a-b):

(12a) Marta disse que [Carlos é enorme, mas é ágil].

(12b) Marta disse que [Carlos é enorme e é ágil].

Bach observa que, no exemplo (12a), se o elemento “mas” disparasse de fato uma implicatura convencional, a formulação do discurso indireto não precisaria introduzir esse elemento na proposição encaixada entre parênteses, pois a sugestão que ele dispara não constituiria parte do conteúdo proposicional, semântico, de (11a); ou seja, se reportássemos os enunciados (11a) e (11b) como sendo proferidos por Marta, bastaria que apenas o fizéssemos sob a forma de (12b). Ora, se procedêssemos assim, estaríamos, obviamente, distorcendo o que Marta queria dizer com (11a), a saber: que não só Carlos é enorme e ágil, como também que ela, Marta,

vê alguma incompatibilidade entre essas duas propriedades. De acordo com Bach, um teste como esse indica que, ao dizer (11a), Marta não estaria *implicatando* convencionalmente a existência de um suposto conflito entre as propriedades de ser enorme e ser ágil, ela estaria *dizendo* isso, embora não de modo explícito. Como consequência, Bach propõe a necessidade de se aceitar que enunciados como (11a) carreiem múltiplas proposições: (i) Carlos é enorme e é ágil; (ii) há um conflito entre ser enorme e ser ágil. Segundo ele, há uma diferença de saliência, a favor de (i), entre as duas proposições, apesar de a verdade das duas estarem sendo asseridas; isso explicaria por que o enunciado (11a) pode ser verdadeiro, mesmo a proposição (ii) sendo falsa, uma vez que não há uma relação de conjunção lógica entre as proposições (i) e (ii). Em resumo, o que a discussão desenvolvida por Bach em torno das implicaturas convencionais quer mostrar é que, embora “o que é dito” se situe no nível do conteúdo semântico dos elementos linguísticos constitutivos do enunciado, esse conteúdo é multidimensional, admitindo incluir mais de uma proposição, em níveis distintos de saliência. As chamadas “implicaturas convencionais” não pertenceriam, portanto, à classe das inferências pragmáticas.

Se voltarmos, agora, à discussão do fenômeno da pressuposição oferecida na Seção 5.2.3.1, acima, teremos a possibilidade de comparar esse fenômeno com o da implicatura convencional, no que se refere à questão da possibilidade de tratar os processos inferenciais da conversação em termos argumentativos. Isso porque, para muitos autores, esses dois fenômenos se reduzem a um só (e, na visão de Bach (1999, p. 328), “ambos são um mito”). Com efeito, nos dois casos, conforme sugerem Capone (para as pressuposições) e Bach (para os supostos caso de implicatura convencional), encontramos a operação de um processo que envolve a veiculação de conteúdo em um segundo plano, com base no emprego de recursos linguísticos (lexicais ou gramaticais). Esse fato justificaria, para Capone, a caracterização da pressuposição como um fenômeno conversacional; já para Bach, o mesmo fato recomendaria enxergar nas “supostas” implicaturas convencionais um fenômeno semântico. Entretanto, como acontece com a pressuposição, é forçoso reconhecer que, também nas implicaturas convencionais, se insinua a dimensão pragmática da adequação comunicativa quanto ao emprego dos gatilhos linguísticos; assim é que podemos postular o requisito de compartilhamento, entre os interlocutores, dos conteúdos disparados pelos gatilhos, como condição para a presença desses elementos na constituição linguística dos enunciados. Isso fica evidente quando nos

defrontamos com casos em que o emprego de “mas” dispara, em segundo plano, um conteúdo que o ouvinte pode considerar problemático, por alguma razão. Um exemplo:

(13) João é analfabeto, mas é inteligente.

Nesse caso, o conteúdo carreado em segundo plano, “Os analfabetos não são inteligentes”, poderia ser questionado como preconceituoso pelo ouvinte, o que recomendaria ao falante o não uso dessa construção, por inadequada, nas situações em que ele desconheça se o interlocutor compartilha de sua concepção, sob pena de criar algum tipo de constrangimento.

Assim como a pressuposição, o fenômeno da implicatura convencional, se reconhecido o seu *status* independente, coloca em jogo o contexto interpessoal da interação e, portanto, o princípio conversacional da situacionalidade; da mesma forma, observa-se a função argumentativa que a situação discursiva desempenha na justificação ou reparação das formulações e interpretações das contribuições conversacionais que envolvem os “supostos mecanismos de implicatura convencional”, para usar a expressão de Bach.

6. A INTERPRETAÇÃO DA FALA E DA ESCRITA

Como foi dito (Cf. Seção 2.3. Capítulo 2), em sua teoria das implicaturas conversacionais, Grice não se preocupou em caracterizar com mais precisão o que entendia por "conversação", ficando a impressão de que ele empregava o termo em sentido amplo, quase como um sinônimo de "comunicação verbal". Para os fins da presente investigação, pareceu conveniente estabelecer uma delimitação mais rigorosa daquilo que se deveria tomar por "conversação" (ou "conversa), e, ao procurarmos fazer isso, assinalamos o caráter protótipico da interação conversacional como manifestação da comunicação verbal, bem como a sua centralidade na vida social humana. Por um lado, o reconhecimento dessa natureza fundamental da conversação nos permitiu elegê-la como o lugar e o momento preferenciais para o estudo das propriedades do uso da linguagem – em especial, de seus processos interpretativos; por outro lado, esse reconhecimento parece justificar que se levante a questão sobre a possibilidade de extrapolarmos as conclusões a que chegamos quanto ao caráter racional dos processos inferenciais da conversa para outras formas de manifestação da linguagem, mais particularmente, para as situações de uso da escrita. É precisamente essa a questão que ocupará a nossa atenção no presente capítulo. Aqui consideraremos se uma abordagem dos processos interpretativos da conversação conforme proposta nos capítulos anteriores poderia, em princípio, servir também à explanação de como se dá a interpretação nas práticas da escrita.

6.1. O problema das relações entre fala e escrita

Em trabalho destinado à divulgação do tema entre o público brasileiro, Luiz A. Marcuschi propôs distinguirem-se, por um lado, fala e escrita, enquanto modalidades de uso da língua, e, por outro, oralidade e letramento, enquanto práticas sociais. Com a primeira distinção, buscava ele salientar os aspectos textual-discursivos, com a segunda, a dimensão sociocultural do problema das relações entre a fala e a escrita (Marcuschi, 2001a, p. 25).

Como tópico de reflexão científica, tal problema foi sendo destilado em um conjunto de estudos que, a partir do artigo seminal de Jack Goody e Ian Watt, "The consequences of literacy", publicado em 1963, procurou compreender o processo e os efeitos da adoção de sistemas de escrita por diversas sociedades, em especial, do alfabeto greco-latino pelas sociedades ocidentais. Desde o início, as repercussões cognitivas da introdução da escrita em sociedades primariamente orais receberam especial atenção. Nas palavras de um dos pioneiros nesses estudos, o classicista Eric A. Havelock: "Seria a comunicação oral o instrumento de um estado oral da mente, um tipo de consciência bastante diferente do estado letrado [*literate*] da mente?" (Havelock, 1986, p. 24). Com efeito, todo o programa de investigação desse autor buscou evidenciar a tese de que, sim, uma radical transformação em termos qualitativos (portanto, uma "revolução") se deu, quando "uma invenção que provou ser crucial na mudança do caráter da consciência grega iria fazer a mesma coisa para a Europa como um todo e, de fato, poderia ser tomada como responsável por criar o caráter de uma moderna consciência que está se tornando mundial" (*Ibid.*, p. 10).

Entretanto, o debate que se estabeleceu em torno das relações entre oralidade e letramento, envolvendo historiadores, antropólogos, psicólogos, educadores e linguistas, abrangeu as diversas facetas do problema. Ao longo da discussão, uma deficiência básica na sustentação dos argumentos foi gradualmente se tornando clara: o simplismo das concepções de oralidade e letramento, nas quais se postulava a existência de uma "grande divisão" entre as duas modalidades de comunicação, assumindo-se uma visão essencialmente dicotômica do fenômeno. Percebeu-se que, embora, do ponto de vista lógico, as duas noções se permitissem tomar como mutuamente excludentes, no contexto das propostas teóricas, serviam, de fato, à caracterização de realidades bastante complexas e profundamente inter-relacionadas. O caso da Grécia Antiga serviria como exemplo: embora seja lícito afirmar, um tanto esquematicamente, que a sociedade grega evolreu de uma condição predominantemente oral no período arcaico para uma condição relativamente letrada no período helenístico, essa caracterização demanda uma leitura mais nuançada no que se refere às áreas geográficas, às esferas de atividade humana e às classes sociais em que a apropriação da escrita ou a persistência da oralidade se verificaram (Thomas, 1996). O desenvolvimento de estudos em sociedades distantes entre si no tempo e no espaço foi confirmado a dificuldade essencial de se conceber o letramento como uma realidade autônoma, desvinculada

das situações históricas, sociais e culturais em que se dá o recurso à comunicação escrita por um determinado grupo humano, ou seja, sem levar em conta os fatores de natureza ideológica envolvidos nas práticas da escrita e da leitura (Street, 1984, p. 19-125).

Além disso, constatou-se, diz Marcuschi (2001b, p. 28) "que, tanto em termos de uso como de características linguísticas, fala e escrita mantinham relações muito mais próximas do que se admitia então", o que implicava a necessidade de se conceberem as duas "mais em suas relações de semelhança do que de diferença numa certa mistura de gêneros e estilos e evitando as dicotomias em sentido estrito". Como procurou mostrar o linguista, a força dessas dicotomias se apresenta especialmente atenuada quando a questão é enfocada pelo prisma dos gêneros textuais:

Todo uso da língua se dá em condições particulares no espaço e no tempo. E neste caso, estes usos são a sedimentação de práticas sociais longamente desenvolvidas e testadas. Essas práticas sedimentam-se na condição de estruturas mais ou menos sólidas chamadas gêneros textuais que se distribuem tanto pela oralidade como pela escrita (Marcuschi, 2001b, p. 43).

A percepção de que as manifestações da fala e da escrita se distribuem em um *continuum* permite deslocar a ênfase na busca por elementos característicos de tais manifestações para os condicionamentos sociais e históricos que terminam por cristalizá-las nas diversas formas de gêneros discursivos.

Por outro lado, reconhecendo a procedência das críticas à concepção autônoma do letramento, mas insistindo na necessidade de se manter o foco sobre a questão cognitiva, o psicólogo David R. Olson (1994, p. 17) enxergou, entre as várias simplificações que, a seu ver, comprometeram as primeiras tentativas de se formular uma teoria geral do letramento, a de se tomar a escrita como "incorporando uma gramática e uma lógica e não como fornecendo uma representação da gramática e da lógica da fala ordinária"; assim, segundo ele, entre as tarefas de uma teoria sobre letramento e mente estaria a de "enfocar as relações entre fala e escrita, especialmente as propriedades lexicais, gramaticais, dos atos de fala e discursivas tanto na fala quanto na escrita, bem como o papel que a transcrição desempenha na divergência entre elas" (*Ibid.*). Segundo ele:

Enquanto as escritas fornecem modelos razoavelmente adequados para o que é dito, oferecem modelos menos adequados para o que

deve ser compreendido, o que no jargão moderno descrevemos como força ilocucionária. Os problemas de leitura/interpretação emergem, então, não tanto do que os textos representam – sons, palavras e sentenças – quanto do que eles não conseguem representar, a maneira ou atitude do falante ou escritor em relação ao que é dito (Olson, 1994, p. 19, grifo original)

O problema da interpretação é, pois, para Olson, fundamental em uma teoria do letramento e decorre das limitações da escrita – quando entendida como mera transcrição da fala – em veicular aquela dimensão do significado que se prende às intenções e atitudes do falante ou escritor em relação ao que é dito pelos sons (letras), palavras e sentenças. E esse problema consiste, precisamente, na "recuperação da intenção comunicativa" (Olson, 1994, p. 115-142).

Para Olson, interpretar é diferente de ter um conceito ou teoria da interpretação; só quando se dispõe de um conceito de interpretação é possível distinguir o que é dito do que é significado, ou seja, daquilo que "está por trás, além ou dentro do que é dito"; por essa via, o processo de interpretação, que é inconsciente e quase automático, se torna acessível à análise consciente e racional (*Ibid.*, p. 116-117). Tal processo envolve os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos da linguagem. Baseado em análises de linguistas, Olson sustenta que "tanto a linguagem falada quanto a escrita exploram a mesma gramática, mas o fazem de maneira sistematicamente diferente" (*Ibid.*, p. 117). Por exemplo, ele refere resultados de trabalhos de Wallace Chafe que propõem uma diferença na organização das sequências linguísticas básicas da fala e da escrita: na fala, a sequência consiste em uma "unidade de ideia" relativamente curta, constituída por um núcleo verbal e uma única curva entonacional, correspondendo ao total de informação que pode ocupar o foco da atenção do falante em um dado momento; na escrita, essa unidade básica é respeitada, mas a estrutura da sentença admite agregar à oração principal uma ou mais orações pelo processo de subordinação (*Ibid.*, p. 117-118). Citando Chafe, Olson sugere que, na fala, é a unidade de ideia que desempenha o papel de unidade de processamento e memória já que, "na linguagem falada, as sentenças são frequentemente difíceis de identificar e sua função é problemática" (*Ibid.*, p. 118).

No aspecto semântico da interpretação, está envolvida, segundo Olson, a referência, isto é, a relação das palavras com os objetos, e dos predicados com os atributos, sendo o cálculo da relação simples, quando a palavras e atributos se referem a algo evidente, mas problemático, quando, por exemplo, as expressões

envolvem metáfora ou ironia. Em casos assim, a análise do significado e da interpretação alcança já o plano da pragmática, no qual entra em jogo a questão do que Olson chama de "intenção direcionada à audiência" [*audience-directed intention*], ou seja, de "como o falante ou escritor intenta que seu enunciado seja compreendido" (*Ibid.*, p. 119). Segundo ele, tal noção recebeu o seu tratamento inicial em termos de "força ilocucionária", no quadro da Teoria dos Atos de Fala. Entre os expoentes dessa abordagem, Olson (1994, p. 121) identifica em Grice, em sua teoria das implicaturas conversacionais, a análise que, embora voltada para um fenômeno da conversação, "salientou de modo sistemático o problema central da interpretação", a saber, "como alguém pode recuperar a força ilocucionária de um enunciado quando ela não está lexicalmente especificada ou mesmo quando está erroneamente especificada [*mis-specified*] [...]".

Olson assinala que, no discurso oral, o falante e o ouvinte se concentram no conteúdo do discurso, ficando em segundo plano os aspectos da interpretação veiculados por recursos contextuais, prosódicos ou paralinguísticos; já os textos escritos requerem que esses aspectos se manifestem lexicalmente ou gramaticalmente, o que os torna passíveis de um tratamento consciente e sistemático (*Ibid.*, p. 121). Assim é que os atos de fala indiretos, que Olson identifica com implicaturas conversacionais, têm sua força ilocucionária julgada pelo ouvinte, em parte, com recurso a pistas não verbais, as quais não estão disponíveis ao leitor e demandam, no texto escrito, ser expressas lexicalmente, por exemplo, com o emprego de verbos performativos ("Eu *prometo* que...", etc.), os quais designam o ato pretendido (*Ibid.*, p. 131-132).

Uma outra questão é quando a intenção comunicativa se estende para além de uma única sentença resultando em uma forma de texto que corresponde a uma "forma retórica" ou um "gênero" (por exemplo, conto, poema, canção, parábola, piada etc.). As formas retóricas variam entre culturas, orais e letradas, sua evolução, bem como dos meios de interpretá-las, são parte importante do letramento (*Ibid.*, p. 121). De acordo com Olson:

A forma retórica é o produto do planejamento de textos extensos de modo a controlar, tanto quanto possível, como eles devem ser compreendidos por uma audiência. Nessa condição, eles constituem mecanismos para lidar com a força ilocucionária. E, como demanda que a intenção direcionada à audiência seja detectada, a interpretação requer uma consciência da forma retórica (Olson, 1994, p. 135)

Portanto, a tarefa de recuperação da intenção comunicativa em textos que resultam de um planejamento retórico, isto é, assumem a forma de um gênero, envolve uma atividade consciente e racional de interpretação, que se pauta por uma teoria da interpretação, ou em outras palavras, por uma hermenêutica desses textos. A hermenêutica, como ciência da interpretação, desenvolveu-se originalmente em função da análise de textos sagrados, em que o exato entendimento do conteúdo era uma questão de vida ou morte (Olson, 1994, p. 116); foi, portanto, desde sua origem, associada a textos escritos. Diz Olson:

A hermenêutica de uma tradição escrita tende a focar sobre a exata fraseologia e gramática do texto assim como o viés e a intenção do autor com o objetivo de desenvolver regras e procedimentos explícitos que levem do texto a uma interpretação (Olson, 1994, p. 137).

Comparando com o modo como o problema da interpretação é enfrentado nas tradições orais, Olson conclui, com base em uma série de estudos etnográficos, que, nas sociedades orais, somente certos gêneros como o oratório, o poético e o ceremonial requerem interpretação, porque geralmente envolvem uma linguagem indireta e metafórica. Já a cultura letrada moderna assume que "o significado de cada enunciado, literal ou metafórico, enquanto aberto à interpretação, é passível de ser conhecido". Por outro lado, enquanto, em culturas orais, parece haver uma valorização do consenso na interpretação, a cultura letrada

tende mais à diversidade na interpretação, as divergências surgindo de leituras algo idiossincráticas de textos particulares, com mais atenção sobre fraseologias particulares e uma correspondente menor atenção ao contexto e a outras indicações não verbais da força ilocucionária, isto é, a indicações da intenção de como o enunciado original deveria ser compreendido (Olson, 1994, p. 141).

Os conceitos e teses propostos ou assentidos por Olson e aqui apresentados integram uma teoria mais ampla do letramento, a qual busca reformular, e reafirmar, em parte, uma vertente dos estudos sobre as relações entre fala e escrita que, como vimos, estando na origem mesma desses estudos, foi alvo, posteriormente, de fundamentadas críticas que procuraram apontar graves simplificações na abordagem inicial do problema. Ao insistir na relevância das implicações cognitivas do letramento, Olson amplia, confiantemente, o alcance dessas implicações para a esfera do nosso entendimento do mundo (nossa ciência) e de nós mesmos (nossa psicologia).

Em trabalho mais recente, Olson (2016, p. 3) procura mostrar como “o ato de ler traz à consciência um mundo de outra maneira desconhecido” e como “aprender a ler e a escrever produz uma nova consciência da linguagem”, a qual, por sua vez, “pode ajudar a explicar formas mais reflexivas de pensamento que vieram a definir a racionalidade” (*Ibid.*, p. 8). Essencialmente, a habilidade de ler e escrever facilita a quem dela se serve meios de acesso consciente a aspectos da linguagem natural que se acham implícitos na fala. Dentre os aspectos abordados pelo autor, consideremos aqueles que parecem mais relevantes para a nossa discussão. Um primeiro consiste na estrutura fonológica do fluxo da fala: ao se aprender a ler, aprende-se a analisar esse fluxo em termos de unidades distintivas de sons que correspondem às letras (Olson, 2016, p. 87-97). Essa consciência fonológica serve de precedente para a conceptualização de dois outros importantes aspectos da linguagem: a palavra e a sentença.

Olson evoca uma série de estudos para mostrar a dificuldade de analisar-se o fluxo da fala sob a forma de uma cadeia de palavras e propõe que elas se tornam objetos abstratos de pensamento sobretudo no processo de aprendizado da escrita, o que permite caracterizá-las em suas formas, funções gramaticais e relações de sentido (Olson, 2016, p. 98-114). Do mesmo modo que faz com as palavras, ele concebe também as sentenças (*Ibid.*, p. 115-139) como entidades abstraídas do contexto normal de uso no discurso, mas necessárias, umas e outras, ao estudo das relações semânticas implícitas na fala: por exemplo, não é possível identificar-se a ocorrência da sinônima e da paráfrase sem os conceitos de palavra e de sentença, respectivamente. Portanto, a função metalinguística – ou “metarrepresentacional” – desses conceitos permite empregá-los enquanto ferramentas na análise da estrutura gramatical e semântica das expressões linguísticas, aí incluídos o sentido das palavras e o significado lógico das sentenças (*Ibid.*, p. 136).

Além das noções fundamentais de “fonema”, “palavra” e “sentença”, Olson (2016, p. 140-156) aponta um outro aspecto da linguagem que se torna acessível à consciência por meio da metalinguagem propiciada pelo letramento: os recursos estilísticos e argumentativos envolvidos na prosa, que encontra na escrita o seu meio básico de realização. O autor afirma haver evidência histórica indicando “que um sistema de escrita é condição necessária para a invenção do discurso extenso em prosa” (*Ibid.*, p. 145) e assinala que, pelas mãos dos antigos escritores gregos, “a prosa narrativa se converteu em história, a prosa argumentativa em filosofia e a prosa

descritiva em ciência, três ramos do pensamento fortemente dependentes da prosa escrita no que veio a ser o estilo clássico" (*Ibid.*, p. 148). Segundo Olson (2016, p. 142), embora várias de suas características sejam consistentes com as máximas de Grice, "a prosa clássica escrita não é uma atividade natural, mas requer deliberado esforço para ser adquirida"; o estilo simples, próprio do discurso oral ordinário, se diferencia do estilo clássico por ser "acrítico, carecendo da consciência de qualquer princípio de validação". Entre os vários usos da escrita, o estilo clássico de prosa apresenta características específicas "que fazem dele não apenas uma ferramenta útil, mas um meio para o pensamento abstrato, reflexivo" (Olson, 1016, p. 143).

Olson (*Ibid.*, p. 7) sustenta que "toda crítica consiste em pensamento sobre o pensamento e envolve, assim, uma linguagem especializada para realizar esse pensamento". Para se compreender melhor a afirmação, deve-se ter em conta que o autor aceita distinguir duas formas de racionalidade: uma, que ele prefere chamar de "razoabilidade", é a capacidade de aduzir razões para justificar ações e crenças e "é intrínseca à aquisição de uma primeira língua"; a outra, a "racionalidade formal", consiste na capacidade de submeter essas razões a um escrutínio com o propósito de avaliá-las "em termos de relevância, evidência, validade, clareza, ambiguidade e coisas assim", tal forma de racionalidade "se deriva, até certo ponto, da escrita e de uma tradição escrita" (*Ibid.*, p. 12). A consciência metalinguística da linguagem, favorecida pelo letramento está, assim, na base da racionalidade formal, ou, como diz Olson (*Ibid.*, p. 135), "a linguagem para pensar sobre o pensamento é justamente aquela usada para se falar sobre textos [...]".

6.2. Os processos interpretativos na fala e na escrita

Colocando lado a lado as teses de Grice (Cf. Seção 2.2, Capítulo 2) e de Olson, (Cf. Seção 6.1, acima), já se pode entrever uma possibilidade de resposta à questão colocada na abertura deste capítulo: serão os mecanismos interpretativos operantes na conversação específicos da oralidade, ou, pelo contrário, ocorrem eles também nas situações de uso da escrita? Vimos que Grice, ao analisar os fenômenos conversacionais, não se absteve de apresentar exemplos envolvendo textos escritos, o que parece indicar que o cenário da conversação foi usado, nessa análise, de uma forma natural, exatamente por representar ele a situação protótipica de comunicação humana, não estando, assim, os fenômenos da escrita necessariamente fora do

escopo da reflexão do filósofo, nem da pertinência de sua análise. Por outro lado, vimos que Olson tem Grice como aquele que, ao examinar a conversação, descobriu no processo de recuperação da intenção comunicativa o problema central da interpretação do discurso, o que aponta para o amplo alcance da abordagem griceana. Sendo assim, parece claro que essas constatações autorizam a conjectura de que, por trás da diversidade manifesta pelos usos da linguagem, na variedade de situações e modalidades comunicativas, existem mecanismos básicos que atuam na interpretação do discurso e que podem ser descritos em moldes griceanos. Para dar mais substância a tal conjectura, convém que se esclareça qual seria a base fundamental do funcionamento desses mecanismos nos atos comunicativos verbais, em geral, e, mais especificamente, nas práticas da escrita. É o que procuraremos fazer no que segue.

Temos que, tanto na visão Grice quanto de Olson, o sucesso do ato comunicativo depende, essencialmente, da expressão de uma intenção comunicativa por parte do falante/escritor e da efetiva recuperação dessa intenção por parte do ouvinte/leitor. Tal condição permeia o funcionamento dos princípios básicos que governam o processamento do discurso e que Grice formulou em termos do princípio da cooperação e das máximas conversacionais. A veiculação da intenção comunicativa por meio de um enunciado envolve recursos lexicais e gramaticais que obedecem a convenções constitutivas do sistema linguístico. Contudo, com frequência, a intenção do falante vai além – ou mesmo, é diferente – do que é significado pela forma léxico-gramatical do enunciado, situação que faz com que o ouvinte/leitor lance mão de operações interpretativas designadas, em geral, de inferências. Embora seja possível caracterizar parte dessas operações nos termos da lógica formal, outra parte extrapola os limites do mero cálculo lógico – são como, vimos, as inferências pragmáticas.

Entre as inferências pragmáticas, encontram-se as implicaturas conversacionais, que Grice identificou como fenômenos characteristicamente associados às condições envolvidas nos eventos de conversação. Vimos que, no "cálculo" dessas implicaturas, conforme descrito pelo filósofo, o ouvinte opera com o significado convencional do enunciado, mas, decisivamente, recorre aos princípios que governam a conversação e ao conhecimento do que se passa na situação e no contexto em que ela se desenrola. A questão que se coloca, então, é: tomando-se a descrição que Grice faz do fenômeno das implicaturas como modelo, ainda que

aproximado, para a caracterização dos mecanismos inferenciais envolvidos na interpretação do discurso conversacional, valeriam esses mecanismos e suas condições de operação também para as situações de interpretação dos textos escritos?

Se considerarmos a formulação que Grice oferece para o princípio da cooperação e para as máximas, veremos que, embora se identifique uma alusão aos turnos de fala (as "contribuições" dos participantes), próprios da conversação, a aplicação do princípio e das máximas pode ser estendida à interação comunicativa que se estabelece através da escrita, como demonstram alguns exemplos apresentados pelo próprio filósofo. É o que reconhece Olson (2016, p. 117), quando afirma que "embora concebidas para analisar a pragmática da conversação, as máximas são amplamente aplicáveis a todos os usos da linguagem, escritos e orais."

Por outro lado, de forma aparentemente contraditória, Olson (2016, p. 199) propõe que uma postura "metalinguística ou analítica" é assumida no discurso escrito empregado em textos científicos e acadêmicos, em questões de testes, entre outros. Segundo ele, essa postura "cancela ou subordina as normas conversacionais griceanas adequadas à ação social pessoal e contextualizada às demandas formais de definição precisa e lógica explícita". Vimos que Olson sustenta, de modo geral, o caráter lexical e gramaticalmente mais explícito da escrita, dado que sua interpretação não exige pistas contextuais, prosódicas ou paralinguísticas, como no caso da fala. O texto escrito, diz o autor, "não depende de outras pistas que não as pistas linguísticas; não é direcionado a ninguém em particular, seu autor é essencialmente anônimo, e seu significado é primariamente aquele representado pelo significado da sentença" (*Ibid.*, p. 134). Se aceitarmos como corretas essas afirmações de Olson, seremos levados a concluir que, na interpretação do discurso escrito, não se pode esperar um recurso significativo, como na fala, a mecanismos inferenciais de natureza pragmática, em que a computação do elemento contextual se mostra decisiva e definidora.

Tal visão do texto escrito como menos contextualizado, quando comparado ao oral, constitui uma parcial sobrevivência, no pensamento de Olson, da concepção dicotômica das relações entre fala e escrita. É importante notar, contudo, que a sua abordagem do discurso escrito se concentra sobretudo naqueles gêneros textuais pautados pelos valores estilísticos e retóricos da prosa clássica, como os textos acadêmicos e científicos. À luz do que já foi dito na seção anterior, seria talvez ocioso repisar aqui os argumentos apresentados por uma profícua corrente de estudos que

se assenta sobre a concepção de gêneros textuais como eventos, no dizer de Marcuschi (2010, p. 19-20), “altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos”, “quase inúmeros em diversidade de formas” e caracterizados “muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais”. A proliferação dos gêneros sobretudo escritos é uma marca da cultura letrada, evidenciando a penetração e diversificação do uso da escrita na estrutura e funcionamento das sociedades modernas. Portanto, tendo em vista a presença multifacetada desse uso nas atividades humanas, não parece produtivo concentrar nossa análise em determinados gêneros específicos, quando o que pretendemos é considerar a possível operação de certos mecanismos de interpretação no discurso escrito em geral. Dito isso, porém, é forçoso reconhecer que, para determinados gêneros, as proposições de Olson se mostram em certa medida válidas, como no caso dos gêneros acadêmicos e científicos.

Se assim é, somos levados a concluir que a pergunta sobre a possibilidade de os mecanismos inferenciais de natural ocorrência na conversação (à maneira das implicaturas conversacionais) se verificarem também na interpretação dos textos escritos deve receber uma resposta positiva, embora relativa e conjectural. Relativa, porque a resposta afirmativa deverá ser condicionada às especificidades do gênero em que a escrita se manifesta, não sendo necessariamente válida em determinados casos, como o das questões de teste escrito, por exemplo. Conjectural, porque a base para a resposta assim formulada tem uma natureza decididamente teórica e especulativa, derivada, essencialmente, do pensamento de dois autores, Grice e Olson. Tal resposta, que leva em conta os mecanismos inferenciais como explanados por Grice, seria cabível igualmente à questão que encabeça o presente capítulo, a qual diz respeito ao modelo explanatório que propusemos para as inferências conversacionais em geral?

O molde decididamente griceano empregado na construção do nosso modelo favorece uma resposta também afirmativa a essa questão. Embora tenhamos procurado delimitar o nosso enfoque por meio de uma concepção da natureza da conversação mais estrita do que a adotada por Grice, empregando para isso, inclusive, a contribuição oferecida pela perspectiva analítico-conversacional, o modelo que propusemos envolve essencialmente os mesmos princípios e o mesmo *modus operandi* que entram em jogo no cálculo interpretativo das implicaturas conforme descrito por Grice. A diferença fundamental da nossa abordagem reside em dois

aspectos que a tornam, em princípio, ainda mais compatível com o tratamento da interpretação do discurso escrito: primeiro, o modelo explanatório que divisamos quer servir às situações discursivas que envolvem outros processos que não apenas as implicaturas, e que não recorrem decisivamente à infração dos princípios conversacionais postulados; em segundo lugar, entre esses princípios, ressaltamos o da caridade, o qual põe em foco a natureza racional da comunicação verbal. Em conjunto, esses dois aspectos parecem especialmente condizentes com uma concepção das atividades de escrita enquanto um fenômeno multifacetado, que coloca em jogo, na visão de Olson (2016, p. 8), uma “nova consciência da linguagem”, a qual está na base das “formas mais reflexivas de pensamento que vieram a definir a racionalidade”.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de conclusão deste trabalho, cabem aqui algumas considerações. Mesmo as passagens mais propositivas da exposição contida nos capítulos precedentes não devem esconder o caráter eminentemente tentativo da investigação que aí se apresentou. O que procuramos fazer, ao longo da nossa discussão, foi tomar a sério e buscar ampliar para outros fenômenos interpretativos da conversação a percepção do filósofo Paul Grice sobre as implicaturas, assim formulada por Marina Sbisà:

O que a racionalidade da implicatura conversacional exige do falante e do ouvinte é apenas que eles estejam dispostos a justificar sua compreensão da implicatura e sejam capazes (até certo ponto) de fornecer tais justificativas, substituindo suas apreensões intuitivas por alguma versão mais ou menos completa do caminho inferencial relevante (Sbisà, 2016b, p. 244).

Não há necessidade de repetir a justificativa para tal procedimento apresentada na introdução deste trabalho (Cf. Seção 1.4, Capítulo 1). Vale, porém, repetir, para ressaltar, que a motivação última da nossa pesquisa envolve um ânimo semelhante ao que movia Grice, o qual foi descrito pelo filósofo como "uma persistente esperança" e "um insistente desejo" de descobrir as consequências "vitalmente importantes" que podem ser derivadas da "ideia de um ser racional". A concepção griceana de racionalidade argumentativa divisada no fenômeno conversacional implica que essa propriedade se manifesta nas formas mais elementares e cotidianas do comportamento social humano; tal visão, procuramos assinalar (Cf. Seção 5.1.1, Capítulo 5), é corroborada pela perspectiva etnometodológica de Harold Garfinkel, que pauta o esforço dos analistas da conversação. As consequências dessa concepção vão além do plano teórico da filosofia e da ciência; elas alcançam a esfera prática da interação humana que está na base das instituições sociais e da cultura; entender essa esfera – a comunicação verbal incluída – como o espaço natural da

racionalidade humana é reconhecer a legitimidade fundamental da atividade crítica em toda iniciativa colaborativa que engaje duas ou mais pessoas.

Em nossa investigação, buscamos elaborar, sob o molde griceano, um modelo explanatório dos vários fenômenos inferenciais identificados na pesquisa pragmática inspirada por Grice. É preciso aqui, porém, reconhecer que o uso do termo “modelo” para o que efetivamente propusemos pode parecer um tanto pretensioso. De fato, não foi oferecido um construto teórico com princípios e operações explicitamente formalizados; o que resultou do nosso esforço foi, sim, um conjunto de princípios e um esboço de sua aplicação à explanação dos fenômenos relevantes, resultados esses que, assim esperamos, têm seu entendimento em grande parte facilitado justamente pela íntima relação que apresentam com a proposta seminal de Grice.

Não obstante as suas limitações, alguns aspectos podem ser apontados em nosso “modelo” que parecem torná-lo vantajoso, se comparado ao original griceano, quando consideramos o objetivo central desta investigação – caracterizar as inferências conversacionais em geral como processos racionais de natureza argumentativa. Primeiro, a maior simplicidade do referido modelo quanto ao número de princípios nele envolvidos, sem que sua força explanatória se mostre reduzida no tratamento de fenômenos semelhantes aos considerados por Grice; segundo, o fato de o modelo incorporar o princípio da caridade, o qual ressalta especificamente o papel da racionalidade argumentativa como um ingrediente de expectativa decisivo no cálculo interpretativo dos enunciados; por fim, a possibilidade de aplicação uniforme do modelo aos vários processos inferenciais operantes na conversação, fenômenos que foram identificados e descritos na literatura especializada com base em enfoques teóricos diversos.

Com relação a esse último aspecto, convém lembrar que, segundo Sbisà (2006b, p. 244), “todos os movimentos interpretativos e analíticos, de acordo com Grice, precisam de alguma justificativa”, embora “apenas a implicatura conversacional [seja] calculável e, portanto, inherentemente racional no sentido argumentativo” (p. 243). Se é assim, a análise griceana parece um tanto indecisa (ou imprecisa) quanto ao caráter racional dos fenômenos inferenciais da conversação que não caem sob a rubrica de implicaturas conversacionais. O nosso modelo visou, portanto, a um alargamento das possibilidades de se caracterizarem como processos racionais argumentativos os diversos fenômenos inferenciais contemplados na literatura pragmática de cunho griceano.

Ainda com relação ao aspecto em questão, sugeriu-se, em um nível puramente especulativo, a viabilidade de se ampliar o âmbito de aplicabilidade explanatória do nosso modelo às práticas da escrita; convincentemente ou não, tal sugestão buscou surpreender em nossa investigação uma possível contribuição no sentido de se compreender o processamento do discurso em geral de uma forma unificada, um objetivo que, quando ou se alcançado, representará um grande avanço no estudo da comunicação humana.

REFERÊNCIAS

- ARIEL, M. *Pragmatics and grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, [1962]1976.
- BACH, K. Regressions in pragmatics (and semantics). In: BURTON-ROBERTS, N. (ed). *Pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, p. 24-44.
- BACH, K. The top 10 misconceptions about implicature. In: BIRNER, B; WARD, G (eds.), *Drawing the boundaries of meaning*. Amsterdam: John Benjamins. 2006. pp. 21–30.
- BACH, K. The myth of conventional implicature. *Linguistic and philosophy*, 22, p. 327-366, 1999.
- BACH, K. Conversational impliciture. *Mind & Language*, 9(2), p. 124-162, 1994.
- BACH, K. A rationale for reliabilism. *The Monist*, 68(2), p. 246–263, 1985.
- BACH, K.; HARNISH, R. M. *Linguistic Communication and Speech Acts*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1979.
- BRAZIL, D. *A grammar of speech*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- BURTON-ROBERTS, N. Introduction. In: BURTON-ROBERTS, N. (ed). *Pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, p. 1-9.
- CAPONE, A. Presuppositions as conversational phenomena. In: *Lingua* (2017). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.lingua.2017.06.014>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- CARSTON, R. Relevance Theory and the Saying/Implicating Distinction. In: HORN, L. R.; WARD, G. (eds) *The Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell, 2006, p. 633-56.
- CARSTON, R. *Thoughts and utterances*: the pragmatics of explicit communication. Oxford: Blackwell, 2002.
- CARSTON, R. Implicature, explicature, and truth-theoretic semantics. In: KEMPSON, R. (ed.), *Mental representations*: the interface between language and reality. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 155–81.
- CHAPMAN, S. *Pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

- CHAPMAN, S. *Paul Grice*: philosopher and linguist. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.
- CLARK, H. H. *Using language*. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
- CLIFT, R. *Conversation analysis*. Cambridge, Cambridge University Press, 2016.
- CONSENZA, G. Some limits and possibilities of Grice's account of meaning and communication. In: CONSENZA, G. (ed.) *Paul Grice's heritage*. Turnhout: Brepols, 2001, p. 7-32.
- CROWE, M. J. *Theories of the world*: from antiquity to the copernican revolution. 2nd ed. Mineola, NY: Dover, 2001.
- FREGE, G. 'Begriffschrift', a formula language, modeled upon that of arithmetic, for pure thought. In: Heijenoort, J. v. *From Frege to Gödel*: a source book in mathematical logic, 1879-1931. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1967, p. 1-82.
- GAFINKEL, H. *Studies in ethnomethodology*. Cambridge: Polity, [1967] 1984.
- GALEMBECK, P. DE T., SILVA, L. A. DA & ROSA, M. M. O turno conversacional. In: PRETI, D. & URBANO, H. (org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. Vol. IV: estudos. São Paulo: T. A. Queiroz/FAPESP. 1990, p. 59-98.
- GLUCKSBERG, S. On the automaticity of pragmatic processes. In: NOVECK, I.; SPERBER, D. (eds). *Experimental pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004, p. 72-93.
- GRICE, P. *Aspects of reason*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- GRICE, P. *The conception of value*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- GRICE, P. *Studies in the way of words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.
- HAVELOCK, E. A. *The muse learns to write*: reflections on orality and literacy from antiquity to the present. New Haven and London: Yale University Press, 1986.
- HERITAGE, J. Conversation Analysis as Social Theory. In: TURNER, B. (ed.) *The New Blackwell Companion to Social Theory*. Oxford: Blackwell, 2008, p. 300-320.
- HERITAGE, J. *Garfinkel and ethnomethodology*. Cambridge, Polity, 1984.
- HERITAGE, J.; ATKINSON, J. M. Introduction. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. (eds.) *Structures of social action*: studies in conversational analysis. Cambridge: Cambridge University Press; Editions de la Maison de Sciences de L'Homme, 1984, p. 1-15.
- HORN, L. R. Implying and inferring. In: ALLAN, K.; JASZCZOLT, K. M. *The Cambridge handbook of pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 69-86.

- HORN, L. R. Implicature. *In: HORN, L. R.; WARD, G. (eds) The Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell, 2006, p. 3-28.
- HORN, L. R. Toward a new taxonomy for pragmatic inference: Q-based and R-based implicature'. *In: SCHIFFRIN, D. (ed.), Meaning, Form, and Use in Context: Linguistic Applications*. Washington, DC: Georgetown University Press, 1984, p. 11-42.
- HUANG, Y. Neo-gricean pragmatics. *In: HUANG, Y. (ed.) The Oxford handbook of pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 47-78.
- JASZCZOLT, K. M. Storm in a Teacup: What Exactly Are Default Interpretations? *In: B. FRASER, B.; TURNER K. (eds). Language in life, and a life in Language: Jacob Mey – a festschrift*, London: Emerald, 2009, p. 213-222.
- KASHER, A. Gricean inference revisited. *Philosophica* 20, p. 25-44, 1982 (1).
- KASHER, A. Conversational maxims and rationality. *In: KASHER, A. (ed). Language in focus: foundations, methods and systems*. Dordrecht: D. Reidel Publishing, 1976. p. 197-216.
- KEMPSON, R. M. *Semantic theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- KOCH, I. G. V. et al. Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado. *In: CASTILHO, A. T. (org.). Gramática do português falado. v. I: A ordem*. Campinas: Editora da UNICAMP / FAPESP, 1990, p. 143-184.
- KUHN, T. S. *The copernican revolution: planetary astronomy in the development of western thought*. New York: MJF, [1957]1985.
- LEVINSON, S. C. On the human interaction engine. *In: ENFIELD, N. J.; LEVINSON, S. C. (eds.) Roots of human sociality: culture, cognition and interaction*. London and New York: Routledge, [2006] 2020, p. 39-69.
- LEVINSON, S. C. *Presumptive Meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Cambridge, MA/London: The MIT Press, 2000.
- LEVINSON, S. C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- LIVINGSTON, E. *Ethnographies of reason*. London: Routledge, [2008]2016.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001a.
- MARCUSCHI, L. A. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. *In: SIGNORINI, I. (org.) Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001b, p. 23-50.
- MERCIER, H; SPERBER, D. *The enigma of reason*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2017.

NOVECK, I.; SPERBER, D. The why and how of experimental pragmatics: the case of 'scalar inferences'. In: BURTON-ROBERTS, N. (ed). *Pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, p. 184-212.

NOVECK, I; SPERBER, D. Introduction. In: _____ (eds). *Experimental pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004, p. 1-22.

OLSON, D. R. *The mind on paper*: reading, consciousness and rationality. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

OLSON, D. R. *The world on paper*: the conceptual and cognitive implications of writing and reading. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PETRUS, K. Introduction: Paul Grice, philosopher of language, but more than that. In: _____ (ed). *Meaning and analysis*: new essays on Grice. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008, p. 1-30.

POPPER, K. *The logic of scientific discovery*. London: Routledge, [1959]2002.

RECANATI, F. Pragmatics and semantics. In: HORN, L. R.; WARD, G. *The Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell, 2006, p. 442-462.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. *Language* 50 (4), p. 696-735, 1974.

SBISÀ, M. After Grice: Neo- and post-perspectives. *Journal of Pragmatics* 38, p. 2223-2234, 2006a.

SBISÀ, M. Two Conceptions of Rationality in Grice's Theory of Implicature. In: BACCARINI, E; PRIJIĆ-SAMARŽIJA, S. (eds.), *Rationality in Belief and Action*. Rijeka: University of Rijeka Press, 2006b, p. 233-247.

SBISÀ, M. Intentions from the other side. In: CONSENZA, G. (ed.) *Paul Grice's heritage*. Turnhout: Brepols, 2001, p. 185-206.

SCHEGLOFF, E. A. Interaction: the infrastructure for social institutions, the natural ecological niche for language, and the arena in which culture is enacted. In: ENFIELD, N. J.; LEVINSON, S. C. (eds.) *Roots of human sociality*: culture, cognition and interaction. London and New York: Routledge, [2006] 2020, p. 70-96.

SCHEGLOFF, E. A. *Sequence organization in interaction*: a primer in conversation analysis. v. I. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SCHEGLOFF, E. A. Sequencing in conversational openings. In: GUMPERZ, J. J.; HYMES, D. (eds.) *Directions in sociolinguistics*: the Ethnography of Communication. New York: Copyright, [1972]1986, p. 346-380.

SCHEGLOFF, E. A. On questions and ambiguities in conversation. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. (eds) *Structures of social action*: studies in conversation analysis.

Cambridge: Cambridge University Press / Paris: Editions de La Maison des Sciences de l'Homme, 1984, p. 28-52.

SCHEGLOFF, E. A., JEFFERSON, G. & SACKS, H. The preference for self-correction in the organization of repair in conversation. *Language* 53 (2), p. 361-382, 1977.

SEARLE, J. R. *Speech acts*: na essay in the philosophy of language. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SIDNELL, J. *Conversation analysis*: na introduction. Oxford: Willey-Blackwell, 2010.

SPERBER, D.; WILSON, D. Introduction: pragmatics. *In*: WILSON, D.; SPERBER, D. *Meaning and relevance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012a, p. 1-27.

SPERBER, D.; WILSON, D. Pragmatics, modularity and mindreading. *In*: WILSON, D.; SPERBER, D. *Meaning and relevance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012b, p. 261-278.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance*: comunicação and cognition. 2nd. ed. Malden, MA/Oxford: Blackwell Publishing, 1995.

STRAWSON, P. F. *Freedom and resentment and other essays*. 2nd ed. London and New York: Routledge, 2008.

STRAWSON, P. F. *Logico-linguistic papers*. 2nd ed. Aldershot: Ashgate, 2004.

STREET, B. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

THOMAS, R. *Literacy and orality in ancient greece*. Cambridge, Cambridhe University Press, 1992.

WARNER, R. Introduction: Grice on reasons and rationality. *In*: GRICE, P. *Aspects of reason*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. vii-xxxviii.

WILKES-GIBBS, D. Coherence in collaboration: some examples from conversation. *In*: GERNSBACHER, M. A. & GIVÓN, T. (eds.) 1995. *Coherence in spontaneous text*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995, p. 239-267.

WILSON, D. Relevance theory. *In*: HUANG, Y. (ed.) *The Oxford handbook of pragmatics*, Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 79-100.

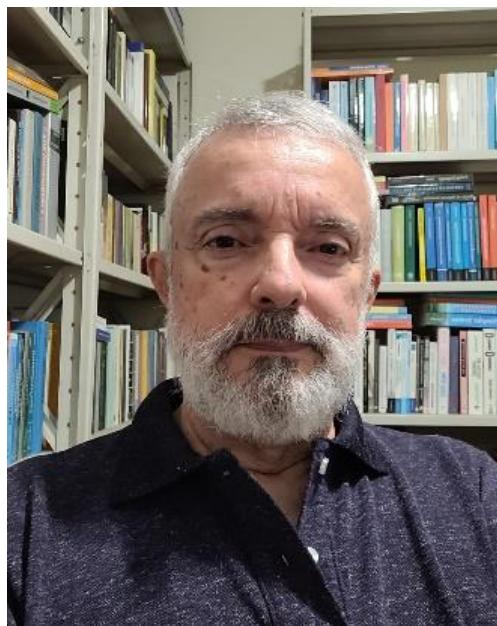
WILSON, D. Linguistic structure and inferential communication. *In*: CARON, B. (ed.) *Proceedings of the 16th International Congress of Linguists (Paris, 20-25 July 1997)*. Oxford: Elsevier, 1998.

WILSON, D.; SPERBER, D. *Meaning and relevance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

WILSON, D.; SPERBER, D. Relevance Theory. *In: HORN, L. R.; WARD, G. (eds) The Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell, 2006, p. 607-633.

WILSON, D; SPERBER, D. Linguistic form and relevance. *Lingua*, 90, p. 1-25, 1993.

DADOS DO AUTOR



FANUEL MELO PAES BARRETO

Possui Licenciatura em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mestrado em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Doutorado em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Atualmente é Professor Assistente da Universidade Católica de Pernambuco. Tem experiência nas áreas da Teoria e Análise Linguística, bem como em Linguística Aplicada ao Ensino da Língua Portuguesa.

E-mail: fanuelpaesbarreto@gmail.com

Neste trabalho, o autor aborda o fenômeno da inferência no âmbito da conversação. Adotando uma conduta descritiva e explanatória pluralista quanto ao aspecto metodológico, busca fornecer um tratamento unificado dos vários processos inferenciais enfocados pela literatura especializada na área da pragmática, partindo da construção de um modelo para os mecanismos interpretativos do discurso conversacional baseado nas ideias do filósofo Paul Grice (1913-1988), especialmente em sua concepção de linguagem verbal como uma variedade do comportamento racional humano, bem como na sua visão de rationalidade enquanto a capacidade que têm as pessoas de justificar ideias e ações por meio de raciocínios, ou arrazoados. A principal motivação para esse esforço investigativo encontra-se na compreensão sobre a importância de se analisar a comunicação verbal a partir de um conceito de rationalidade que permita considerar o intercâmbio conversacional não apenas quanto à adequação instrumental das estratégias empregadas em sua condução, mas também quanto à possibilidade de se justificarem, com recurso a argumentos, as interpretações feitas pelos participantes nas situações de interação.


Editora
UNIESMERO

ISBN 978-655492092-6



9 786554 920926